

O COOPERATIVISMO FINANCEIRO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Gerando Desenvolvimento Sustentável

ORGANIZADORES

Cledir Assisio Magri

Edivan Junior Pommerening



EDU

Editora Unoesc

© 2018 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C776 O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar: gerando desenvolvimento sustentável / organizadores Cledir Assisio Magri, Edivan Junior Pommerening. - Joaçaba: Editora Unoesc, 2018. 152 p. ; il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-8422-166-0

1. Cooperativas de crédito. 2. Agricultura familiar. 3. Cooperativismo. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Magri, Cledir Assisio, (org.). II. Pommerening, Edivan Junior, (org.).

CDD 334

Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc
Reitor
Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campus
Campus de Chapecó
Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira
Ildo Fabris
Campus de Xanxerê
Genesio Teó

Pró-reitora de Graduação
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão
Fábio Lazzarotti

Diretora Executiva da Reitoria
Cleunice Frozza

Rua Getúlio Vargas, 2125 - Bairro Flor da Serra - CEP 89600-000 - Joaçaba - SC
Fone: (49) 3551-2000 - Fax: (49) 3551-2004 - www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenador: Tiago de Matia

Copidesques: Bianca Regina Paganini, Caren Scalabrin

Revisão eletrônica: Bianca Regina Paganini

Projeto gráfico: Daniely Akemi Terao Guedes

Conselho de Administração Central Cresol Sicoper

JOSÉ SILVA
Diretor-presidente
VOLMIR OLDONI
Diretor financeiro
ANDRÉ LUIZ MARAFIGO
Diretor administrativo
CLAUDIO RISSON
Diretor comercial
IOSE ROSANE SEIBEL FRIZZO
Diretora de formação
FERNANDO DOS SANTOS LIMA
Conselheiro
GELSON JOSÉ FERRARI
Conselheiro
GILSON PANCERI JUNIOR
Conselheiro
JOEL CLASEN
Conselheiro
LORENO CARLOS CERUTTI
Conselheiro

Conselho Fiscal Central Cresol Sic

HERIBERT NITZ
Conselheiro efetivo
ISAIAS GOEDERT
Conselheiro efetivo
ROBERTO BORGES PEREIRA
Conselheiro efetivo
CLEUSA TEREZINHA RAGNINI ZAPPAROLI
Conselheira suplente
EDENILSO CASAROTTO
Conselheiro suplente
GERSON GURZINSKI
Conselheiro suplente

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
-----------------------	---

Capítulo I

O Cooperativismo Financeiro Gerando Desenvolvimento Sustentável

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: MAIS QUE FINANCIAR CRÉDITO, FINANCIAR SONHOS	11
--------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Cledir A. Magri

O COOPERATIVISMO FINANCEIRO QUE INSPIRA	25
------------------------------------------------------	----

Edivan Junior Pommerening

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CHEGA AO MATO GROSSO DO SUL	47
--------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Edivan Junior Pommerening

O BOI E A ESPIGA DE MILHO	51
----------------------------------------	----

Edivan Junior Pommerening

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA COOPERATIVA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	55
-----------------------------------------------------------------------------------	----

Gilson Alceu Bittencourt

Capítulo II

A Agricultura Familiar Gerando Desenvolvimento Sustentável

AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS REFLEXÕES	81
------------------------------------------------------	----

Cledir A. Magri

Capítulo III

A Agricultura Familiar Pelo Mundo

A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC)	105
----------------------------------------------	-----

Carlos G. A. Mielitz Netto

POLÍTICA DE SUCESSÃO DAS PROPRIEDADES NA FRANÇA..... 117

David Morelo

TURISMO RURAL NA FRANÇA 121

Gérard Guidault

POLÍTICA AGRÍCOLA CANADENSE: O MODELO DO QUÉBEC 125

Jean Larose

**INSTITUCIONALIZACIÓN DE LAS POLÍTICAS EN DESARROLLO
RURAL, DIRECCIÓN DE DESARROLLO RURAL EN EL
URUGUAY 137**

Jacqueline Gómez, Fernando Sganga, Alicia Ximeno

AGRADECIMENTOS..... 151

PREFÁCIO

CENTRAL CRESOL SICOPER: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS

A Central Cresol Sicoper, constituída em 27 de junho de 2014, possui atualmente 21 cooperativas e, com seus Postos de Atendimento, totaliza mais de 90 pontos de atendimento distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Pernambuco e que atendem a mais de 100 mil associados. Atualmente temos 713 pessoas trabalhando na Central e nas Cooperativas da Sicoper, entre diretores liberados e funcionários, sendo este um importante espaço de geração de emprego e renda.

A Central Cresol Sicoper possui como missão “fomentar a cooperação entre associados, especialmente agricultores familiares e cooperativas, por meio do crédito orientado e da educação financeira, construindo novos saberes, visando ao desenvolvimento regional de forma sustentável e solidária.” Os seus valores são: Democracia, Transparência e confiança, Cooperação e solidariedade, Ética e profissionalismo, Articulação com os movimentos populares, Governança pelos agricultores familiares e Sustentabilidade institucional. A visão da Central Cresol Sicoper é “Ser referência das cooperativas de crédito solidário do Brasil, atuando em prol da agricultura familiar.”

É com base nessa missão, valores e visão que diuturnamente estamos contribuindo de forma definitiva com o desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos. Na medida em que disponibilizamos de um amplo leque de produtos e serviços, permitimos que nossos cooperados possam atender às suas necessidades financeiras, e a partir disso estamos fomentando a roda da economia local e regional.

Atualmente nossas cooperativas, por sua natureza negocial, permitem que possamos ofertar produtos e serviços com custos me-

nores dos praticados pelo sistema financeiro convencional, e desse modo, diariamente estamos gerando sobras aos nossos associados pelo fato de o cooperado fazer seus negócios na Cresol, gerando uma economia significativa.

Todo o crescimento do Sistema Central Cresol Sicoper, seja do ponto de vista econômico, seja do social, é resultado do grande envolvimento dos nossos diretores, conselheiros e colaboradores no intuito de bem atender nossos cooperados, que são a razão principal da nossa existência. Nosso modelo de governança e gestão tem permitido avançar de forma significativa onde estamos inseridos, ou seja, na medida em que nos propomos a centralizar alguns processos operacionais, permitindo que nossos colaboradores que atuam junto às cooperativas possam se dedicar aos aspectos de negócios, foi possível que tivéssemos mudanças significativas nas estruturas internas. Junto a isso, a implementação das reuniões trimestrais com todos os presidentes das nossas Singulares no conselho ampliado nos permitiu maior participação nos debates e nos processos decisórios, garantindo maior sinergia no Sistema. Tais estratégias nos permitiram ampliar o alinhamento com as ações e projetos em andamento na Cresol Confederação.

Em todas as nossas instâncias decisórias, seja na Central, seja nas cooperativas (conselhos e assembleias), buscamos primar pelos valores da democracia e da transparência em todas as nossas ações, pois são aspectos centrais para o fortalecimento da confiança em nosso Sistema Cresol.

Desde a constituição da nossa central Cresol Sicoper conseguimos inúmeras conquistas institucionais e, acima de tudo, permitimos que nossos cooperados possam realizar suas conquistas individuais e coletivas.

Dentro do planejamento estratégico da Central Cresol Sicoper para os próximos anos atuaremos em torno de quatro grandes eixos centrais:

a) proximidade: identificar e atender às prioridades dos associados, principalmente as necessidades financeiras a partir dos valores do cooperativismo e da solidariedade. Os principais objetivos da proximidade são criar produtos e serviços, diversificar e aumentar o quadro social, preservar o foco na agricultura familiar e ampliar o território conforme as capacidades do sistema. Além disso, garantir a participação e o enraizamento das cooperativas junto às comunidades, compartilhando nossos valores por meio de uma rede de atendimento adaptada à necessidade dos associados;

b) competitividade: fidelizar os associados e atrair novos públicos para ampliar o volume de negócios, considerando as parcerias e primando pela especialização na oferta de todos os produtos e serviços. Com isso, garantir o atendimento personalizado para construir um cooperativismo alternativo;

c) sustentabilidade: aumentar a autonomia e assegurar a robustez financeira, aprimorar os processos operacionais, aumentar a produtividade e adaptar a governança e a gestão para a evolução do sistema. Para assegurar a sustentabilidade, são fundamentais boas práticas de gestão e de governança nas estruturas das cooperativas;

d) fortalecer a identidade: promover a marca "Cresol Sico-per" a partir da elaboração de um plano de comunicação segmentado, adaptando a imagem ao público diversificado para aumentar a confiança, o reconhecimento, a notoriedade e o sentimento de pertença com o Sistema Cresol. Além disso, monitorar e avaliar o uso da marca de forma compartilhada para fortalecimento do cooperativismo e da economia solidária.

O conjunto de reflexões que compõe este livro nos permite melhor compreender um conjunto de aspectos relacionados à agricultura e suas políticas públicas na Europa, Canadá, Uruguai e Brasil visando identificar o que nos aproxima em aspectos comuns que são de

interesse de todos. Junto a isso vamos ter capacidade de refletir sobre várias temáticas relacionadas ao cooperativismo de crédito solidário e seus desdobramentos, considerando seu histórico, missão, visão, indicadores, avanços e desafios. Trata-se de um modelo de cooperativismo de crédito pautado nos ideais da economia solidária, buscando ir além de financiar crédito, mas financiar sonhos e inspirar pessoas.

Até mesmo os desafios que perpassam a atuação das nossas cooperativas fazem com que possamos primar pelo profissionalismo das nossas ações e reafirmar nosso compromisso com o fortalecimento da nossa Central Cresol Sicoper.

José Silva

Diretor-presidente da Central Cresol Sicoper com sede em
Passo Fundo, RS

- *Capítulo 1* -

O COOPERATIVISMO FINANCEIRO GERANDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: MAIS QUE FINANCIAR CRÉDITO, FINANCIAR SONHOS

Cledir A. Magri*

Considerações iniciais

Objetivamos, com a reflexão que segue, apresentar um conjunto de aspectos relacionados ao cooperativismo de crédito solidário a partir da sua trajetória desde a constituição das primeiras cooperativas fundadas em meados da década de 1990. Desse modo, pretendemos apresentar inicialmente questões relacionadas ao histórico desse modelo organizativo. Na sequência apresentaremos alguns números do cooperativismo de crédito solidário e, por fim, alguns dos principais desafios presentes nessa pauta.

Histórico do cooperativismo de crédito solidário

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é resultado da organização e mobilização de muitas famílias agricultoras que buscavam por acesso ao crédito visando fortalecer um projeto de desenvolvimento local sustentável e solidário. Durante os anos 1994 e 1995 foram organizadas várias atividades envolvendo lideranças e agricultores visando debater a ampliação e

* Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo; Pós-graduado em Direitos Humanos pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier; doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale dos Sinos; pós-graduando em Pós-graduando em MBA em Gestão Estratégica em Cooperativas de Crédito com Interação Solidária pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Presidente da Cresol Frederico Westphalen e da Cresol Confederação.

a profissionalização dos fundos rotativos existentes em diferentes regiões do País, especialmente na região Sul, os quais recebiam aportes de recursos de entidades europeias; junto disso avançam as reflexões em vista da formulação de estratégias para aumentar o número de famílias de agricultores que possam ter acesso aos recursos do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR).

Diante desses dois cenários e de muitas reuniões, encontros e seminários, em meados de 1995 surge a primeira cooperativa do modelo Cresol, no Município de Dois Vizinhos, PR. Ainda naquele ano, novas cooperativas são formadas nos municípios de Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema, todos no Paraná. Com cinco cooperativas em funcionamento, optou-se pela criação de uma cooperativa Central de serviços, denominada Base Central de Serviços (Baser), para fazer a coordenação do processo, dar suporte às Singulares nas áreas de formação, normatização, contabilidade e informática, e também para efetuar a interlocução com outras organizações, como bancos, governos e outras entidades da sociedade civil. Foi a partir dessas estruturas que se constituiu, oficialmente, em 10 de janeiro de 1996, o Sistema Cresol. Dessa data em diante se percebeu um forte incremento do número de cooperativas de crédito, sobretudo nas regiões Sudoeste, Centro-Oeste e Oeste do Estado do Paraná.

Com a constituição das primeiras cooperativas evidencia-se que não bastava a preocupação apenas com o crédito, mas havia a necessidade da construção de estratégias que resultassem na ampliação do grau de organização e proporcionassem qualidade de vida às famílias dos agricultores e o seu meio social.

[...] o Sistema Cresol pretende ser muito mais do que simplesmente um instrumento para facilitar o repasse de créditos oficiais a agricultores excluídos do sistema bancário. Ele se liga a um conjunto de outras organizações voltadas à promoção de uma agricultura respeitosa do meio ambiente, capaz de gerar renda

com base em produtos diferenciados e de contribuir para o fortalecimento das unidades familiares de produção. (BITTENCOURT apud BÚRIGO, 2006, p. 174).

Podemos observar que desde a sua gênese o Sistema Cresol manteve no seu DNA a preocupação de ir muito além do que simplesmente ser um agente financeiro, mas ser um agente de desenvolvimento local inserido e enraizado nas comunidades onde atua. Evidenciamos desde já que mais que financiar crédito, estamos diante de uma entidade que gera felicidade, financiando o sonho de muitas famílias agricultoras que até então estavam excluídas do sistema financeiro nacional.

O seu formato organizativo e a sua vocação de atuar em prol da agricultura familiar, sempre articulado com outras forças vivas da sociedade, fazem com que o Sistema cresça de forma significativa e comece a alcançar voos mais distantes fora do Estado do Paraná. Em 1998 são constituídas as primeiras cooperativas do Sistema Cresol nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A expansão para outros territórios foi resultado da atuação de organizações da agricultura familiar desses estados que se identificaram com a proposta do Sistema Cresol.

Em decorrência do acelerado crescimento do Sistema para os estados do RS e SC no ano 2004 foi criada a segunda cooperativa Central de crédito, a Cresol Central SC/RS, com sede em Chapecó, SC, e 10 anos mais tarde, em 2014, foi constituída a terceira Central do Sistema Cresol, sediada em Passo Fundo, denominada Central Cresol Sicoper, a qual surge com a missão de "fomentar a cooperação entre associados, especialmente agricultores familiares e cooperativas, por meio do crédito orientado e da educação financeira, construindo novos saberes, visando ao desenvolvimento regional de forma sustentável e solidária." Seus valores são Democracia, Transparência e confiança, Cooperação e solidariedade, Ética e profissionalismo, Articulação com os movimentos populares, Governança pelos agricultores familiares e Sustentabi-

lidade institucional. A visão da Central Cresol Sicoper é “Ser referência das cooperativas de crédito solidário do Brasil, atuando em prol da agricultura familiar.”

Momento do cooperativismo de crédito solidário (Cresol)

Passados mais de 20 anos da constituição das primeiras cooperativas de crédito da economia solidária, podemos identificar o expressivo crescimento do Sistema para diferentes regiões do País. Além de uma grande expansão nos três estados do Sul a partir de grandes debates, as três Centrais (Baser, Sicoper e Central SC/RS) decidem expandir para outras regiões do País, visando difundir as boas práticas do Sistema em outras comunidades e, além disso, permitir que muitas famílias que ainda estão à margem do Sistema Financeiro Nacional possam ter nas cooperativas do Sistema Cresol uma opção para realizarem seus negócios.

Essa nova estratégia de crescimento do Sistema permitiu o incremento de expressivo volume de negócios, consolidando ainda mais o Sistema Cresol. Atualmente o Sistema Cresol, o qual está organizado em torno da Cresol Confederação, que possui quatro Centrais filiadas (Central Cresol Baser – Francisco Beltrão, PR, Central Cresol Sicoper – Passo Fundo, RS, Cresol Central SC/RS – Chapecó, SC, e ASCOOB – Serinha, BA), conta com 112 cooperativas e 398 postos de atendimento, totalizando 510 pontos de atendimento distribuídos em 15 estados brasileiros. São mais de 470 mil associados, os quais movimentam mais de 5,8 bilhões de ativos. Trabalham, atualmente, mais de 3.500 pessoas entre diretores e funcionários, os quais diariamente buscam bem atender os cooperados e demais pessoas que buscam nossos pontos de atendimento.

Dentro dessa carteira de negócios das nossas cooperativas, que inicialmente possuíam um único produto – o PRONAF – encontra-se um amplo leque de produtos e serviços que visam bem atender aos nossos associados. Uma das grandes decisões estratégicas do Sistema Cresol foi sermos um sistema alternativo, ou seja, permitir que em nossas cooperativas possamos ter todos os produtos e serviços que nossos cooperados demandam. Mais que possuir esses produtos, buscamos disponibilizá-los de acordo com as suas necessidades, observando a conjuntura do mercado. O fato de as cooperativas serem autogestionárias, em que os próprios donos (associados) são os seus administradores, permite que se possa melhor identificar a necessidade dos cooperados e dentro disso apresentar a eles a solução financeira adequada à sua realidade.

Essa proximidade com o cooperado e suas comunidades faz com que o Sistema Cresol consiga ir além da lógica somente da intermediação financeira, mas consiga efetivamente desenvolver produtos e serviços que vão ao encontro dos anseios dos seus cooperados. Novamente evidencia-se que se trata de uma instituição financeira que, por ter a capacidade de conhecer e entender as necessidades dos seus cooperados, consegue transformar seus desejos e sonhos em realidade por meio dos seus produtos e serviços, ou seja, gera felicidade aos seus cooperados, suas famílias e suas comunidades.

A proximidade e o enraizamento das cooperativas do Sistema Cresol com suas comunidades permitem estabelecer grandes vínculos e compromissos. Esses compromissos estão diretamente ligados à capacidade de, por meio da sua atuação, a Cresol contribuir de forma direta para com o desenvolvimento das regiões onde atua, ou seja, é mais uma alternativa em que o sonho de toda uma comunidade é realizado.

O desenvolvimento rural sustentável representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como

uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução, e nesse sentido as cooperativas possuem papel fundamental.

Tanto para Veiga (2005) quanto para Abramovay (1998), qualquer estratégia de desenvolvimento rural no Brasil deve passar pelo fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, e nesse sentido o cooperativismo de crédito solidário possui um grande protagonismo. Os autores estão embasados na experiência dos países desenvolvidos que fortaleceram suas estruturas sociais agrícolas familiares como pilares não somente do desenvolvimento rural, mas também do seu desenvolvimento integrado, rural e urbano (MIOR, 2009).

O desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural, político e ambiental abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes.

Para Cunha, Dalmago e Pires (2008, p. 62),

[...] a busca do desenvolvimento sustentável requer ações educacionais que vão além das salas de aula, especialmente em agricultura. Precisamos de uma educação que estimule a imaginação e a formação do pensamento crítico e independente, que cultive a consciência da necessidade de interligações e que, prioritariamente, ensine princípios básicos, visando à construção de um planeta mais justo, solidário e sustentável [...] A busca deste desenvolvimento almejado é mais que qualquer coisa, uma decorrência de um processo educacional que passa pelo respeito e pela incorporação da sabedoria popular e do conhecimento tradicional à ciência e tecnologia de ponta. Uma situação em que a participação dos atores locais torna-se indispensável. E a visão de uma nova pedagogia, caracterizada pelo comprometimento das partes, pelo compartilhamento de conhecimentos e de experiências, e pela responsabilidade social e com o ambiente.

Entre os vários desafios para a efetivação desse modelo de desenvolvimento sustentável, segundo Veiga (2008, p. 24-27), é que a “[...] expressão desenvolvimento sustentável denota um recente valor que pode muito bem ter emplacado no discurso, mas que continua longe de se fazer sentir na prática.” Nenhuma nação poderá pegar o caminho de desenvolvimento sustentável se não cumprir o seguinte requisito: melhorar a qualidade de vida de cada cidadão tanto no presente quanto no futuro, com um nível de uso dos ecossistemas que não exceda a capacidade regenerativa e assimiladora de rejeitos do ambiente natural.

A proposta de construir um projeto de desenvolvimento local de forma sustentável solidária demanda ampla capacidade de articulação de um conjunto de elementos que são fundamentais para que tal projeto se efetive, e nesse sentido novamente as cooperativas possuem um protagonismo indispensável, pois, ao atenderem seus cooperados por meio de seus produtos e serviços, geram um círculo virtuoso em que a roda da economia gira e os vários elos da cadeia se retroalimentam, fortalecendo todos os elos.

Ao atrelarmos a noção de desenvolvimento sustentável considerando suas cinco dimensões (econômica, social, ambiental, cultural e política) à atuação das cooperativas de crédito estamos afirmando que o cooperativismo se apresenta como um grande instrumento que permite articular essas cinco dimensões por sua natureza constitutiva, ou seja, ser uma organização formada por pessoas que conhecem e convivem em sua realidade buscando a viabilidade econômica do negócio, sempre respeitando os aspectos culturais de cada localidade, comprometida com a preservação do meio ambiente e articulada com as comunidades onde atua, visando fortalecer as organizações onde está inserida.

Alguns desafios e oportunidades para o cooperativismo de crédito solidário

Ao percorrermos o itinerário do cooperativismo em diferentes contextos e épocas nos diversos ramos conseguimos identificar grandes desafios os quais, a depender da capacidade da organização de trabalhá-los, podem transformar-se em oportunidades ou em fragilidades e limitações. Todo desafio que é posto para o cooperativismo carrega dentro de si inúmeras oportunidades de consolidação e ampliação desse modelo organizativo. Inicialmente apontaremos os desafios relacionados às oportunidades para o cooperativismo, fazendo um recorte para o ramo crédito e observando que alguns destes podem ser encontrados em outros ramos.

Expansão: no Brasil, atualmente, o cooperativismo movimentava pouco mais de 2,5% dos recursos que circulam no Sistema Financeiro Nacional (SFN), ou seja, atualmente 97,5% dos recursos são movimentados via bancos públicos e privados. Analisando somente esse indicador, podemos de imediato perceber a enorme fatia de mercado que o cooperativismo de crédito brasileiro possui para seu crescimento do ponto de vista financeiro. Ainda do ponto de vista da expansão, outro indicador que podemos considerar como uma oportunidade é o potencial que temos do ponto de vista da ampliação do número de agências, bem como o número de pessoas físicas e jurídicas que podem compor o quadro social das cooperativas de crédito.

Relacionamento: outra grande oportunidade que identificamos no cooperativismo de crédito é o tema do relacionamento existente entre a cooperativa e o seu quadro social. Trata-se de uma relação de proximidade, o que resulta em firmar laços de confiança e, conseqüentemente, em fidelização do quadro social, permitindo, com isso, ampliar o volume de negócios. Estamos diante de um dos grandes

diferenciais do cooperativismo, e isso traduz-se em expressiva oportunidade para o nosso cooperativismo de crédito solidário. Essa é a dimensão afetiva do cooperativismo sem o qual se incorre no risco de nos distanciarmos dos ideais do cooperativismo.

Produtos e serviços financeiros: uma grande oportunidade para o nosso cooperativismo de crédito é termos a capacidade de atender a todas as necessidades de produtos e serviços financeiros que os nossos cooperados possam vir a ter. As cooperativas, por seu relacionamento e proximidade com os cooperados, possuem todas as condições de identificar quais são as suas necessidades e, a partir disso, desenvolver produtos e serviços que sejam adequados a sua realidade. Temos uma grande oportunidade de ampliar os negócios, aumentar a rentabilidade, fidelizar os cooperados e mostrar nossos diferenciais.

Formação – capacitação – treinamento: outra oportunidade para o cooperativismo de crédito é o fato de garantirmos processos de formação e treinamento para diferentes públicos que compõem as cooperativas (associados, funcionários e conselheiros/diretores). O fato de termos o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), ao qual no mínimo 5% das sobras do exercício são destinados, permite que as ações de formação e treinamento possam estar no cotidiano das cooperativas. É perceptível que em todos os casos em que o cooperativismo intensificou processos formativos o desempenho foi infinitamente melhor que o das que pouco ou nada fazem nessa área.

Gestão e governança: um aspecto importante que se traduz como um potencial é o tema da gestão e da governança, ou seja, as diretrizes estratégicas e a estrutura de gestão são de responsabilidade dos próprios donos do negócio. Essa possibilidade permite maior comprometimento no desempenho das suas atribuições.

Participação: no cooperativismo de crédito o cooperado, dono do negócio, participa dos processos decisórios (reuniões, pré-

-assembleias e assembleias gerais). Nesses momentos é possível fazer a prestação de contas, apresentar indicadores econômicos e sociais, coletar sugestões a partir da avaliação dos trabalhos, entre outras funções que podem ser feitas nesses momentos.

Além desses desafios e oportunidades, identificamos algumas limitações para as nossas cooperativas de crédito no campo da economia solidária, como:

Tecnologia: atualmente existe uma revolução em torno das mudanças tecnológicas, e mais do que nunca o sistema financeiro se utiliza disso para agilizar o atendimento e diminuir os custos. Tais mudanças implicam elevados investimentos financeiros, o que pode, em alguns casos, fazer com que a capacidade de apresentar soluções tecnológicas por parte das cooperativas em iguais ou melhores condições fique comprometida e a cooperativa perca seu poder competitivo.

Equilíbrio: uma das limitações e fragilidades que muitas cooperativas enfrentam é conseguir garantir o equilíbrio entre o aspecto econômico e o social. Vivemos realidades em que a cooperativa economicamente possui expressiva atuação, porém está distante de uma atuação social. Em outros casos, a cooperativa possui interesse de atuação social, mas enfrenta dificuldades econômicas/financeiras. Existe, ainda, outro aspecto que as cooperativas devem observar na dimensão da sustentabilidade: a política organizativa, cultural e ambiental.

Baixa cultura do cooperativismo: a pouca ou falta de conhecimento e comprometimento com o cooperativismo faz com que as pessoas, muitas vezes, não consigam efetivamente compreender o que de fato é o cooperativismo na sua essência e acabam tão somente se utilizando da cooperativa. Com o passar dos anos podemos ter uma ameaça ao cooperativismo, incorrendo no risco de este transformar-se em um mero agente financeiro distante dos ideais do cooperativismo.

Confrontos: no cooperativismo os conflitos/divergências de ideias fazem parte do processo. Ocorre que em muitos casos os conflitos chegam ao nível do confronto gerando fissuras expressivas na vida da organização.

Considerações finais

Diante de tal contexto identificamos algumas estratégias para o fortalecimento do cooperativismo:

- a) intensificar processos de formação e capacitação;
- b) garantir investimentos em tecnologia para acompanhar as mudanças no mercado financeiro;
- c) primar pela diversificação dos produtos e serviços visando atender às necessidades do quadro social;
- d) implementar projetos sociais que garantam a permanente proximidade/relacionamento com o quadro social, com as comunidades e parceiros – Controle social – com participação efetiva dos cooperados;
- e) avançar na cultura do cooperativismo com possibilidade de inserir o tema do cooperativismo no conteúdo escolar;
- f) realizar educação financeira junto ao quadro social;
- g) garantir que possamos cada vez mais ter um marco regulatório que seja adequado à realidade das cooperativas de crédito observando o porte de cada uma;
- h) obter gestão e governança eficientes com a clareza dos papéis;

- i) primar pelo equilíbrio entre social, econômico, ambiental, cultural e ampliar a participação de mulheres e jovens.

É dentro desse cenário que identificamos o cooperativismo de crédito de economia solidária como um importante instrumento de organização das pessoas em torno de um projeto associativo que surgiu há mais de 20 anos com o principal objetivo de incluir as famílias agricultoras no sistema financeiro nacional e que ano após ano, por meio de suas milhares de operações de crédito, vem financiando não apenas crédito, mas vem financiando sonhos, qualidade de vida e felicidade das pessoas, e a partir disso influenciando todo um tecido humano, econômico e social nas regiões onde estamos inseridos. Desse modo reafirmamos a missão do Sistema Cresol constituída pelos nossos fundadores, a qual se mantém viva até os dias atuais, mesmo diante de todas as transformações pelas quais o Sistema Cresol vem passando.

O aspecto primordial é que possamos continuar financiando sonhos, desenvolvendo nossas comunidades e gerando alegria para as pessoas e que estas possam se manter em seus locais, especialmente os agricultores familiares, que continuem no meio rural efetivando sua missão primorosa de produzir alimentos e tendo qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec; Unicamp, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativismo de Crédito Solidário**: Constituição e funcionamento. São Paulo: Kingraf, 2000.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de Crédito Solidário**: Constituição e funcionamento. Brasília, DF: Lid, 2001.

BÚRIGO, Fabio Luiz. **Finanças e Solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de Crédito Rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. Disponível em: <www.planetaorganico.com.br/trabcaporalcostabeber.htm>. Acesso em: 22 fev. 2011.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, DF, mar. 1994.

FAO/INCRA. **O Novo Retrato da Agricultura Familiar**: o Brasil redescobre. República Federativa do Brasil. Constituição Federal de 1998. República Federativa do Brasil. Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei n. 11.326, 24 jul. 2006. Brasília, DF, fev. 2000.

MIOR, Luiz C. **A “agricultura familiar” e o “rural não agrícola” como estratégias de desenvolvimento rural**: algumas controvérsias do debate. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama/observatorio-da-diversidade/banco-de-monografias-sobre-a-diversidade/a-201cagricultura-familiar201d-e-o-201crural-nao-agricola201d-como-estrategias-de-desenvolvimento-rural-algumas-controversias-do-debate/view>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL: TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1., 2003, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 16 a 19 nov. 2003.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. Entrevista. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 159, p. 24-27, abr./jun. 2008.

O COOPERATIVISMO FINANCEIRO QUE INSPIRA

Edivan Junior Pommerening*

Inspirações iniciais

Além de uma função econômica, toda empresa, pública ou privada, tem uma função social. A função econômica pode ser circunscrita à geração de valor aos seus proprietários, enquanto a função social é mais dilatada. A empresa exerce sua função social ao desenvolver o seu entorno por meio do fornecimento de bens e serviços, geração de empregos, recolhimento de tributos, e por aí afora. Sem embargo, há uma parte dessa função social que não é suficientemente tangível a ponto de lhe permitir a medição.

A parte da função social colocada em suspense no parágrafo anterior é a inspiração. Toda empresa tem o dever moral de transcender a provisão de bens e serviços para inspirar. Inspirar seres humanos e outras empresas a fazerem o bem, naturalmente, sem qualquer restrição de alcance, tanto no sentido latitudinal quanto no longitudinal. De mais a mais, inspirar pessoas físicas e jurídicas a empreender, a respeitar as leis, a trabalhar, a fazer a coisa certa, a ser sustentáveis, enfim, a construir um mundo mais justo e fraterno.

Ora, se as cooperativas financeiras são empresas, então elas também têm o dever supralegal de inspirar? Sem qualquer lampejo de dúvidas, sim, todavia, por serem cooperativas, sociedades de pessoas, esse dever é multiplicado em algumas vezes. As cooperativas foram

* Pós-graduado em Gestão Estratégica Empresarial pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduando em MBA em Gestão Estratégica em Cooperativas de Crédito com Interação Solidária pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Coordenador da Área de Compliance da Central Cresol Sicoper.

compulsoriamente colocadas na vanguarda desse movimento. O grande inquérito é: como as cooperativas podem inspirar? É o que este artigo, de forma objetiva, simples e prática, tentará responder ou, no mínimo, incitar mais perguntas.

Inspirando a participação dos cooperados na cooperativa

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que cria um ambiente favorável à participação dos cooperados na tomada de decisões da cooperativa, seja por via direta, seja indireta (representação por delegados). Como não é a cooperativa que tem cooperados, mas sim os cooperados que têm uma cooperativa, estes precisam ser encorajados a participar das decisões sobre os rumos do seu empreendimento. Além do trocadilho, encorajar os cooperados a participar é um ato de coragem dos administradores da instituição.

As pessoas costumam se comprometer mais com aquilo que ajudam a construir. Por isso a participação dos cooperados na cooperativa vai adiante de levantar a mão na assembleia geral, concordando, na maioria esmagadora das vezes, com as propostas trazidas à baila pelo Conselho de Administração. Já dizia Nelson Rodrigues, enquanto manuseava seu isqueiro: "Toda unanimidade é tola." Assim, os conselheiros de administração precisam, no mínimo, coçar o queixo quando tudo que propõem é aprovado por unanimidade.

A causa do cooperativismo é o que deve atrair o cooperado às assembleias e outros eventos da cooperativa que requerem sua participação. Dessa forma, nem de longe a motivação do cooperado para tal será a churrascada, o sorteio de prêmios, o show da banda, a distribuição de brindes, etc. Para dirigentes e cooperados, a causa do cooperativismo deve ser "coisa de pele", pulsar em suas veias, e tão

somente isso deve impeli-los a participar de assembleias. O que passar desse ponto de corte são apenas adereços e adornos.

É natural que o número de cooperados ultrapasse a casa dos milhares com o passar do tempo. No âmbito do fortalecimento da instituição isso é positivo. De outro lado, a participação qualitativa do cooperado na tomada de decisões fica *sub judice*. Nessa toada, o evento acabará por ter de ser feito em um estádio de futebol, caso a maioria queira participar do ato. Em tal terreno floresce a representação por delegados, que confere ao processo um salto de qualidade e não tira do cooperado o seu direito de participar das decisões.

Inspirando a participação dos mais diversos públicos

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que, dentro da sua condição de livre admissão ou de segmentação, abre as portas para os mais diversos públicos transigirem na sua gestão. Jovens, mulheres, empresários dos mais diversos portes e segmentos, agricultores, religiosos, urbanos, rurais, estudantes, idosos, professores, pessoas dos diferentes sexos, gêneros e orientações sexuais, entre tantos outros que podem ser citados. O acolhimento de públicos diversos denota um elevado grau de amadurecimento da cooperativa.

Bem, assim também é preciso garantir a representatividade regional, a fim de que a vastidão de locais da sua área de atuação, à luz de suas peculiaridades, tenha assento no processo decisório. Cada comunidade, urbana ou rural, cada município, cada macro e microrregião, cada estado tem seus costumes, recursos e necessidades. O conhecimento dessas particularidades pela alta administração é um fator crítico de sucesso para a cooperativa, ao passo que subsidia a formulação de estratégias customizadas.

A pluralidade de pontos de vista enriquece o ambiente no qual são tomadas as decisões, embora, pontualmente, seja considerada uma ameaça para dirigentes que possuem ambições puramente pessoais e/ou habilidade escassa para ouvir opiniões diferentes das suas e refletir sobre elas. Os mais diversos públicos, organizados, podem destronar aqueles com propósitos alheios aos da cooperativa. Porém, a extração do melisma de cada contribuição concede maior assertividade à decisão, e nessa batida vai avalizando a durabilidade do modelo.

Inspirando uma conduta ética e moral

O cooperativismo financeiro que inspira é o que atua como fornecedor de ética. Neste cooperativismo a cultura ética é disseminada pela instituição por osmose, começando pela alta administração e alcançando os cooperados, funcionários, clientes, fornecedores e demais partes interessadas, em que todos têm clareza do que é ético e do que não é, baseados no que a sociedade aceita e o código de ética determina. Eventuais deslizes são punidos tempestiva e objetivamente, de modo a retroalimentar as convicções e não gerar precedentes.

Disciplinado que era, certa feita o filósofo prussiano Immanuel Kant saiu com essa: "Tudo o que não puder contar como fez, não o faça! Se há razões para não contar, há para não o fazer." Logo, se os pais precisam omitir dos filhos algo que fizeram, deduz-se que resvalaram na casca de banana da ética ao fazê-lo. Analogicamente, se a alta administração da cooperativa não puder contar aos cooperados e à entidade reguladora (Banco Central do Brasil) os atos que praticou, então, invariavelmente, caiu na teia pedagógica de Kant.

O fato de algumas instituições financeiras, sobretudo bancos, adotarem práticas eticamente questionáveis, a exemplo de débitos em

conta de tarifas, pacotes de tarifas, produtos e serviços não contratados pelos clientes, vendas casadas, etc., não deve servir de subterfúgio para cooperativas financeiras fazerem o mesmo. A ética deve ser mantida, ainda que implique perda de receitas, aumento de despesas, diminuição de lucros ou desagrade a dirigentes, conselheiros e funcionários. A recompensa disso virá depois.

Para a cooperativa que prima pela ética, sua missão, visão e valores não são meros e emoldurados adornos de parede, mas uma filosofia de vida a todos os que por eles são enlaçados. "O certo sempre será o certo, ainda que a maioria tenha optado pelo errado", profetizou G. K. Chesterton enquanto admirava os jardins da Babilônia. A alta administração precisa estar imbuída da certeza de que agir com ética é como tomar uma injeção, na hora dói, porém imuniza o paciente contra os males da insustentabilidade.

Inspirando o apartidarismo político no ambiente cooperativo

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que rechaça manifestações político-partidárias em seu interior e em seu nome, sobretudo em tempos de animosidades, como é o caso vivido pelo Brasil atualmente. As cooperativas financeiras, apesar de constarem no registro do comércio como instituições privadas de direito, de fato são públicas e devem acolher a todos os que preencherem suas condições de associação, independentemente do partido político que simpatizam, curtem, não curtem, militam ou estão filiados.

O cooperativismo financeiro precisa defender a sua causa, isto é, a causa do cooperativismo. Para isso, deve, sim, lançar mão dos representantes do povo nas casas executivas e legislativas para auxiliá-lo nessa missão, todavia isento de quaisquer paixões, promessas e

favorecimentos. O cooperativismo e a política partidária, se casarem, fazem do casamento um instituto fadado à ruína ou a uma separação litigiosa. Reiteradamente, a causa do cooperativismo precisa suplantar as preferências pessoais de quem nele atua.

Inspirando o trabalho como política pública

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que advoga em prol do trabalho como uma viga de sustentação da felicidade e da dignidade humana. Trabalhar é (ou ao menos deveria ser) uma via de mão dupla, ou seja, um direito e um dever de cada ser humano. Sabe-se que o trabalho é um instrumento de transformação da sociedade, porém, antes disso, o próprio trabalhador é transformado. Um trabalho, desde que exercido honestamente, é o melhor fertilizante para fazer do cidadão o protagonista da própria história.

Ampliar o acesso ao trabalho é a atitude mais nobre e salubre nesse âmbito. Já o assistencialismo tende a ser um sonífero, seja a quem está acordado, seja a quem já está dormindo. Um cabal desserviço à nobreza pessoal. Por meio do financiamento de empreendimentos coletivos, a cooperativa pode indiretamente gerar empregos e, assim, fomentar ao cidadão a oportunidade de deixar uma obra. Algo que inspire alguém. Não importa quantos nem quem ele inspirará, mas que inspire alguém.

O cooperativismo deve ser um disseminador do trabalho como uma ferramenta metamórfica de indivíduos e sociedades. Nessa acepção, lastreia-se a tese de que assistencialismo e cooperativismo são movimentos de sabor tão antagônicos quanto o sal e o açúcar. Diante disso, os empregos, os cargos, os créditos e os esforços que a cooperativa despense devem ser meros elementos motivacionais ao

trabalho e não seus substitutos. Assim, o desafio de cada cooperativa é formar sucessores, e não hospedeiros.

Inspirando alianças estratégicas

O cooperativismo financeiro que inspira garimpa boas parcerias, aquelas do clichê “ganha-ganha”, nas quais tanto a cooperativa quanto a entidade emparceirada alavancam-se mutuamente. Firmar alianças estratégicas é uma forma de catalisar os resultados econômico-financeiros da instituição, de forma que todos os componentes da aliança atinjam seus objetivos com o máximo de qualidade, o mínimo de prazo e a um custo diluído. Por ser estratégica, a aliança deve inflamar a capacidade empreendedora de ambas as partes.

Para que cumpra seu propósito genuíno, a cooperativa precisa ser tão criteriosa na escolha de um(a) parceiro(a) quanto uma moça recatada o é na escolha de um(a) companheiro(a) para viver a dois. Como o próprio nome aduz, a aliança deve ser feita com isenção de vícios, paixões e benevolências, de sorte que iniba relações desparelhas, em que um dos nubentes dá sinais explícitos de dependência financeira, tornando o que foi pensado para ser um amor reciprocamente correspondido uma relação parasitária.

Inspirando o desenvolvimento local

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que promove o desenvolvimento dos locais onde atua. Aliás, faz parte do âmago de qualquer cooperativa auxiliar no desenvolvimento de sua comunidade de entorno, tanto como instrumento do governo, em países onde a política econômica é do tipo “estado máximo”, quanto como o próprio governo, em países onde a política econômica é do tipo “estado

mínimo”. Esse papel é interpretado de dois modos, um direto e outro indireto, conforme será relatado a seguir.

O modo indireto é por meio dos seus cooperados. À medida que a cooperativa financeira catapulta a prosperidade dos seus cooperados, os reflexos desse movimento incidem sobre o comércio local, que por sua vez incidem sobre a arrecadação de tributos, que por sua vez incidem sobre os serviços básicos incumbidos ao governo, que por sua vez geram maior qualidade de vida à população local, inclusive aos próprios cooperados da cooperativa onde tudo começou, e assim a roda do desenvolvimento econômico vai girando.

Em paralelo está o modo indireto, em que a cooperativa, com seus próprios recursos e os recursos dos cooperados, financia empreendimentos coletivos que beneficiarão muita gente. É um exemplo facilmente observado no Sistema de Cooperativismo Financeiro Desjardins, do Canadá, e, em complemento, em países onde o governo exerce pouca interferência na economia. Assim, as cooperativas financeiras financiam, a juros moderados, projetos endereçados à habitação, alimentação, educação, saúde, etc. da população local.

Inspirando a educação financeira

O cooperativismo financeiro é aquele que inspira a educação financeira. Educar financeiramente é ensinar as pessoas a amigar-se com o dinheiro. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada em 04 de outubro de 2017, mostrou que o percentual de famílias endividadas no mês de setembro de 2017 alcançou 58,4%, o maior nos últimos sete anos. O número é assustador e um sinal claro de que mais da metade das famílias brasileiras tem carência de catequese sobre o dinheiro.

Esse tema ainda precisa ultrapassar os discursos politicamente corretos de instituições financeiras e alcançar o campo da prática. Uma cooperativa só estará fazendo educação financeira de verdade quando conseguir reduzir drasticamente a concessão de créditos pessoais para pessoas físicas e capitais de giros para pessoas jurídicas. A necessidade de crédito pessoal e capital de giro emerge as fragilidades de gestão do cooperado, e aqui entra o papel subcutâneo da cooperativa: auxiliar o cooperado a organizar suas finanças.

Educação financeira vai além de campanhas de poupança, que têm como pano de fundo a atração de *funding* para a instituição. O cooperado precisa ser instruído a consumir com consciência, a receber juros ao invés de pagar, a buscar a independência financeira, a fazer do dinheiro o seu funcionário, e não o seu patrão. A educação financeira deve ser feita “de coração”, isenta de propósitos dissimulados. Quando o cooperado sentir que a cooperativa está preocupada de verdade em ajudá-lo, indubitavelmente irá retribuí-la.

Inspirando a emancipação do cooperado

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que emancipa o cooperado no quesito “crédito”. Isso pode ser tão traumático para uma cooperativa quanto o corte do cordão umbilical para um recém-nascido. O paradigma é tão duro de quebrar quanto o aço, pois justamente a displicência e/ou a falta de conhecimento das pessoas, famílias e empresas sobre a lida com o dinheiro é que ajuda a engordar o cofre das instituições financeiras. Para as instituições financeiras despreparadas, a educação financeira é uma ameaça.

Logo, se a cooperativa tem em sua declaração de valores a “educação financeira”, seu compromisso é, ao longo da associação, emancipar o cooperado do crédito. Para tanto, as cooperativas que

inspiram devem projetar e colocar em prática, sem segundas intenções, um robusto programa de educação financeira, de modo a despertar os cooperados para a necessidade de poupar, de consumir com consciência, de resistir às tentações, de bem aplicar os recursos, de não colocar todos os “ovos” em uma única cesta, e assim sucessivamente.

A recorrência na concessão de créditos aos mesmos cooperados é um indício evidente de que a instituição não está cumprindo com sua atribuição de gerar desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, as funções “emprestar” e “financiar” de uma cooperativa são cumpridas no exato momento em que o cooperado torna a si mesmo e as suas atividades econômicas financeiramente independentes. Desse modo, a missão de crédito de uma cooperativa é “tirar as rodinhas laterais da bicicleta do cooperado”.

Inspirando os interesses coletivos

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que mira os interesses coletivos, e mirar os interesses coletivos significa colocar os interesses da cooperativa acima dos interesses individuais. É saber que o CNPJ da instituição prevalece sobre o CPF de qualquer um de seus dirigentes, cooperados, funcionários, etc. Trivial é que todos possuem interesses particulares, todavia, estes devem ser satisfeitos naturalmente, como consequência da anterior ou, no máximo, concomitante à satisfação dos interesses da cooperativa.

Se algo que é para o bem da coletividade não está saindo do papel, então é bem provável que interesses individuais estejam emperrando o processo. Isso acontece em câmaras de vereadores, a título de exemplo, onde um vereador não aprova um projeto, ainda que seja ótimo à população municipal, por sê-lo de autoria de um vereador da oposição. Se a cooperativa não é feita para o presente, mas para os

nossos filhos, e os filhos dos nossos filhos, justifica-se o prevalecimento dos interesses coletivos sobre os particulares.

Quando os interesses particulares vergam os coletivos, ocorrem os conflitos. Estes últimos podem estar na admissão de parentes para trabalhar na cooperativa pelo acostamento da via de seleção de funcionários; na contratação, sem a devida licitação, de prestadores de bens e serviços cujos sócios ou administradores, ou seus amigos, são os próprios dirigentes da cooperativa; na utilização da insígnia do cargo para conceder regalias a quem quer que seja mediante evasão do fluxo preestabelecido e justo dos processos; etc.

Inspirando o cumprimento da Lei

O cooperativismo financeiro que inspira cumpre as leis do país, estado ou município onde é praticado. Todos precisam cumprir as leis, mas o cooperativismo, por ser um *benchmark* para o mercado financeiro e para a sociedade, deve ser o primeiro a empunhar esse estandarte em favor da justiça, verdade, honra e lealdade. O cooperativismo é visto, e que para sempre assim seja, como berço das melhores práticas para o mercado, o que lhe coloca em evidência quando se fala em seguimento de leis e bons costumes.

Com frequência empresas são tentadas a não cumprir a legislação, pois, convenha-se, cumpri-la custa caro. Entretanto, em uma análise mais profunda, arremata-se que o objetivo primordial de qualquer lei é preservar as coisas e as pessoas. Nessa concepção, por mais tentador que seja, a cooperativa precisa cumprir as leis à risca e incentivar seus pares a fazer o mesmo. Se bem pensado, os pseudobenefícios do descumprimento da legislação não atendem a outros interesses senão os capitalistas selvagens, efêmeros e pessoais.

A organização que auferir parte dos resultados financeiros mediante *descompliance* legal é insustentável a curto, médio e longo prazos, a depender da vultuosidade dos resultados fabricados fora da Lei. A sonegação fiscal pode ser um molde com encaixe perfeito nesse contexto. Com as cooperativas não é diferente. Destarte, cabe a elas cumprir a Lei, ainda que momentaneamente isso implique a renúncia de receitas e outras benesses. O desafeto com algum preceito legal não lhes dá direito de fazer justiça com as próprias mãos.

Aliás, fazer justiça com as próprias mãos também remete às políticas e normas internas, em especial quando a cooperativa faz parte de sistemas de dois ou três níveis. As decisões tomadas em favor do sistema precisam ser acatadas para evitar o trincamento do amálgama sistêmico. No cooperativismo, as deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes (Lei n. 5764/71, art. 38). Logo, se alguém é contra o que foi decidido, deve buscar ponderadamente a mudança da regra, sob pena de subversivismo.

Inspirando a missão do cooperado

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que incita o cooperado a cumprir sua missão, isto é, cooperar. Muito mais do que um sistema econômico, o cooperativismo é uma filosofia de vida, em que os cooperados se trançam como fios, formando uma rede, cuja resistência em relação a um fio isolado é diretamente proporcional à densidade da trama. Cooperar é resignar-se de objetivos pessoais em favor do fortalecimento do todo, de modo que a posteriori o resultado do todo fortalecido venha a respingar nas partes.

Por isso o cooperado precisa internalizar a ideia de que é dono da cooperativa, agindo tal e qual. Ser dono está a léguas adiante de discursos populistas de dirigentes politicamente corretos. Ser dono

é cuidar dos recursos da cooperativa como se seus fossem, e afinal o são. Assim, exigir os maiores juros nos investimentos e os menores juros nos financiamentos é atitude anticooperativa, que apunhala a sustentabilidade da instituição. Em tempo, cooperar pressupõe criar condições para o crescimento do outro, para se crescer a tiracolo.

Agir como dono é exigir uma boa governança com cargos estratégicos separados dos executivos. É reivindicar controles internos, gestão de riscos, *compliance* e auditoria. Um dono não prescinde da transparência aos dirigentes que escolheu em assembleia e não abre mão de saber tudo o que precisa saber. Ele cobra dos seus representantes a destinação frutífera, prudencial e comunitária dos recursos do quadro social e não tolera que seu dinheiro seja empregado em operações temerárias, que oxidam os cepos da cooperativa.

Inspirando a inovação tecnológica

O cooperativismo financeiro que inspira inova. Inovar é um fator crítico de sucesso para esse modelo econômico. Inovar vem do latim *innovare*, que significa “renovar”, que por sua vez significa “aperfeiçoar”. Mais do que fazer diferente, inovar é fazer melhor, e isso é a tradução fiel da tríplice aliança do sucesso empresarial contemporâneo: mais quantidade, mais qualidade e menor custo. Em verdade, a inovação de uma instituição tem como precedente a inovação das pessoas que dela participam, principalmente dos seus timoneiros.

Em termos de soluções financeiras, as cooperativas precisam no mínimo atender ao binômio “necessidades dos cooperados” versus “ofertas e tendências do mercado”. Ao decidir ser alternativa aos bancos, a cooperativa precisa atender a todas as demandas recorrentes do seu quadro social, do contrário estará fadada às limitações impostas pela complementaridade. Neste particular, muito se profetiza em

fidelizar o cooperado, todavia, tal e qual no matrimônio, a fidelidade requer comprometimento de ambos os “cônjuges”.

Sob outra perspectiva, se quiser ser inovadora, a instituição precisa ser desigual, extraordinária. Deve atentar às tendências do mercado financeiro, tanto daqui quanto de fora, e se antecipar. Mais que isso, precisa colocar à disposição dos cooperados necessidades que nem eles sabem que têm. Fazer suposições em nome dos cooperados é temeridade da alta administração, o que explica a necessidade de esse órgão da governança estar próximo da base para ter melhores condições de identificar suas demandas presentes e futuras.

Inspirando a aprendizagem organizacional

O cooperativismo de crédito que inspira é aquele que aprende. Peter Senge (1949 até os dias atuais), professor e diretor do Centro para a Aprendizagem Organizacional do Instituto de Tecnologia de Massachusetts – EUA (MIT), um pragmático idealista, sempre fomentou no ambiente acadêmico e empresarial o conceito de *learning organization*, do inglês “organização que aprende”, como um esmerado diferencial competitivo aos seus adeptos. Para Senge, o pensamento sistêmico é o alicerce da organização que aprende.

O cooperativismo de crédito precisa encorajar a autoaprendizagem em seu ventre, tanto sob a dimensão da subsistência quanto da sustentabilidade. Essa aprendizagem pode vingar em dois ambientes: interno e externo. No ambiente interno elas instruem-se pelos seus próprios erros e acertos; no externo, pelos erros e acertos de outras organizações. Fatalmente, a cooperativa que não aprende e não cria condições para a aprendizagem esmorece. Portanto, aprender é mais um fator crítico de sucesso às cooperativas financeiras.

Os cidadãos que regem a cooperativa financeira precisam manter as portas encefálicas abertas para instruir-se com aquilo que deu e não deu certo, seja na cooperativa que administram, seja em outras cooperativas ou em outras organizações. Nas profícuas palavras de Ricardo Coelho, consultor em cooperativismo financeiro, “refletir é urgente, concordar é secundário.” Cabe, então, a cada administrador internalizar a concepção de que paradigmas existem para serem quebrados. Voltar aos bancos de escola, por que não?

Inspirando a economicidade

O cooperativismo financeiro que inspira é o que faz muito com pouco, onde menos é mais. Gastar pouco e fazer bastante são atitudes inteligentes e sustentáveis, tanto para pessoas sós quanto para sociedades de pessoas. Nessa “briga de foice” que é o mercado financeiro, onde quem dita as taxas de juros é o mercado, reduzir os custos administrativos e operacionais acaba se tornando uma das poucas alternativas para as cooperativas ampliarem suas sobras. Exceto se elas tiverem diferenciais competitivos para fazerem-se únicas.

Quem paga as contas da cooperativa, direta ou indiretamente, é o cooperado, afinal, eles são os sustentáculos da instituição. Assim justifica-se a necessidade de a alta administração aplicar o dinheiro da cooperativa como se seu fosse. Aplicando mal, o cooperado será penalizado, seja em forma de mais juros por um empréstimo, de menos juros por uma aplicação ou de tarifas. Por isso, antes de efetuar qualquer gasto o administrador deve se perguntar: se o dinheiro fosse meu, eu gastaria da forma que estou pretendendo gastar?

Eventos, viagens, restaurantes, hotéis, veículos, instalações, cerimoniais, homenagens, prêmios, gratificações e regalias em geral destinados a conselheiros, dirigentes, funcionários e assessores da

cooperativa devem ter como *benchmark* o padrão de vida dos seus próprios cooperados. Para não entrar em conflito de interesses, aquilo que é usufruído pelos administradores da cooperativa com o dinheiro dos cooperados deve estar em pleno alcance dos cooperados com o dinheiro das atividades econômicas que exercem.

Inspirando o diferencial competitivo

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que tem diferencial competitivo. De modo simples e direto, diferencial competitivo é algo que uma empresa tem ou faz melhor que seus concorrentes, seja no seu bairro, seja na sua cidade, na sua região, no seu país ou no Planeta. É algo que os concorrentes terão dificuldade de copiar e, se o fizerem, não conseguirão tão logo. Se a cooperativa é diferenciada a possibilidade de o cooperado ir embora e não voltar mais é remota, pois não quererá perder as benesses desse diferencial.

Se uma instituição vende *commodities*, então ter diferencial competitivo é uma questão de vida ou morte. Sem titubear, o dinheiro é uma *commoditie*, aliás, a *commoditie* mais famigerada do mundo, conseqüentemente, uma instituição financeira cooperativa é uma empresa que vende *commodities*, visto que dinheiro e soluções financeiras correlatas são vendidas em todas as esquinas. Decerto, para se diferenciar competitivamente no mercado financeiro, a cooperativa deve intermediar dinheiro com educação financeira.

Conclui-se que se a cooperativa está em uma "briga de foice" com seus concorrentes por causa de preço, então ela não tem diferencial competitivo. Para a instituição que tem diferencial competitivo o preço não é a maior preocupação do cooperado na hora de adquirir seus produtos ou serviços. De outro ângulo, se o diferencial alardeado é "o menor preço do mercado" e ainda assim ela precisa dar desconto

para fechar negócios, então esse não é o seu diferencial competitivo. Diferenciais competitivos estão em águas inexploradas.

Inspirando o crédito bem concedido

O cooperativismo financeiro que inspira é aquele que concede crédito de maneira responsável e orientada. Conceder crédito responsávelmente, além de suceder a uma imprescindível análise dos mundiais “C’s” do crédito denota checar se os recursos serão bem justapostos, o que requer orientação ao cooperado. Como já citado, 58,4% das famílias brasileiras estavam endividadas em setembro de 2017, o que faz concluir que um crédito não orientado, em vez de ajudar, pode tornar mais grave as finanças familiares.

Um não bem dito tem mais valor que um sim mal dito. Bem dizer um “não” é deixar translúcido ao cooperado os motivos que naquele momento impedem a cooperativa de lhe dar um crédito. Essa atitude é boa tanto para a cooperativa quanto para o cooperado, pois, não raro, o que ele precisa não é crédito, mas orientação financeira. Mal dizer um “sim”, por conseguinte, significa conceder um crédito para quem não tem condições de pagá-lo e/ou que, ao contrário de contribuir, vai afundá-lo ainda mais na areia movediça das dívidas.

Facilitar a concessão de crédito não é um diferencial competitivo. O cooperado atenderá numa boa os requisitos de concessão de crédito se a instituição for competitivamente diferenciada. Há que se reiterar que o dinheiro que a cooperativa empresta é do cooperado, portanto, os altos administradores precisam, mais uma vez, emprestá-lo como se seu fosse. Cabe a eles estabelecer políticas de crédito baseadas em critérios técnicos que privilegiem os bons cooperados, e os bons, como se sabe, ainda são a maioria.

Inspirando a boa governança corporativa

O cooperativismo financeiro que inspira é o que planeja, implanta e executa um bom sistema de governança, a ser utilizado como fortaleza contra o ataque de conflito de interesses. Os pilares da governança em cooperativas financeiras são: 1) Cooperados; 2) Assembleia Geral; 3) Conselho de Administração; 4) Conselho Fiscal; 5) Diretoria Executiva; 6) Auditoria Independente; e 7) Grupos Técnicos. Como em um coral, cada um desses pilares executa uma voz, que quando perfeitamente encaixadas, tornam-se uníssonas.

Uma das boas práticas de governança corporativa pressupõe a adequada segregação de funções entre quem formula a estratégia, quem coordena a sua execução e quem, derradeiramente, executa o estratagema. Daí decorre a necessidade do Conselho de Administração (que determina o que fazer) ser segregado da sua Diretoria Executiva (que determina e coordena o como fazer), de modo a não atravancar o processo de produção em função de um possível embaralhamento de papéis e responsabilidades.

Um processo decisório bem definido também é determinante para uma boa governança. Em reuniões, seja uma assembleia, seja uma corriqueira reunião da diretoria, é higiênico o envio da pauta com a necessária antecedência, bem como o material de apoio para cada item, a fim de que os participantes se municiem de antemão. Para ampliar ainda mais a objetividade, uma dica é tirar as cadeiras da sala e realizar a reunião em pé, afinal, quando os objetivos são claros e coletivos, as decisões são céleres e triviais.

Além do apartamento entre as funções estratégicas, táticas e operacionais, também é bem quista a desvinculação de atividades comerciais e administrativas. Sobre isso o filósofo Mário Sergio Cortella já dissertou certa vez, entre uma garfada e outra do seu talharim: "De-

mocracia não é ausência de ordem, é ausência de opressão.” Portanto, só faz bem o respeito à hierarquia e a não ingerência entre áreas organizacionais, mesmo em cooperativas, que têm a gestão democrática como um dos seus princípios medulares.

Inspirando o sentido do dinheiro

O cooperativismo financeiro que inspira atua como protagonista na missão humanitária de dar sentido ao dinheiro. O dinheiro é o ativo mais líquido que existe, logo, é motivo de cobiça, rusga e especulação. Isso posto, transfere-se a responsabilidade à tônica do seu uso, porque envolve o consumo racional, o endereçamento produtivo e a sábia gestão das finanças individuais e coletivas. *A lo largo*, o dinheiro não poderia ser utilizado como pivô de rupturas entre pessoas, mas, sim, como um instrumento de tenacidade.

Ao investir suas suadas economias na cooperativa, o cooperado deveria cobrar da alta administração o destino do seu dinheiro: se para financiar empreendimentos coletivos e fecundos, cujos benefícios respingarão em toda ou, pelo menos, boa parte da comunidade, ou empreendimentos (se é que assim podem ser chamados) pontuais e inférteis, com possibilidades altas e/ou evidentes de serem patológicos aos seus tomadores, ao meio ambiente, à economia local e, simultaneamente, à própria cooperativa.

O sentido do dinheiro também remete à boa concessão do crédito, sob ao menos duas óticas: conceder créditos para cooperados que dão sinais claros de que não os honrarão, seja por insipiência econômica, seja por cinismo, e assim andar na contramão do que foi defendido no parágrafo anterior; e faturar com taxas de juros e tarifas punitivas, a exemplo do cheque especial e do adiantamento a deposi-

tante, que deve ser prática aceitável à cooperativa somente pelo tempo necessário a ajudar o sócio a sair destas.

Não raro, um “não” é o melhor “sim”. E na maioria dos casos o “não” pode ser cambiado por um “agora não”. Estando a durabilidade da cooperativa em primeiro plano, quem toma a decisão de crédito precisa dizer “não” sempre que pertinente, somado ao porquê do “não”. Do seu lado, o tomador deve compreender esse “não”, pelo bem de todos. Enquanto isso o aplicador recebe duas taxas de juros, uma social e outra monetária. Dessa forma, tanto ao tomador quanto ao aplicador, o sentido do dinheiro fica assegurado.

Inspirações finais

O intuito com este artigo não foi esgotar as possibilidades que o cooperativismo financeiro tem para inspirar suas partes interessadas e desinteressadas. A intenção, sim, foi colocar em alto-relevô algumas alternativas universais de inspiração na atualidade. Caberá à alta administração, baseada em indicadores e em seu feeling, identificar outras fontes inspiradoras, principalmente as peculiares à área de atuação da cooperativa e ao seu público-alvo. Lembrando que fazer a coisa certa é o melhor a se fazer, em qualquer circunstância.

Infere-se que o cooperativismo financeiro que inspira é aquele feito com profissionalismo. O verbete “profissional”, logicamente, é o antônimo de “amador”. Profissional é o que faz o que faz com maestria. Logo, quando feito com maestria, o resultado do trabalho acaba por inspirar, por osmose, os cooperados, os funcionários, os dirigentes, os clientes, os fornecedores, os parceiros comerciais, os gestores públicos, a comunidade de entorno, etc. a serem pessoas melhores naquilo que são, que fazem e que pregam.

Por fim, a crise que o País vive nos últimos anos não é econômica, nem política, é cultural. O “jeitinho brasileiro” tomou tamanha proporção e visibilidade que causou um curto-circuito na cultura do Brasil. Destarte, se o realinhamento da cultura de um país demora uma geração para cristalizar, então a mudança deve começar hoje, do contrário, amanhã ou depois continuará requerendo uma geração. Nesse contexto, o cooperativismo tem um papel nevrálgico, já que mantém um nível interessante de credibilidade desde Rochdale.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CHEGA AO MATO GROSSO DO SUL

Edivan Junior Pommerening*

Quarta-feira, 29 de abril de 2015, véspera de um evento aguardado há 10 anos. O veículo atravessa rapidamente os 3.600 metros da ponte Ayrton Senna, que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul. A partir dali, as rodovias riscam o planalto em linhas retas e perpendiculares. Do lado direito, cana-de-açúcar, do esquerdo, milhares de nelores nem fazem conta do movimento intenso de caminhões nos dois sentidos da estrada. Cem quilômetros à frente o cenário muda: os bois que estavam na esquerda passam à direita e uma babilônica usina de álcool surge no horizonte, expelindo vapor quente pelas chaminés, como gêiseres no deserto.

Glória de Dourados encontra-se em festa. A Expoglória, exposição agropecuária e industrial do Município, alcança sua 27ª edição. Em paralelo, outro grande, mas por hora restrito evento, está por acontecer. Aspirado com sofreguidão, o acontecimento é o ápice de dias e dias dedicados por uma comissão organizadora a pulverizar quase uma centena de reuniões na metade inferior do Mato Grosso do Sul. Destarte, reivindicou de seus membros estratosférica capacidade de mobilização social, assim como a abelha-rainha faz com suas operárias, se bem que nesse caso não pelo vínculo de subordinação, e sim pela causa comum.

* Pós-graduado em Gestão Estratégica Empresarial pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduando em Gestão Estratégica de Cooperativas Financeiras pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Coordenador da Área de Compliance da Central Cresol Sicoper.

No horário marcado, 22 abnegados tomaram seus assentos na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória de Dourados. Ao final assinariam um livro de presenças, com mais duas dúzias de agricultores familiares, para definitivamente estabelecer um divisor de águas na história da região. Antes da abertura do ato alguns ainda permaneciam céticos, o que é normal para quem aguarda algo por tanto tempo. Mas o ceticismo foi virando pó à medida que a ordem do dia estampada no edital de convocação ia sendo despachada com destreza pelo Mestre, ao sabor das aprovações por unanimidade.

Duas horas atrás, no sítio do Komori, a família de macacos residente e domiciliada em uma enorme touça de bambus não apareceu para receber os visitantes, o que foi prontamente compensado pela hospitalidade nipônica. Lá da cozinha o cheiro do café, produzido ali mesmo, procurou sutilmente as narinas dos forasteiros. Recusar sua degustação seria, no mínimo, negligência da nossa parte. Enquanto isso o japonês falava com orgulho da carta da terra, cujos 16 princípios reproduziu em igual número de painéis e encapou internamente um dos pavilhões da Expoglória. Em suma, os princípios visam garantir que os nossos filhos, e os filhos dos nossos filhos, possam usufruir daquilo que hoje a terra nos oferece.

As palmas e assovios ecoaram na sala de reuniões no exato momento em que o Mestre declarou em alto e bom som que a cooperativa de crédito rural com interação solidária estava enfim constituída. Todos ali sabiam que o cooperativismo de crédito, se não o maior, é um dos maiores instrumentos de alavancagem econômica, financeira e social. Algo que não se basta em si mesmo, pois somente cumpre sua função quando impelido pelo preparo, perseverança e espírito de solidariedade de quem o faz. Nesse ambiente, o bigode do Ferrari foi o paradoro das lágrimas que brotaram durante seu breve e contundente discurso. Lágri-

mas que se encontravam represadas há mais de uma década, quebrando definitivamente o paradigma de que homem não chora.

Os sócios-fundadores não se importaram com o horário bem avançado do meio-dia e aguardaram pacientemente a hora de assinar os documentos que formalizariam a constituição da cooperativa de crédito. Mesmo a Kátia, que precisava maquiagem para expor na feira logo mais à noite. É fato que nos anais do Banco Central do Brasil e da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul ela será “uma cooperativa de crédito”, mas na vida dos agricultores familiares de dois quartos daquele Estado será “a cooperativa de crédito”. Cooperativa que nasce pequena e nem tem grandes pretensões acerca de tamanho, ressalvado o dogma de que o bom velhinho faz grande mesmo aquilo que o homem considera pequeno.

No retorno, ao pé da cheia, a lua crescente ainda acompanhou o veículo por três horas antes de dar lugar ao sol. Na memória dos sulistas estava, ainda fresca, a imagem dos pioneiros em êxtase com o galgo de mais um degrau na escada que leva à sua cooperativa de crédito. Se na ida a história do cooperativismo de crédito solidário no Sul do Brasil consumiu centenas de quilômetros, contada pelo Mestre com uma impressionante riqueza de detalhes, na volta as aulas de fundamentos gerais de filosofia consumiram pelo menos o dobro. Aristóteles dividia a pauta com Paulo Freire, causando uma reviravolta naquilo que o aprendiz defendia até então.

As diversas idas e vindas do Sul ao Centro-Oeste imitaram o sobe e desce do martelo do carpinteiro, sendo as últimas marteladas muito firmes, a ponto de deixar a cabeça do prego a milímetros da madeira. Dali só restou aguardar, em metáfora bíblica, a segunda carta de Paulo (do Banco Central) aos sul-mato-grossenses, que recheada de formalística iniciou com a seguinte frase: “Manifestamos nosso parecer favorável ao funcionamento da cooperativa de crédito rural [...]” E

assim, como em um ato assemblear, mas com o sentimento de que a ordem do dia ainda teria muitos assuntos a tratar, declara-se momentaneamente encerrada esta crônica.

O BOI E A ESPIGA DE MILHO¹

Edivan Junior Pommerening*

Lembro que nos idos da minha adolescência, em meados da década de 1990, no interior de Paial, SC, meu pai tinha uma junta de bois: um se chamava Pintado e o outro Mineiro. O Pintado era um animal comprometido e literalmente trabalhava “que nem um boi”. O Mineiro aparentava ser manso “igual boi de canga”, mas era esquivo, escorava-se no cabeçalho do arado, e o Pintado, coitado, tinha que arrastar, além do arado, o seu parceiro de canga.

Quando meu pai se cansava de chamar a atenção do Mineiro, sem sucesso, ele pedia que eu apanhasse uma espiga de milho e fosse caminhando na frente dele para, assim, estimulá-lo a trabalhar direito. Funcionava. No final de duas ou três vergas eu sacava o bernal e entregava a espiga para ele comer. E uma ao Pintado também, é claro, afinal era ele quem mais merecia. E assim o eito crescia, o Mineiro estimulado pela espiga e o Pintado pelo eito.

O Mineiro era “bardoso”, fazia drama, tudo para não trabalhar. Na terceira ou quarta verga já se ajoelhava, respirava ofegante, para nós pensarmos que ele estava doente. Mas era só mostrar a espiga de milho que ele se punha em pé num salto. O Mineiro se emburrava por coisas banais, não escutava ninguém, e quando isso acontecia, percebíamos que as críticas (construtivas) entravam por uma orelha e saíam pela outra.

¹ Crônica inspirada em fatos reais.

* Pós-graduado em Gestão Estratégica Empresarial pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduando em MBA em Gestão Estratégica em Cooperativas de Crédito com Interação Solidária pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Coordenador da Área de Compliance da Central Cresol Sicoper.

O Mineiro não tinha paciência; batia os cascos no chão quando as coisas não aconteciam do seu jeito ou na velocidade que ele queria, como se fosse o único ruminante do potreiro. Então ele “trocava as patas pelos chifres” e, literalmente, colocava a “carroça na frente dos bois”. O Pintado era bicho, assim como o Mineiro, mas com uma diferença: “tinha alma sob o couro”, tratava a todos com amor, com respeito, e estava sempre pronto para servir a quem dele precisasse.

Para pegar o Mineiro era uma via-sacra. Era só ele escutar o tilintar da tiradeira da canga que saía em disparada potreiro adentro. Então lá ia eu: pegava uma espiga de milho, uma corda, abria a porteira de varas e enveredava atrás do boi. Quando ele via a espiga vinha todo dengoso para o meu lado, ficando fácil enlaçar seus chifres com a ligeira, mas logo após engolir o milho ele corcoveava na canga para tentar quebrar os canzís ou arrebentar o ajoujo e assim ganhar tempo “devarde” enquanto meu pai consertava as tralhas.

Como todo animal irracional, o Mineiro não falava, mas percebia-se nitidamente pelas suas atitudes que ele encontrava desculpas e justificativas a todas as suas displicências. Para ele tudo era difícil, promovia um escarcéu se tivesse que fazer alguma atividade diferente das quais estava habituado. Sem contar que na maioria das vezes ele culpava o Pintado pelos seus erros e ineficiências e sindicalizava os outros animais do potreiro em desfavor do meu pai.

Quando íamos passar o capinador no meio do milho, o Pintado cuidava para não pisar nas plantas, pois sabia que as pisoteadas significavam perdas a toda família e que se meu pai perdesse, ele perderia junto. Pintado trabalhava para ser reconhecido como um ótimo boi de serviço, um exemplo. Para ele, trabalhar não era desalento, era uma diversão. Ele tinha orgulho de chegar ao fim da empreitada e vê-la toda lavrada. Não escolhia horário, não refugava serviço, não tinha tempo ruim. O Pintado fazia a diferença, enquanto o Mineiro...

O tempo passou e o Mineiro jamais pôde ser considerado um boi profissional, pois não evoluiu profissionalmente. Ele se iludiu o tempo todo, seu trabalho não teve sentido, não lhe trouxe dignidade. O cabresto virtual que utilizava não lhe permitiu enxergar outras coisas além das espigas de milho. Não que as espigas não fossem importantes aos seus devaneios, claro que eram. Assim como o dinheiro é importante para as pessoas. Mas trabalhar só por elas, ou só por ele, é fútil demais.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA COOPERATIVA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Gilson Alceu Bittencourt*

A Cresol Confederação realizou um seminário no mês de julho de 2017 para debater o tema da sustentabilidade das cooperativas do Sistema. Diversas propostas foram apresentadas pelos participantes buscando identificar ações concretas que precisam ser implementadas para garantir a sustentabilidade financeira das cooperativas. Este texto resgata algumas dessas propostas e procura identificá-las com ações de apoio ao desenvolvimento local que podem ser executadas pelas cooperativas.

O debate sobre a viabilidade e a sustentabilidade financeira das Cooperativas de Crédito ou de seus Postos de Atendimento, em contraposição a sua atuação como agente de desenvolvimento local e de elevação da renda dos associados (qualidade de vida) existe desde a criação do Sistema Cresol e tem sido uma constante nos seminários e discussões realizados pelo Sistema. Entretanto, a forma com que o debate tem se desenvolvido tem servido mais para ampliar as divergências do que para aproximar posições e construir políticas concretas nos dois sentidos.

Este texto procura demonstrar que as cooperativas podem romper com esse antagonismo, sendo possível que as cooperativas do Sistema obtenham bons resultados financeiros (sustentabilidade financeira) ao mesmo tempo em que cumpram um importante papel no desenvolvimento dos municípios onde atuam, melhorando a renda e a qualidade de vida de seus associados.

* Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade de Campinas; Especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Texas, Estados Unidos; Consultor da Cresol Confederação.

Para demonstrar essa tese, antes mesmo de entrar no debate específico, basta observar a melhoria da qualidade de vida dos nossos associados nos últimos 20 anos em termos de renda, educação (dos filhos), moradia e acesso à informação e lazer, ao mesmo tempo que o Sistema se ampliou e está em processo de consolidação. Podemos afirmar, inclusive, que, de forma geral, avançamos nas duas pontas.

As maiores contribuições para o desenvolvimento local e para a elevação da renda e da qualidade de vida dos associados e suas famílias estão mais presentes onde as cooperativas são mais estruturadas e sustentáveis financeiramente do que onde elas não são sustentáveis, têm baixa penetração entre os agricultores no município ou operam com reduzidos produtos e serviços financeiros. Ou seja, para contribuir com a renda dos associados e com o desenvolvimento local, a cooperativa deve ser ativa, ter grande penetração no mercado de crédito rural no município, dispor de diversos produtos e serviços financeiros que atendam às demandas dos sócios, ser eficiente e eficaz na sua atuação, operar com baixos custos e diversificar suas fontes de receita, o que tende a garantir também sua sustentabilidade financeira.

Para iniciar o debate, primeiro é preciso resgatar os objetivos e as motivações que levaram à criação das cooperativas, das centrais e da Cresol Confederação. Quando da criação das cooperativas, em geral as demandas eram:

- a) ampliar e simplificar o acesso ao crédito rural subsidiado (custeio e investimento) e aos financiamentos pessoais (consumo ou produtivo) a taxas mais competitivas que as ofertadas por bancos e financeiras;

- b) dispor de opções de investimento e poupança com garantia, segurança e rentabilidade igual ou superior ao ofertado pelos bancos;
- c) ampliar e facilitar o acesso a serviços financeiros como consórcios e seguros (pessoais e para a produção) de forma competitiva em relação ao mercado;
- d) disponibilizar conta-corrente e ampliar as formas para pagar e sacar os recursos depositados – talão de cheques, cartão de débito e crédito – a custos competitivos;
- e) estimular a economia local, procurando fazer com que os recursos circulem no próprio município (compra e venda da produção, de insumos e de bens de consumo e duráveis no próprio município);
- f) facilitar o pagamento de contas (boletos, tributos, etc.) e o recebimento de recursos (benefícios previdenciários, ordens de pagamentos, venda de produtos, etc.).

É importante ressaltar que ao longo do tempo, com o avanço de novas tecnologias (smartphones e internet) e com o desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros, novas demandas surgem em nossas cooperativas. Entre elas destacam-se:

- a) acesso aos serviços financeiros (pagamentos, consultas, liberação de crédito) por meio da internet e de smartphones;
- b) novas modalidades de crédito produtivo, inclusive para agroindústrias e médios produtores;
- c) atuação com crédito consignado para associados urbanos e crédito para micro e pequenas empresas;

- d) atuação junto a vendedores de insumos agropecuários e de bens de consumo, com aceitação de cartões de crédito e débito das cooperativas;
- e) planos de previdência privada para associados urbanos, de diferentes categorias profissionais;
- f) concessão de crédito e de serviços financeiros de forma mais orientada, considerando as condições e características socioeconômicas dos associados.

Quando se discute sobre qual deve ser a contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento local e para a elevação da renda dos nossos associados, várias questões aparecem como desafios a serem superados:

- a) o que uma cooperativa de crédito pode fazer para contribuir para o desenvolvimento local?
- b) qual o papel dos dirigentes das cooperativas no processo de desenvolvimento local?
- c) como ampliar a renda e melhorar a qualidade de vida dos associados?
- d) como avaliar o trabalho desenvolvido pela cooperativa para o desenvolvimento local?

Contribuir para elevar a renda e melhorar a qualidade de vida dos associados deve ser o objetivo principal da existência de uma cooperativa de crédito. Quanto melhor e mais estável a renda do associado, maior tende a ser o desenvolvimento de uma comunidade ou mu-

nício. Para isso a cooperativa deve disponibilizar produtos e serviços financeiros que permitam que os associados:

- a) acessem financiamentos produtivos e de consumo mais baratos, simplificados e adaptados à sua realidade econômica;
- b) financiem a aquisição de bens de consumo duráveis que possam melhorar a qualidade de vida e ampliar as possibilidades de comunicação, educação e lazer para a família (televisão, máquina de lavar roupa, geladeira, micro-ondas, computador, acesso à internet e telefone celular, entre outros);
- c) reduzam a variação brusca de renda na produção agropecuária em razão dos riscos climáticos, a ser efetivada por meio de seguros;
- d) formem uma poupança financeira, para que possam utilizá-la para reduzir os impactos de uma variação significativa de sua renda, ou ainda, para casos ou situações excepcionais, como saúde, educação, festa, viagem, etc.;
- e) consigam manter e garantir a educação para seus filhos, no mínimo para que possam concluir o ensino médio (melhor ainda se for o ensino superior);
- f) melhorem a produção, a produtividade e a rentabilidade de sua atividade econômica, seja com o uso de tecnologia modernas, seja com a melhoria nos seus sistemas de produção;
- g) adquiram máquinas e equipamentos que aumentem a produtividade de sua atividade, além de reduzirem a necessidade de trabalhos degradantes ou de maior desgaste físico para quem trabalha em sua unidade produtiva;

- h) acessem o crédito rural e o crédito pessoal nos momentos de maior necessidade de recursos, de forma a permitir um melhor planejamento da atividade produtiva ao longo do ano;
- i) reduzam os custos, o tempo e a burocracia para acessar os diversos serviços financeiros disponibilizados pelas cooperativas.

As cooperativas de crédito sozinhas não vão garantir o desenvolvimento local. É preciso existir uma forte atuação e compromisso do governo local (executivo e legislativo) e das demais organizações sociais no município para viabilizá-lo. Entretanto, as cooperativas são importantes atores para contribuir para esse processo. Para isso, as cooperativas devem, entre outras ações:

- a) disponibilizar poupança e seguros de modo a reduzir os impactos na economia local provocados pela queda brusca da renda em decorrência de fatores climáticos ou sanitários;
- b) disponibilizar financiamentos produtivos e pessoais mais baratos para seus associados;
- c) incentivar o consumo de bens e serviços produzidos no próprio município ou, ainda, comercializados localmente, incentivando o comércio e a economia local, seja por meio do uso de cartões de débito e crédito, seja com cheques;
- d) financiar seus sócios para que possam desenvolver atividades produtivas e geradoras de renda e de trabalho;
- e) apoiar e financiar atividades produtivas sustentáveis que minimizem os impactos negativos ao meio ambiente, com destaque para a água e para os solos e para a produção orgânica;

- f) apoiar e financiar atividades agregadoras de renda e demandadoras de serviços fornecidos localmente, com destaque para a agroindustrialização;
- g) apoiar atividades socioculturais desenvolvidas no município, incentivando o acesso à cultura e ao lazer a um maior número de pessoas;
- h) apoiar os associados na criação e estruturação de associações e cooperativas de produção e de serviços que atuem na agregação de renda e na criação de trabalho e renda;
- i) Apoiar atividades educacionais que incentivem a formação dos jovens e estimulem o aprendizado;
- j) Apoiar as organizações sociais e representativas dos associados para que tenham mais força na defesa e ampliação dos seus direitos junto aos poderes públicos locais, estadual e nacional.

Observe-se que para uma cooperativa ser um agente de desenvolvimento local e potencializador da renda de seus associados, ela deve fazer basicamente o que se propôs quando de sua criação. E não há diferenças entre o que é demandado de uma Cooperativa Singular ou de um Posto de Atendimento quando este é o único representante da cooperativa no município.

Por outro lado, como viabilizamos financeiramente uma cooperativa ou um posto de atendimento? Como garantimos sua sustentabilidade ao longo do tempo?

Para obter rentabilidade e garantir a sustentabilidade financeira, é preciso ampliar as receitas e reduzir as despesas. As ações para obter esses resultados são conhecidas por todos, mas não são aplicadas em muitas de nossas cooperativas. De forma geral podemos citar:

a) **ampliar e diversificar os associados ativos**

Não adianta a cooperativa ter um grande número de sócios se uma parte significativa deles não utiliza os seus serviços e produtos ou movimentam todos os seus recursos em outras instituições financeiras. Existem sócios inativos em todas as cooperativas, mas os motivos que os levam a essa condição podem ser diferentes em cada cooperativa. Conhecer esses motivos e superá-los é um grande desafio para dirigentes e funcionários das cooperativas.

Para ampliar o número de associados também é preciso foco e direcionamento. Se a cooperativa tem excesso de captação de recursos e baixa demanda por crédito (excesso de liquidez), ela deve buscar novos associados entre os grupos sociais e econômicos que normalmente são demandantes de crédito. Por outro lado, em cooperativas com alta demanda de crédito e baixa liquidez, o caminho está na busca de associados entre os grupos sociais e econômicos com maior capacidade ou propensão a poupar. Os agricultores familiares nem sempre estão nas duas pontas.

Para recuperar os associados inativos e ampliar a base social da cooperativa com novas associações, sugere-se:

- i) identificar os sócios inativos e os motivos que os levaram a essa condição, procurando atender às suas demandas para estimulá-los a voltar a operar com a cooperativa;
- ii) fomentar a associação de novos sócios entre o atual público e a área de atuação da cooperativa, procurando demonstrar as vantagens comparativas da cooperativa sobre outros agentes financeiros;
- iii) analisar a viabilidade de ampliação da área de atuação da cooperativa ou do PA para regiões ou comunidades excluí-

das ou subatendidas pelo sistema financeiro, buscando um perfil de associado similar ao já atendido pela cooperativa (público conhecido);

- iv) analisar a viabilidade de ampliar a associação para outros segmentos sociais ou produtivos não atendidos ou pouco atendidos pela cooperativa, procurando diversificar a carteira de produtos e de serviços da cooperativa (público urbano e de micro e pequenas empresas).

b) ampliar a oferta e a venda de produtos e serviços financeiros na cooperativa

Ampliar e diversificar as receitas da cooperativa ou dos postos de atendimento é fundamental para alcançar a sustentabilidade financeira. Para isso, não basta ter produtos e serviços à disposição, é preciso ofertá-los e saber vendê-los de acordo com a necessidade dos nossos associados.

Muitas vezes o associado não conhece os produtos ou serviços ou desconhece que a cooperativa os tem a sua disposição. Por outro lado, muitas vezes a cooperativa não conhece seus associados e suas demandas. Esse duplo conhecimento é a primeira etapa para facilitar a venda de produtos e serviços que sejam mais adaptados à realidade de cada sócio. Isso não significa que temos que empurrar “goela abaixo” os produtos, independente da necessidade de nossos sócios. Quanto mais adaptado for o produto ou serviço à realidade do associado, mais a sua venda será encarada como um benefício e não como um produto supérfluo, facilitando sua venda. A adaptação de um produto às condições do associado não significa ter um produto específico para cada pessoa, mas diferenciar os valores, prazos e tipos de produto disponíveis às suas condições socioeconômicas. Em muitos casos o maior desafio do funcionário da cooperativa não é adaptar o

produto à realidade do associado, mas identificar qual produto se encaixa à demanda e realidade de cada associado.

Certamente nossos produtos são competitivos e atendem a muitas das demandas de nossos associados. Crédito, poupança, seguro, consórcios e meios de pagamento (cartões de crédito e débito) são demandas comuns no mundo moderno, especialmente do setor rural, que geralmente não tem renda uniforme ao longo do ano e é mais vulnerável às intempéries climáticas. E caso não ofertemos nossos produtos, com certeza buscarão atender às suas necessidades em outras instituições financeiras, muitas vezes em piores condições do que as existentes nas cooperativas.

Não se deve subestimar os associados das Cresois em relação a sua capacidade e desejo de operar com tecnologias – uso de *home banking*, *mobile banking*, cartões de crédito e débito, entre outros, ou então “achar” que eles (ou seus filhos) não gostam de “tecnologias modernas”. Os associados demandam acesso a produtos e serviços financeiros que tenham baixo custo, sejam de fácil e simples utilização (não significa menor uso da tecnologia), e demandem pouco tempo para seu uso (uso rápido).

Destaca-se, ainda, que os produtos e serviços financeiros disponibilizados pelas cooperativas são complementares entre si em relação ao resultado que produzem, tanto para o associado quanto para a cooperativa. Para garantir a sustentabilidade financeira, a maioria das cooperativas precisa crescer em número e diversidade de produtos comercializados aos associados.

Em determinados municípios, mesmo com a presença de outras instituições financeiras, bancárias ou cooperativas, as cooperativas do Sistema Cresol são responsáveis por mais de 50% das operações de Pronaf contratadas no município. Com um maior número de contratos de crédito subsidiado, amplia-se também a possibilidade de fornecer

outros tipos de crédito com recursos próprios (pessoal ou produtivo), além de seguros (de produção, de bens e de vida), cartões de crédito e débito, consórcios, pagamento e recebimento de boletos, aplicações em RDC ou LCA (em construção), entre outros. A soma de um maior número de associados ativos, com a diversidade de produtos comercializados, tende a garantir a sustentabilidade financeira das cooperativas.

Por outro lado, quando se observam cooperativas ou postos de atendimento que não são sustentáveis, verifica-se que em geral elas têm uma baixa participação do crédito rural no município e têm muitos sócios inativos. Ou, então, mesmo com uma participação mais efetiva no total de operações do Pronaf no município, têm fraco desempenho na comercialização de outros produtos e serviços financeiros. A cooperativa deve ser o fornecedor do conjunto das demandas de serviços aos seus associados, não podendo se restringir a um papel de fornecedor de crédito subsidiado.

A atuação com micro e pequenas empresas (pessoa jurídica) é um desafio para qualquer instituição financeira, mas também se traduz em uma grande oportunidade para as cooperativas do Sistema Cresol. Com um bom mecanismo de análise de crédito, associado à adoção de garantias que possam reduzir os elevados índices de inadimplência e o desconhecimento sobre esse setor pelas cooperativas, as operações com esse setor podem trazer ótimos ganhos do ponto de vista de apoio ao desenvolvimento e como fonte de novas receitas. Entretanto, é fundamental que os produtos e serviços estejam adaptados a suas demandas efetivas, principalmente em termos de tecnologia e uso de internet.

O crédito consignado para trabalhadores do serviço público e privado, bem com o pagamento de salários para funcionários de empresas privadas e governos locais também são produtos que as cooperativas podem oferecer e obter uma boa rentabilidade. Além disso,

contribuem para que os recursos circulem o máximo possível nos próprios municípios, gerando mais desenvolvimento.

Quanto mais as cooperativas atuarem procurando operar em todos os elos da cadeia econômica local na qual o dinheiro circula, evitando que ele precise sair da cooperativa para outra instituição financeira, mais elas tendem a ganhar e rentabilizar-se. Por isso a atuação com o comércio é fundamental, não restringindo sua atuação aos estabelecimentos comerciais vinculados à atividade produtiva rural.

A constante capitalização da cooperativa também é uma necessidade e precisa estar na pauta dos Conselhos de Administração. Entretanto, para que o associado tenha interesse em ampliar sua capitalização, ele precisa ver o resultado desse esforço ser recompensado, seja com mais e melhores serviços financeiros ofertados, com a existência de uma boa gestão e de uma forte governança da cooperativa e de seus recursos, seja com a rentabilidade de seu capital social.

c) **reduzir a inadimplência nas operações de crédito**

A inadimplência é inerente à concessão de crédito, por isso não existe crédito sem inadimplência. Entretanto, esta deve sempre ficar em patamares compatíveis com o mercado e aceitáveis em termos de custo para as cooperativas. A inadimplência de alguns associados leva necessariamente à elevação dos custos para os demais sócios que demandam crédito e menor rentabilidade para os poupadores.

A inadimplência nas operações de crédito representa, na maioria das cooperativas, a sua maior despesa, superando em diversos casos os custos com infraestrutura e pessoal. Por isso, deve sempre ser tratada com o máximo de prioridade pelos dirigentes e funcionários das cooperativas. As cooperativas que adotam parâmetros discricionários (análise e avaliação realizada unicamente pelos gestores) para a concessão do crédito tendem a ter uma inadimplência mais elevada

que as demais que adotam, além da análise pessoal do gestor, mecanismos de *credit score*. Em geral, essas cooperativas mais liberais na concessão do crédito também adotam posturas mais radicais contra a adoção de mecanismos de avaliação do risco sob o pretexto de perda de autonomia, mas acabam, muitas vezes, por inviabilizar economicamente a cooperativa e penalizar os demais associados. Quanto maior o custo operacional, maior o custo do crédito e menor a rentabilidade de suas aplicações. Consequentemente, maiores os índices de sócios inativos ou descontentes com a cooperativa.

As operações de crédito efetuadas com gestores das cooperativas (diretores e funcionários) e seus familiares devem ser mantidas dentro do mais rígido controle, evitando qualquer tratamento diferenciado ou privilegiado em relação aos demais associados. Benefícios diferenciados ou inadimplência dos gestores das cooperativas tendem a produzir um efeito moral nefasto sobre os demais associados, incentivando a inadimplência ou levando-os a perder a credibilidade na gestão da cooperativa, o que tende a torná-los cada vez menos ativos na cooperativa.

São inúmeros os mecanismos possíveis de adotar para reduzir a inadimplência. O desafio dos gestores está na identificação dos principais motivos da inadimplência em sua cooperativa e na apresentação/efetivação de ações específicas para minimizar seus problemas:

- i) dispor de um sistema de avaliação de crédito eficiente e adaptado à realidade da base social da cooperativa (*credit score*);
- ii) estimular a criação e difusão de um espírito cooperativo e solidário entre os associados, demonstrando que a inadimplência de alguns penaliza os demais;

- iii) acompanhar a situação financeira dos associados para evitar um endividamento superior à sua capacidade de pagamento (saber a hora de renegociar uma dívida ou suspender novos financiamentos);
- iv) garantir maior estabilidade na renda do associado, com a disponibilidade de seguros da produção e de bens, inclusive de automóveis e de vida;
- v) estimular a utilização de tecnologias e de sistemas de produção adaptados às condições de solo e de clima da área onde atua, reduzindo as perdas;
- vi) estimular a diversificação da renda familiar, estimulando novas atividades geradoras de renda e trabalho;
- vii) realizar controle rigoroso do endividamento de dirigentes e de funcionários, bem como de seus familiares na cooperativa, evitando também qualquer tratamento privilegiado em relação aos demais associados;
- viii) possuir um bom sistema de cobrança administrativa e judicial.

Em resumo, é praticamente impossível uma cooperativa ou PA ser sustentável financeiramente se possuir uma elevada inadimplência. Esse é o primeiro item a ser tratado quando o objetivo é alcançar a sustentabilidade financeira.

d) reduzir os custos operacionais

Para alcançar a sustentabilidade financeira, não basta que as cooperativas ampliem suas receitas (ação limitada), é preciso reduzir os custos. Para reduzir custos deve-se analisar e mapear os processos adotados pela cooperativa na execução de suas tarefas, identificando

onde há desperdício de recursos e de tempo. Quanto mais conhecidos e mapeados são os processos, mais fácil é a identificação de onde é possível reduzir os custos.

A automatização de determinados processos pode ajudar a simplificar as tarefas e reduzir o tempo dispendido pelos funcionários e os custos nas operações efetuadas pelas cooperativas. Além disso, também pode reduzir os erros e falhas humanas nas atividades administrativas, o que pode trazer fortes reduções de custos.

A automatização dos processos na cooperativa não precisa ser uma eliminadora de mão de obra ou redutora do número de funcionários, mas uma forma de permitir a focalização do trabalho nas atividades em que é requerida a atuação humana, como o relacionamento com os associados e a venda de novos produtos e serviços financeiros. Assim, o funcionário pode deixar de ser uma fonte de despesa para tornar-se um gerador de receitas para a cooperativa.

A redução dos custos da cooperativa para além da redução da inadimplência pode estar em ações simples, como redução do desperdício de material, controle do uso do telefone e dos carros, pagamento de salários de acordo com as funções efetivamente desempenhadas, ou, ainda, alocação de funcionários para as atividades coerentes com seus salários, evitando pagar mais por atividades mais simples e que demandam menor qualificação.

Muitos associados da Cresol podem até gostar de visitar a cooperativa e conversar com seus dirigentes e funcionários, mas ninguém sente prazer em esperar para ser atendido, ou despender tempo com burocracia, ou, ainda, demorar para ter suas demandas de produtos e serviços concretizados pela Cooperativa. Se outros fazem melhor e mais rápido, por que ficar trabalhando com as Cresois?

Por isso, a adequação e modernização das agências das cooperativas, a ampliação dos serviços virtuais (*home banking e mobile*

banking) e a capacitação dos funcionários são fundamentais para reduzir custos operacionais e melhorar a eficiência no atendimento, garantindo maior nível de satisfação entre nossos associados.

A duplicação de estruturas e de atividades é uma realidade no Sistema Cresol e não representa necessariamente maior autonomia das cooperativas, das bases regionais ou mesmo das Centrais. Muitas vezes essa duplicação acaba sendo responsável pela elevação dos custos operacionais e pela ampliação da burocracia e do tempo de execução das operações. Algumas dessas duplicações de estrutura são em áreas meramente operacionais, não definindo o rumo ou as prioridades de ação de uma cooperativa ou de uma Central. Por isso devem ser revistas o mais rápido possível. Como exemplo de duplicação de estrutura, temos as corretoras de seguros, a contabilidade em algumas bases de serviços, os diferentes softwares de crédito adotados pelas Centrais (na prática é o mesmo programa com algumas pequenas diferenças) e os contratos distintos para auditoria externa.

É fundamental que a cooperativa ou posto de atendimento tenha sua estrutura operacional (pessoal, sede, despesas de consumo, etc.) vinculada a sua receita efetiva. Ou seja, para justificar uma estrutura mais onerosa, deve-se ter uma receita elevada e diversificada. É isso que contribui para garantir a sustentabilidade financeira.

e) melhorar a Governança e qualificar a atuação dos conselheiros, diretores e funcionários das cooperativas

Nas cooperativas singulares do Sistema Cresol há uma certa indefinição dos papéis dos dirigentes, tanto dos conselheiros quanto dos diretores liberados. O mesmo acontece em muitos casos com funcionários. Muitos processos de trabalho para as ações mais simples da cooperativa não são mapeados, sendo executados de acordo com a experiência, formação e dedicação dos funcionários. Em decorrência,

há uma diferença muito grande na atuação e funcionamento entre as cooperativas, mesmo entre as vinculadas a uma mesma Central.

A automatização dos processos reduz em parte esse problema, mas não o resolve. Mapear todos os processos, com definição de responsabilidades, reduz os riscos e amplia a eficiência operacional, pois fica mais fácil detectar e corrigir eventuais falhas. Sem um bom mapeamento dos processos, a cada mudança de funcionário, especialmente entre os gestores de áreas, há necessidade da construção de uma nova prática de trabalho, gastando mais tempo para o aprendizado, além de ampliar a possibilidade de perda de boas práticas adotadas anteriormente, muitas vezes à custa de muita formação e capacitação.

Mesmo com a automação ou simplificação de determinados processos, muitas vezes mantém-se a mesma estrutura de funcionários existente anteriormente, sem uma avaliação de sua efetiva necessidade, ou ainda, são mantidas pessoas com capacidades (experiência ou formação) e salários mais elevados desenvolvendo atividades simples que poderíamos desenvolver com funcionários com menor nível salarial. Essas distorções acabam por dificultar um atendimento mais qualificado para os associados, ou, ainda, reduzem a capacidade de oferta e venda dos produtos e serviços disponíveis na cooperativa.

Os dirigentes liberados muitas vezes agem como funcionários "faz tudo" da cooperativa, deixando de exercer sua verdadeira função no processo de gestão e condução política da cooperativa. Os conselheiros de administração não devem atuar como funcionários ou diretores das cooperativas, exercendo funções executivas, muito menos como simples associados. Eles têm responsabilidade sobre os rumos da cooperativa. Por isso devem estar atentos aos associados e como estes estão percebendo o funcionamento da cooperativa, observar e acompanhar as ações dos gestores, evitando deixar que os dirigentes

executivos ou gerentes conduzam a cooperativa diferentemente do que foi definido e aprovado pelo seu Conselho de Administração.

É comum que dirigentes e funcionários que deveriam atuar a maior parte do seu tempo em atividades externas à sede da cooperativa se acomodem e permaneçam praticamente todo o tempo no escritório. A comodidade do ambiente e muitas vezes o receio de receber críticas dos associados estimula ainda mais essa prática. Por isso, sugere-se que os dirigentes das cooperativas tenham um número mínimo de dias por mês que devem dedicar obrigatoriamente a visitas aos associados (ativos e inativos), ao comércio local (clientes e potenciais clientes), a associações e cooperativas de produção, ao poder público local e às organizações sindicais e sociais atuantes no município.

Essas visitas contribuem para a ampliação das receitas, na medida em que melhoram o contato com a base social, geram mais confiança e credibilidade, ampliam e abrem novas possibilidades de negócios e permitem uma análise crítica do trabalho da cooperativa, inclusive ajudando a identificar possíveis falhas ou lacunas nos produtos e serviços ofertados. Além disso, permite uma maior sintonia dos dirigentes com os problemas enfrentados pelo município, tanto pelo poder público, pelas organizações sociais e econômicas quanto, e principalmente, pelos associados. Essa relação mais próxima com a comunidade local tende a gerar uma atuação mais forte da cooperativa em ações que contribuam para o desenvolvimento local.

Caso essa prática se demonstre eficiente, sugere-se discutir a possibilidade de liberação de dirigentes para atuarem em municípios onde existam apenas Postos de Atendimento, para que estes possam exercer a função de articulação política e de relações públicas das cooperativas. Ressalta-se que o papel aqui defendido é de um gestor político e econômico da cooperativa, com capacidade e potencial para geração de novos negócios e divulgação dos produtos e serviços ofer-

tadas pela cooperativa. Ou seja, sua liberação deveria estar vinculada aos resultados econômicos gerados para a cooperativa, sendo seus custos incluídos no cálculo da sustentabilidade financeira do posto de serviço.

Os avanços com a melhoria da Governança das cooperativas, com a segregação das funções dos conselheiros e dos dirigentes executivos, uma melhor definição do papel dos conselheiros, o mapeamento dos processos e a capacitação dos dirigentes e funcionários são requisitos fundamentais para o sucesso e viabilização financeira das cooperativas.

Sustentabilidade versus desenvolvimento

O crédito rural que permite que um agricultor amplie sua produção e melhore sua renda é o mesmo que gera receitas para as cooperativas. O crédito pessoal ou produtivo com recursos próprios utilizado para aquisição de bens de consumo ou insumos para a produção, garantem mais receita para a cooperativa e também ajudam o associado a obter um crédito mais barato e simplificado do que pagaria caso optasse por fazer um crediário diretamente no comércio ou em um banco, permitindo uma melhor gestão de seus recursos.

O estímulo à poupança e à capitalização das cotas-parte pelos associados, além de proporcionar rentabilidade para a cooperativa e ampliar sua capacidade operacional, permite que o associado e sua família tenham mais estabilidade financeira, garantindo recursos para uma emergência, uma frustração de safra ou mesmo para contribuir para a educação e a formação dos seus filhos.

O seguro de vida, do automóvel ou de uma máquina ou equipamento produtivo, além de contribuir para a estabilidade da renda familiar (ou da unidade produtiva) em caso de sinistro, também gera receita para a cooperativa. A utilização do cartão de crédito ou débito pelo associado, garantindo mais agilidade e segurança em suas

compras, também gera receita para a cooperativa. É importante destacar que praticamente todos esses produtos são (ou serão) consumidos pelos associados em algum momento, e caso não sejam ofertados e comercializados pelas cooperativas, eles serão vendidos pelos seus concorrentes.

O incentivo para que os comerciantes locais, independentemente da atividade econômica em que atuem, abram uma conta-corrente na Cresol para movimentar seus recursos, façam um financiamento de capital de giro, aceitem os cartões de crédito e débito operados pela Cresol e ampliem as receitas nas duas pontas (associados usuários do cartão e o comércio recebedor) ajuda no desenvolvimento, pois estimulam o consumo local, mantendo os recursos gerados no município circulando na mesma região e, de preferência, sem sair da cooperativa, apenas mudando de detentor da conta.

O financiamento de atividades agroecológicas e de agregação de valor à produção (agroindústrias), da mesma forma que qualquer outro projeto produtivo, tendo capacidade de pagamento e garantias, deve ser estimulado e financiado pelas cooperativas. A capacitação de funcionários para operar com esse tipo de crédito – atividades agroecológica e de agroindústrias – pode se tornar um diferencial competitivo da cooperativa em relação a outras instituições financeiras, além de gerar receita e contribuir para um desenvolvimento mais limpo e sustentável.

O apoio das cooperativas a determinadas pautas de reivindicações efetuadas por sua base social na defesa de políticas públicas nos três níveis de governo pode ser considerado importante fator para sua viabilidade econômica. A ampliação ou melhoria dessas políticas públicas pode significar mais renda para o associado e ampliar sua relação econômica com a cooperativa.

A maioria das ações que as cooperativas precisam desenvolver para alcançar sua sustentabilidade financeira são as mesmas que

ela precisa realizar para ser um agente de desenvolvimento e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus associados.

Mas se as ações necessárias para a sustentabilidade financeira são as mesmas que se precisa desenvolver para tornar as cooperativas atores mais ativos do desenvolvimento local, por que a maioria das cooperativas ainda não consegue garantir sua sustentabilidade financeira?

Talvez porque seja mais fácil ficar discutindo sobre teorias e conceitos do que colocar em prática ações efetivas, o que exige mais trabalho e dedicação. Existem exemplos concretos de sucesso na obtenção da viabilidade financeira nas cooperativas do Sistema, tanto nas constituídas há mais tempo quanto nas mais recentes, em diferentes regiões e com concentração de associados em diferentes atividades econômicas.

Portanto, é possível garantir a sustentabilidade das cooperativas, apesar das dificuldades e limitações existentes em nosso meio, o que demanda muito planejamento, capacitação, atitude e esforço de todos os dirigentes e funcionários. Para elevar as receitas e reduzir as despesas é preciso fazer algumas ou todas as ações descritas anteriormente, selecionadas de acordo com a especificidade de cada cooperativa ou posto de atendimento, ou, ainda, dos municípios onde atua.

Partindo de exemplos concretos de cooperativas ou PAs que tenham alcançado a sustentabilidade financeira, sugere-se uma análise detalhada da composição da receita, avaliando a quantidade e a diversidade dos produtos e serviços comercializados, o número de sócios ativos, o volume das diferentes modalidades de crédito e taxas de inadimplência, o valor médio da captação de recursos à vista e a prazo, bem como dos mecanismos de estímulo à capitalização das cotas-parte. Por outro lado, é fundamental uma boa avaliação das despesas, considerando estrutura física, pessoal e demais despesas correntes. Como mencionado anteriormente, um mapeamento dos processos desenvolvidos pela cooperativa pode ajudar muito na redução de despesas.

Com base nesses exemplos positivos, é possível estruturar modelos estruturais e de venda de produtos e serviços mínimos para garantir a viabilidade da cooperativa. Além disso, melhorias no processo de governança e de gestão das cooperativas podem ser responsáveis por mais avanços na ampliação de receitas e redução de despesas.

Finalmente, as Centrais e a Cresol Confederação também têm um papel crucial nesse processo, que é reduzir os custos dos serviços prestados para as cooperativas e ampliar os produtos e serviços a serem disponibilizados e que podem ampliar as receitas. A eliminação ou redução de duplicidade de estruturas e serviços (corretora, tecnologia, contabilidade, auditoria, entre outros) existentes dentro das Centrais ou entre as Centrais deve ser uma prioridade nesse processo.

A conjuntura atual traz desafios e oportunidades para as cooperativas do Sistema Cresol. Há sinais de retomada da atividade econômica no País, com perspectivas concretas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e retomada do emprego, embora ainda em níveis muito aquém da necessidade. A retomada da atividade econômica e da geração de empregos tende a ampliar a renda e elevar o consumo, exigindo mais crédito, tanto de consumo quanto produtivo, e aumentando a demanda de produtos agropecuários. Esse aumento pode estimular a retomada dos preços agrícolas e contribuir para recuperar a renda dos agricultores, especialmente em atividades como bovinocultura de leite e produção de carnes.

A redução da inflação e da taxa de juros (taxa básica) tende a contribuir para a retomada do crédito e da atividade econômica, contribuindo para a ampliação das receitas das cooperativas. Entretanto, a redução da taxa Selic tende a obrigar as cooperativas a reduzir também seus *spreads*, exigindo ainda mais controle das despesas, especialmente em relação à inadimplência e à diversificação das receitas.

Quanto menor a taxa Selic, menos interesse os bancos comerciais (e seus investidores) têm em aplicar seus recursos em títulos públicos, necessitando diversificar seus investimentos e buscar ativos de maior rentabilidade, como o crédito em todas as suas modalidades. Por isso, espera-se, também, maior concorrência nesse campo.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, N. Y. 10017
1980



Capítulo II -

**A AGRICULTURA FAMILIAR
GERANDO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS REFLEXÕES

Cledir A. Magri*

Considerações Iniciais

Durante muito tempo nos dedicamos à produção de reflexões em torno de dois grandes temas: o cooperativismo de crédito de economia solidária e a agricultura familiar e seus respectivos desdobramentos. Tais reflexões são produzidas partindo do pressuposto de nossa atuação em torno dessas duas temáticas e do acúmulo acadêmico que vamos construindo com o passar dos anos. Assim, as reflexões que compõem este texto dialogam basicamente sobre alguns elementos que estão relacionados à temática da agricultura familiar. Trata-se de algumas reflexões que foram produzidas no último período e estão sendo compartilhadas neste artigo.

Agricultura Familiar: a importância da inclusão digital

Vivemos em uma época em que o acesso à informação, à formação e à capacitação é cada vez mais necessário em todos os segmentos de nossa sociedade e nos mais distintos públicos que a compõe. Diante disso, temos diferentes modos de acesso a essas informações, os quais variam de acordo com a realidade de cada sujeito e dentro de suas condições de vida.

* Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo; Pós-graduado em Direitos Humanos pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier; doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale dos Sinos; pós-graduando em Pós-graduando em MBA em Gestão Estratégica em Cooperativas de Crédito com Interação Solidária pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Presidente da Cresol Frederico Westphalen e da Cresol Confederação.

Entre os modos de se acessarem as informações podemos citar os processos de formação que são promovidos e desenvolvidos pelos movimentos e organizações sociais que trabalham com esses públicos, por meio de noticiários de televisão, jornais, revistas, informativos, rádios, internet e demais meios de comunicação. Estes, em grande medida, são as principais ferramentas no processo de transmissão das informações dentro do contexto social. Vale destacar que não pretendemos adentrar os méritos referentes às formas em que as informações são repassadas a partir dos interesses que são postos em jogos, mas para, além disso, refletir sobre os meios existentes para o acesso às informações em nossos dias.

Considerando o exposto, percebe-se, no que se refere aos meios de comunicação, uma expansão no acesso à internet nos diferentes segmentos da sociedade, principalmente das classes média e alta, que possuem melhores condições de vida.

Assim, projetos no sentido de possibilitar a inclusão digital com acesso à internet para toda a população se justifica, pois em nossos dias, mais do que nunca, precisamos fazer com que a agricultura familiar como um todo esteja informada, e dessa maneira, o acesso à internet é um fator importante. Isso permitirá ao agricultor acessar as mais distintas notícias que são do seu interesse e de sua família e comunidade e se informar sobre questões básicas, como a previsão do tempo e os preços dos produtos agrícolas até sobre questões mais complexas que dialogam com a conjuntura atual e futura para a agricultura familiar, como os preços de mercado mundial e os estoques de produtos.

Outro aspecto de relevância que vem ao encontro de fundamentar e legitimar tal importância é conceber o projeto no sentido de reduzir o êxodo rural da agricultura como um todo, mas em especial o êxodo dos jovens, pois como sabemos a juventude possui grande desejo e interesse de estar próximo dessas questões sobre o mundo

digital e virtual e acaba indo para os centros urbanos também em busca disso. Na medida em que os jovens podem acessar à internet na sua comunidade ou na sua propriedade, na nossa avaliação teremos um indicativo importante no sentido de reduzir o êxodo. Atrelado a isso, esses espaços de acesso à internet podem ser um ambiente de cultura e lazer para os jovens nos finais de semana. Temos ciência de que não será o acesso à internet que vai garantir que o jovem permaneça na agricultura, mas não temos dúvida de que esse é um aspecto importante que pode auxiliar na permanência dele na agricultura.

É fundamental e indispensável trabalharmos enquanto organizações sociais no sentido de potencializarmos a questão da inclusão digital – o acesso à internet no meio rural como uma política pública para toda a agricultura familiar.

Agricultura Familiar: inclusão ou exclusão digital na agricultura?

Cada vez que o ser humano consegue criar ou desenvolver alguma coisa nova, em qualquer campo, imediatamente cria-se uma divisão: o grupo dos que têm e o dos que não têm acesso a tal novidade. Em muitos casos, isso não tem lá grande importância e às vezes o segundo grupo é formado apenas por aqueles que simplesmente não querem ou não precisam da novidade. Em outros casos, porém, a novidade torna-se mais um fator de desigualdade econômica e social. É o que frequentemente acontece com novos produtos tecnológicos, já que alguns países – e empresas e grupos – não são capazes de desenvolvê-los, necessitando adquiri-los de outros.

O advento recente da Era da Informação trouxe consigo o agravamento da dicotomia entre os que podem e os que não podem acessar à informação, em particular à informação agrícola, principal-

mente a de natureza estatística e econômica. Nesse caso, há que se considerarem dois tipos de exclusão. O primeiro refere-se à geração de informação; o segundo, à sua transmissão e utilização.

O acesso às estatísticas agrícolas cada vez mais é feito de modo eletrônico, utilizando-se computadores conectados à internet. Essa tecnologia não está acessível a todos, principalmente nas regiões rurais pobres do mundo, enquanto nas regiões mais ricas ou em desenvolvimento seu uso vem crescendo rapidamente, inclusive no Estado de São Paulo. Pesquisas divulgadas recentemente no IEA mostram que 30,5% das unidades de produção agrícola, correspondentes a 44% da área plantada, já utilizam internet em suas atividades.

Comumente, as novas tecnologias chegam primeiramente aos grandes centros e depois se espalham para os menores; começam nas zonas urbanas e depois passam às rurais. Paradoxalmente, entretanto, os novos recursos de transmissão de informações a grandes distâncias podem vir a se mostrar extremamente úteis exatamente nos rincões mais distantes do País, que carecem de outros meios de comunicação. A agricultura em áreas longínquas de um país de grande extensão territorial pode vir a se beneficiar muito de tecnologias mais baratas do que as convencionais: um pequeno computador, uma linha telefônica, eventualmente via satélite, e o acesso à Internet, em contraste com as linhas telefônicas com cabos, os equipamentos de radiotransmissão e as estradas.

Não se trata apenas de adquirir e manter equipamentos de computação e softwares, mas também de saber utilizá-los de maneira eficaz. Por outro lado, mesmo que se resolva a questão de disponibilizar tais equipamentos e conhecimentos, resta o fato de que, quanto pior uma região (em termos socioeconômicos), piores suas estatísticas. É nos países e nas regiões mais pobres e atrasadas que faltam estatísticas agrícolas confiáveis. Para se ter ideia da importância das estatísticas

agrícolas como base para a informação agrícola, considere-se que 72% das visitas ao site do IEA referem-se a elas.

O assunto vem adquirindo tal importância que se tornou prioridade na *Food and Agriculture Organization (FAO)*, a qual reconhece que o conhecimento e o acesso à informação são essenciais para combater efetivamente a fome e a pobreza, já que grande parte das populações pobres do mundo se encontram em regiões rurais ou ligadas às atividades agrícolas.

No Brasil, o crescimento recente da importância dos agronegócios na economia, principalmente nas exportações, torna inadiável a melhoria das estatísticas agrícolas e do acesso a elas e aos demais tipos de informação agrícola por parte dos produtores rurais, principalmente os ligados à agricultura familiar. O governo pode contribuir na questão da melhoria das estatísticas agrícolas, mas as organizações de produtores rurais poderão contribuir também na preparação de seus associados ou empregados para o uso da informática e da informação agrícola, bem como patrocinando ou facilitando o acesso a linhas de financiamento para aquisição de equipamentos adequados.

Os produtores rurais de nível empresarial têm adotado espontaneamente as novas tecnologias de informação, mas os demais podem precisar de um processo de indução, bem como de incentivos. Sugerem-se, ainda, formas adicionais de acesso coletivo em bairros rurais, em unidades de cooperativas, associações e sindicatos e em unidades de assistência técnica.

A sociedade da informação está aí, a despeito de quem pode ser considerado como incluído nessa realidade ou não. As possibilidades que ela encerra são encantadoras ou aterradoras, e a distância entre conhecer uma possibilidade ou outra depende de que prioridades serão estabelecidas na condução das sociedades e das relações entre as pessoas. É ingenuidade esperar que as forças e interesses dominan-

tes, que têm conduzido o rumo da história, se ocupem de defender direitos humanos e de cidadania, seja sob que paradigma for. Por outro lado, também é ingenuidade pensar que se opor a essas forças seja um exercício inútil ou uma responsabilidade que compete a quem detenha conhecimentos específicos ou trabalhe em projetos diretamente vinculados à tecnologia e à internet. Lutar por uma sociedade da informação na qual todas as pessoas tenham iguais oportunidades de acesso à informação, conhecimento, canais e oportunidades de expressão cabe a cada cidadão e cidadã do Planeta. Nunca é demais lembrar que a sociedade da informação somos nós, seres humanos, sem os quais não há rede possível.

Agricultura familiar: conceito recente para um “segmento” histórico

O conceito “agricultura familiar” surge no cenário político nacional no início da década de 1990. A porta de entrada desse debate é estimulada por uma produção acadêmica que busca avanços conceituais e metodológicos para o conceito “pequena produção rural”. Vários livros e estudos de autores estrangeiros, em um primeiro momento, e, logo em seguida, de intelectuais brasileiros comprometidos com a renovação dessa formulação teórica, contribuem para a introdução desse conceito em diferentes espaços extra-acadêmicos, particularmente no movimento sindical rural e no Estado.

De um lado, esse debate, ainda incipiente nas universidades, encontra um solo fértil para se disseminar no sindicalismo rural, que nesse período vivia um rico momento de mobilizações (as Jornadas Nacionais de Luta e Grito da Terra, ações promovidas em conjunto com outros movimentos e entidades) e importantes conquistas políticas (o direito de aposentadoria integral e do salário-maternidade às mulhe-

res agricultoras). Além disso, a necessidade histórica de se criarem políticas diferenciadas moldadas às demandas específicas dessa categoria social, bem como de superar os limites conceituais das categorias “trabalhadores rurais” e “pequenos produtores”, oferece as condições adequadas para que as direções das organizações sindicais, paulatinamente, abrissem espaço para o aprofundamento desse debate no interior de suas organizações. Esse conceito (agricultura familiar) colabora, assim, para o surgimento e fortalecimento de uma nova identidade social capaz de unificar as diversas demandas desse segmento social.

De outro lado, a emergência desse conceito contribuiu também para que setores do Estado ligados à gestão democrática das políticas públicas de desenvolvimento rural encontrassem um amparo conceitual mais adequado para a formulação de programas governamentais que contemplassem as reivindicações apresentadas pelas organizações sociais do campo. Nesse sentido, como fruto direto das mobilizações políticas desenvolvidas pelas entidades populares, em 1994, o Governo Federal instituiu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No bojo desse processo, em uma parceria da FAO com o Incra, foi constituído um grupo de pesquisadores que, tomando por base os microdados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, estabeleceu um conjunto de critérios de classificação e propôs uma tipificação das categorias sociais rurais, distinguindo-as basicamente em dois grandes segmentos: a agricultura patronal e a agricultura familiar. Por sua amplitude e diferenciação socioeconômica, cada uma dessas categorias de análise foi subdividida internamente, de modo que se pudesse contemplar a diversidade existente no interior desses setores. Os estudos desenvolvidos no âmbito do Convênio Incra/FAO se constituíram em importantes instrumentos analí-

ticos que contribuíram decisivamente para estruturar o debate em torno desse tema, pautando as discussões realizadas em diferentes espaços.

Nesses últimos 10 anos, novos estudos e pesquisas foram realizados e ainda hoje permanece a necessidade de se aprofundar e enriquecer, conceitual e metodologicamente, o conceito de agricultura familiar. Diversos segmentos sociais existentes no meio rural brasileiro não se percebem dentro dessa categoria de análise: por mais que mantenham uma profunda relação com a terra e dependam do uso e manejo dos recursos naturais, ribeirinhos, extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros), artesãos, pescadores artesanais, quilombolas, entre outras formas de identidade social que se consolidaram ao longo desse período, não se identificam na categoria “agricultura familiar” e consideram necessário definir uma nova denominação que os inclua conceitual e politicamente.

Agricultura familiar: os desafios da cultura e lazer

Quando tratamos do tema da agricultura familiar logo nos vêm em mente temas sobre políticas públicas a partir das mais distintas vertentes, sobre êxodo rural, custo de produção, preços dos produtos, além de outros temas que acabam tomando maiores proporções dentro desse segmento.

Considerando esses aspectos é que queremos refletir sobre um tema que na nossa avaliação é fundamental, mas, muitas vezes, acaba sendo deixado de lado e não recebe a devida atenção. Essa temática é a cultura e lazer no meio rural.

Às vezes não nos damos conta do quanto é importante esse tema da cultura e lazer no campo, mas o fato é que estamos em uma época de aniquilamento dos espaços de vivência da cultura e lazer para as pessoas que vivem no meio rural.

O maior reflexo dessa situação e quem mais sofre com esse cenário é a juventude da agricultura familiar que, na sua grande maioria, acaba tendo que se deslocar para os centros urbanos para encontrar espaços que lhe permita a vivência de momentos de lazer. A partir desse movimento muitos jovens deixam o meio rural e migram para os centros urbanos em busca dessas “oportunidades”. Vale destacar que esse não é o único motivo que instiga o êxodo rural da juventude, mas, com certeza, caracteriza-se como um dos maiores desafios a serem enfrentados hoje.

Quando nos reportamos à realidade agrícola de 15, 20 anos atrás no que se refere aos espaços de lazer, com facilidade encontrávamos em cada comunidade um expressivo time de futebol, grupos de jovens que se reuniam frequentemente, inúmeros encontros de jovens, entre outras atividades que eram realizadas nas comunidades do interior. Hoje algumas comunidades ainda conseguem manter essa dinâmica, mesmo em dimensões diferentes. O problema é que a grande maioria não possui mais essa dinâmica dos espaços de encontros para estimular o lazer e a cultura nas vivências comunitárias.

Na nossa avaliação é fundamental que as comunidades, articuladas com seus municípios, busquem construir alternativas que a partir do contexto atual permitam estabelecer espaços, momentos de cultura e lazer para as pessoas que vivem no meio rural, pois o lazer, o lúdico, é fundamental para a realização humano, do ser enquanto ser.

Portanto, a agricultura familiar precisa de renda que traga uma boa qualidade de vida, e isso inclui poder desfrutar de momentos de cultura e lazer na sua comunidade, com seus familiares, amigos e vizinhos. Lazer é saúde. Vamos dar maior atenção a este tema, pois sabemos da sua grande importância.

Agricultura familiar: uma ferramenta para efetivar o direito humano ao desenvolvimento

Na reflexão de hoje queremos tratar de forma breve de um tema que a nosso ver é pouco, senão nada conhecido. Trata-se do tema Direito Humano (DH) ao Desenvolvimento. Vamos construir uma reflexão no intuito de articular o tema do DH ao desenvolvimento a partir da atuação e intervenção da agricultura familiar, ou seja, apresentar em que medida a agricultura familiar em um olhar da realidade da nossa região permite ou contribui para garantir, promover e efetivar o Direito Humano ao Desenvolvimento.

Na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Revolução n. 41/128, de 04 de dezembro de 1986, da Assembleia Geral das Nações Unidas, encontramos como foco central dessa discussão o elemento de que cabe ao Estado ser o grande responsável pela efetividade desse direito.

Nesse sentido, a Assembleia Geral de aprovação da Declaração sobre o Direito Humano ao Desenvolvimento está perpassada por uma série de questões de fundo, conforme podemos perceber nas reflexões que seguem.

Uma dessas questões é ter em mente os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas relativos à realização da cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e encorajar o respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Outra questão é reconhecer que o desenvolvimento é um processo econômico, social, ambiental, cultural e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e

significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes. A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos todos têm direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e as liberdades consagrados nessa Declaração possam ser plenamente realizados.

O que se percebe com frequência em nossos dias é o fato de que existem poucas elaborações que tratam do tema do direito humano ao desenvolvimento, considerando que em nossa avaliação este se caracteriza em grande medida como o guarda-chuva dos demais direitos, pois à medida que este se efetiva, ocorre que os outros deveriam ser contemplados. Para além disso, temos o dilema da efetividade dos direitos humanos. Diante desse contexto, é importante perceber que a agricultura familiar contribui para a realização do direito humano ao desenvolvimento a partir de sua capacidade produtiva, sendo ela o segmento que mobiliza a economia da grande maioria dos nossos municípios, visto que esta produz em média 80% dos alimentos que chegam até a mesa dos consumidores.

Agricultura familiar: é necessário avançar no debate de gênero

O debate sobre gênero vem ocupando amplos espaços nos últimos anos por ser um tema de importância que ainda necessita ser aprofundado em diferentes espaços e a partir de diferentes perspectivas e enfoques.

A palavra gênero vem do latim, *generum*, e surgiu na língua portuguesa no século XV. Existe o gênero masculino, o feminino e o neutro. A palavra feminino também tem origem no latim, *femininu*. Consultando o dicionário encontramos que o feminino se refere ao sexo caracterizado pelo ovário nos animais e nas plantas, e ao gênero de palavras ou nomes que, pela terminação e concordância, designam seres femininos ou como tais considerados.

Já definimos etimologicamente o que é o feminino. Falta-nos definir o que é o masculino. Recorrendo novamente ao dicionário, encontramos que a palavra masculino provém do latim *masculinu*, e significa o que é do sexo dos animais machos; evoca ainda palavras ou nomes que pela terminação e concordância designam seres masculinos ou que como tal são considerados. O *masculu* é relativo ao homem ou ao animal macho. É o vigoroso, varonil, viril. Entre outros sentidos a palavra virtude provém de *vir*, que significa homem.

No meio rural o que chama atenção é que entre elas e nos espaços familiares sobre os quais elas possuem bom domínio das informações, as mulheres falam com muita desenvoltura e naturalidade. Nas reuniões e rodas de conversa onde há mais homens se percebe maior retração delas, o que indica que elas ainda enfrentam dificuldades para acompanhar os assuntos ou não estão interessadas em certos “assuntos de homens”, predominantemente ligados à gestão e organização da produção.

Na agricultura familiar, via de regra, o debate sobre gênero ainda é pauta secundária nas atividades gerais e, às vezes, adquire maior relevância diante da necessidade de alguma pauta específica, quase sempre ligada às políticas públicas que contemplam grupos específicos como mulheres, jovens, negros e outros. Ainda são raros os debates e participações sistemáticos na normalidade das pautas das organizações da agricultura familiar. Ou seja, a tematização e a alteração das relações de gênero ainda são pouco assumidas pelas lideranças rurais em seus espaços organizativos e planos de trabalho, sem que ela seja formalmente proposta por externos ou por alguma liderança mais esclarecida sobre o tema na própria organização ou movimento social.

Existe outro fator predominante no meio rural – que as organizações de caráter econômico são majoritariamente dirigidas por homens, enquanto outras organizações de cunho mais social, educacio-

nal, comunitário e eclesial contam com maior participação e incidência de mulheres e jovens. É mais fácil perceber mudanças por meio das questões políticas, sociais e eclesiais do que das questões propriamente econômicas.

Agricultura familiar: qual a responsabilidade do Estado?

Queremos construir uma breve reflexão sobre a responsabilidade, o papel do Estado sobre a agricultura familiar, ou seja, como o conjunto de políticas públicas que existem fortalecem a agricultura familiar no atual contexto e quais são as novas demandas no contexto que estamos inseridos enquanto agricultura.

Uma primeira afirmação parte do princípio do conjunto de avanços no tema das políticas públicas para a agricultura familiar nos últimos anos graças à mobilização de muitas organizações sociais. Podemos citar o exemplo da previdência social, do Pronaf, do seguro agrícola, dos preços mínimos, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da habitação rural, considerando que algumas delas passam a enfrentar dificuldades de continuidade.

Trata-se de um conjunto de políticas públicas importantes no sentido do fortalecimento desse segmento social estratégico para o desenvolvimento sustentável e solidário do País. O limite que persiste é que em muitas situações os agricultores não conseguem acessar essas políticas e, às vezes, quando acessam, aplicam de forma “equivocada”, gerando endividamento para si.

É notório que esse conjunto de políticas, que é responsabilidade do Estado, tem contribuído para fortalecer e potencializar um conjunto de iniciativas no meio rural, como o aumento na produção e na renda dos agricultores e a conseqüente diminuição do êxodo rural de muitas famílias. Temos neste um ponto forte no intuito de ressaltar

a importância desse conjunto de políticas públicas, as quais, em alguns casos, carecem de ajustes, mudanças e melhorias.

É vital o compromisso por parte dos governos federal, estadual e municipal no sentido de construir iniciativas que objetivem fortalecer a agricultura familiar, tendo sempre no horizonte o foco de buscar a melhoria na qualidade de vida por parte dos agricultores familiares, pois esse é o foco de toda e qualquer política pública.

O desafio é de as organizações sociais que atuam com a agricultura familiar e os próprios agricultores transformarem em políticas públicas as suas novas demandas presentes no contexto atual. Poderíamos citar vários exemplos, mas pegamos um, que é o caso da inclusão digital para o agricultor familiar. Esse é um tema que ganha força no sentido de pensar ações que dialoguem com essa demanda, pois isso significa, além do acesso às informações no meio rural, ajuda para estancar o êxodo rural de muitos jovens. Evidente que não será somente isso que fará com que o jovem fique no meio rural, mas há dados que indicam que o acesso à inclusão digital é um dos grandes anseios da juventude rural.

Em suma, podemos afirmar que cabe ao Estado garantir, promover e proteger as políticas públicas para a agricultura familiar e ao mesmo tempo estar aberto à construção e elaboração de novas políticas de acordo com as demandas e necessidades desse segmento, tendo presente que toda e qualquer política pública deve possibilitar aos agricultores a geração de melhorias na sua qualidade de vida no meio rural. O certo é que em nenhum lugar do mundo existe agricultura familiar forte sem a presença efetiva do Estado.

Agricultura familiar: um modelo de desenvolvimento sustentável

Do ponto de vista do senso comum, a ideia de desenvolvimento assume uma conotação positiva, sendo percebida como *um*

bem em si, pois *se desenvolver* significa seguir em uma *direção ascendente*, rumo ao *melhor*. Entretanto, a noção de desenvolvimento tem sido utilizada também como sinônimo de aumento do Produto Interno Bruto e das atividades produtivas e elevação da renda per capita, sendo associada diretamente a crescimento econômico, em uma abordagem que reduz a análise aos aspectos econômicos.

Muitas críticas vêm sendo feitas a essa noção de desenvolvimento, reconhecendo os impactos do atual padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, materializados, fundamentalmente, nas tendências de concentração das riquezas e do poder político, de aumento da pobreza e da miséria, de intensificação dos conflitos sociais, de aceleração dos processos de destruição dos recursos ambientais, de redução do papel do Estado, entre outras.

As consequências do atual projeto de desenvolvimento, particularmente nas áreas social e ambiental, comprometem, no curto prazo, as condições de reprodução do padrão de acumulação do capital vigente. Os sinais relativos à ausência de sustentabilidade desse processo podem ser percebidos claramente nos dias de hoje.

Portanto, no bojo das críticas à noção generalizadora e linear de progresso, foi criado, no início dos anos 1990, o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que procura incorporar novas dimensões a esse tema, de modo que não fique restrito ao enfoque econômico. Esse novo termo (desenvolvimento sustentável) representa um inegável avanço na definição de uma nova concepção de desenvolvimento que dê conta de contemplar, simultaneamente, uma abordagem dos processos econômicos, tecnológicos, político-institucionais, sociais, culturais, ambientais e espaciais.

A noção de sustentabilidade deve ser entendida como parte de um processo de mudanças estruturais e implica uma visão equitativa e participativa do desenvolvimento. Além disso, define uma visão

de futuro, um projeto de sociedade e, no limite, de convivência da humanidade no Planeta, pois os conflitos produzidos pelas sociedades contemporâneas colocam em risco, inclusive, a continuidade da vida na Terra (mudanças climáticas e ambientais, fome e miséria, ameaças de guerras atômicas, conflitos político-religiosos e disputas pelo uso dos recursos naturais não renováveis – petróleo, em particular).

Ainda que prevaleça uma falta de consenso quanto ao significado dessa noção, é possível afirmar que três dimensões se encontram fortemente presentes nos critérios que definem se uma estratégia de desenvolvimento é sustentável ou não:

- a) crescimento econômico com distribuição de riquezas e ampliação das condições individuais de escolha;
- b) justiça social, com eliminação da pobreza e das diferentes formas de exclusão social;
- c) adequação do crescimento à diversidade sociocultural e ambiental.

Compreendemos que a questão ambiental é uma dimensão fundamental da concepção de desenvolvimento. O conceito de sustentabilidade, além de ser um compromisso ético com as atuais e as futuras gerações, representa o reconhecimento do caráter universal da temática ambiental e das relações de interdependência entre os problemas ambientais e as desigualdades sociais, tanto do ponto de vista dos seus fatores causais, da lógica de mercado e da acumulação privada da riqueza e da natureza, quanto sob a perspectiva das ações necessárias para sua reversão.

Defendemos a posição de que, na construção do projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, o Estado deve interferir na

economia com todos os instrumentos que possui na busca do “distribuir para crescer” e “crescer distribuindo”, em vez de “crescer para depois distribuir”, constituindo demandas e condições para impulsionar o mercado interno, gerando um processo de fortalecimento mútuo da economia e potencializando o fortalecimento da agricultura familiar, pois é ela que dinamiza e fortalece a economia da grande maioria dos municípios da nossa região.

Agricultura familiar: a importância da juventude no campo

Considerando o contexto da agricultura familiar e, de forma específica, o da juventude da agricultura familiar, nos sentimos no desafio de, mais que propor um “receituário” do que se poderia para fazer frente a esses desafios, apresentar alguns elementos importantes para a construção de possíveis alternativas.

Um elemento que deve ser considerado quando entramos nesse tema é a busca da diversificação da produção em vista da superação da monocultura e da possibilidade de agregar renda dentro das propriedades.

Na essência desse debate está a agregação de valor à produção, que potencializa a produção local e é um importante fator na política de desenvolvimento.

Para que esse processo de diversificação, atrelado à agroindustrialização e à comercialização, efetive-se temos a necessidade de mão de obra. Aí a participação da juventude é fundamental, pois esse processo fortalece sua ação dentro da propriedade e, por consequência, possibilita a melhoria da qualidade de vida das famílias. Estas são algumas possíveis ações que podem contribuir para melhorar a realidade da juventude da agricultura familiar e garantir sua permanência em sua realidade.

Em decorrência de sua participação na divisão do trabalho interno à unidade de produção familiar, os rapazes, em maior proporção que as moças, desenvolvem projetos de permanência na atividade agrícola, como agricultores. As moças, por outro lado, estudam ou pretendem estudar até o nível superior, geralmente sem demonstrar interesse na atividade agrícola. Vale dizer, porém, que a maioria das moças não rejeita a perspectiva de vida no meio rural. Ela vai depender ainda da mudança na visão dos rapazes sobre o papel das mulheres como mão de obra auxiliar às suas próprias atividades produtivas.

Em síntese, o futuro dos jovens no meio rural está em grande parte atrelado à possibilidade de obtenção de uma renda, tanto para rapazes quanto para moças. Os rapazes, que demonstram maior interesse que as moças em permanecer no meio rural e na atividade agrícola, apontam, de maneira geral, para a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura e do desenvolvimento rural. No que concerne às moças, elas superam os rapazes na ênfase à renda, uma vez que seu lugar na unidade de agricultura familiar é menos valorizado e mais incerto que o deles. O destaque dado pelas moças à formação em nível superior resulta basicamente do reconhecimento da invisibilidade do trabalho das mulheres e sua expectativa de encontrarem um espaço em que sejam valorizadas e possam garantir o seu sustento. Como temos ainda jovens dispostos(as) a permanecer no meio rural, o desenvolvimento da agricultura familiar não poderá prescindir da criação de oportunidades de geração de trabalho e renda para elas.

Agricultura familiar: qual seu grande papel?

Temos participado de inúmeros debates nos últimos anos nos quais o tema central é o papel da agricultura familiar na conjuntura atual e para o futuro. São inúmeras as teses apontadas e as respon-

sabilidades atribuídas a esse segmento. Algumas de maior relevância e importância, e outras com finalidade menos importante, mas que devem ser consideradas.

Não estamos pretendendo ser visionários ou tentar adivinhar algo sobre essa questão, mas entendemos que entre os inúmeros papéis que competem à agricultura familiar na conjuntura atual, mas acima de tudo no futuro, é que esta será a grande produtora de alimentos para alimentar a população do Planeta. Acreditamos que este seja o principal papel desse segmento social – matar a fome no mundo partindo da premissa de que os alimentos possam ser distribuídos, e não concentrados como ocorre na sociedade atual.

Estamos diante da missão mais nobre que um segmento social possa cumprir dentro de uma sociedade, que é produzir comida para alimentar a população. Se isso é verdade, por que que nossos agricultores continuam, em muitas situações, sendo tratados de forma discriminatória e excludente e tendo sua importância desvalorizada? Avançamos muito em vista de superar essa situação, mas são inúmeros os casos em que essas situações acontecem, sem falar nos casos em que esses são utilizados como “massa de manobra” de alguns interesseiros.

Somos defensores da agricultura familiar, defendemos diuturnamente esse segmento e queremos muito garantir a respectiva valorização desses que foram e são fundamentais para o desenvolvimento de cada uma das nossas comunidades. Já pensaram se a agricultura familiar fosse extinta na sua totalidade?

Agricultura familiar: o mundo das senhas

O tema que vamos refletir nesta edição traz inquietações há algum tempo a partir do conjunto de mudanças que a sociedade pós-moderna enfrenta principalmente com a revolução tecnológica.

Tal revolução trouxe consigo um conjunto de novidades, facilidades e *muitas senhas*. Já pensou em quantas senhas você usa ou utilizou? As senhas estão presentes em todos os locais e fazem parte da nossa vida, seja para a população urbana, seja para a rural. São inúmeras as situações nas quais dependemos delas para um atendimento, para acessar uma informação, para desbloquear um arquivo, para liberar um acesso físico ou virtual, entre outros.

Conversando com um amigo, entre um assunto e outro iniciamos a refletir que estamos vivendo no mundo das senhas, pois elas estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Esse amigo, após um minuto de silêncio, disse, “sabes que nunca tinha pensado nisso, mas tens toda a razão” e com isso passou a nos relatar a quantidade de senhas que possui, compostas de números e letras.

Tomamos a liberdade de contar e anotar quais eram: senha de e-mails, senha da conta bancária (número e letras, portanto duas), senha de acesso a dois portais de universidades como usuário, senha de acesso ao espaço de trabalho, senha de acesso ao prédio onde reside, senha do cartão de crédito e senha de acesso ao portal da empresa que trabalha (são 11 senhas). Nesse caso meu amigo decidiu estabelecer senhas diferentes para cada situação, considerando que em algumas delas não seria possível utilizar a mesma senha.

Existem muitos espaços comerciais que adotam o sistema de senhas para facilitar e organizar o atendimento. Somos favoráveis a esse procedimento em que todos são tratados de forma igual, mas o fato é que estamos, enquanto seres humanos, cada vez mais condicionados ao mundo das senhas. São elas que nos permitem acessar ou não um espaço ou uma informação, por exemplo, caso eu esqueça a senha do meu e-mail terei um sério problema, pois além de perder todas as informações recebidas por ele não poderei enviar essa reflexão para a direção do jornal e, com isso, a informação não estaria

disponível. Quem esqueceu uma senha sabe do que estamos falando, o transtorno é enorme, sem falar no sentimento inicial de pânico, ou seja, elas, em grande medida, nos controlam mesmo.

O importante e fundamental é que vivendo no mundo das senhas, tenhamos a capacidade de manter relações fraternas e cordiais: em casa, na família, na comunidade, com os amigos, no espaço de trabalho, ou seja, onde quer que estejamos é fundamental que a senha principal das relações seja o princípio da solidariedade, pois esta, em grande medida, é a senha principal para a “passagem da vida eterna”.

Agricultura familiar: espaço de vivência dos ideais do cooperativismo

Pela nossa atuação os temas da agricultura familiar e do cooperativismo sempre andaram de mãos dadas. Trata-se de dois temas de fundamental importância para nossas comunidades, municípios, estados e para o País como um todo. Isso se justifica na medida em que buscamos responder às seguintes perguntas: como seria nosso país sem os agricultores familiares e sem o cooperativismo? Quais seriam as condições da nossa população sem eles? Seguramente é difícil imaginarmos como seria, porém, podemos e temos condições de pensar o que a agricultura familiar e o cooperativismo representam em nosso País e no mundo como um todo.

Ao tratarmos do tema do cooperativismo no que se refere ao seu itinerário histórico temos várias chaves de leituras referentes ao seu surgimento, ou seja, historiadores que buscam demonstrar quando e onde efetivamente iniciou o cooperativismo. É sobre essas leituras que temos refletido cada vez mais, e, no nosso entendimento, a primeira e maior experiência de cooperativismo é feita no ambiente familiar. É no espaço da família que compartilhamos valores, sonhos e bens

materiais e exercitamos aquele que é seguramente um dos principais pilares do cooperativismo, a solidariedade.

Ao desenvolvermos a dimensão da solidariedade nos abrimos à capacidade de uma vivência coletiva, associativa e cooperativa, inicialmente em casa, e posteriormente passamos a praticar com os vizinhos, na comunidade e nas organizações das quais participamos.

Diante disso, entendemos que a agricultura familiar se apresenta como um berço fértil para a vivência dos ideais do cooperativismo o qual tem permitido melhorar de forma significativa a qualidade de vida de muitas famílias no meio rural e também nos centros urbanos.

Considerações finais

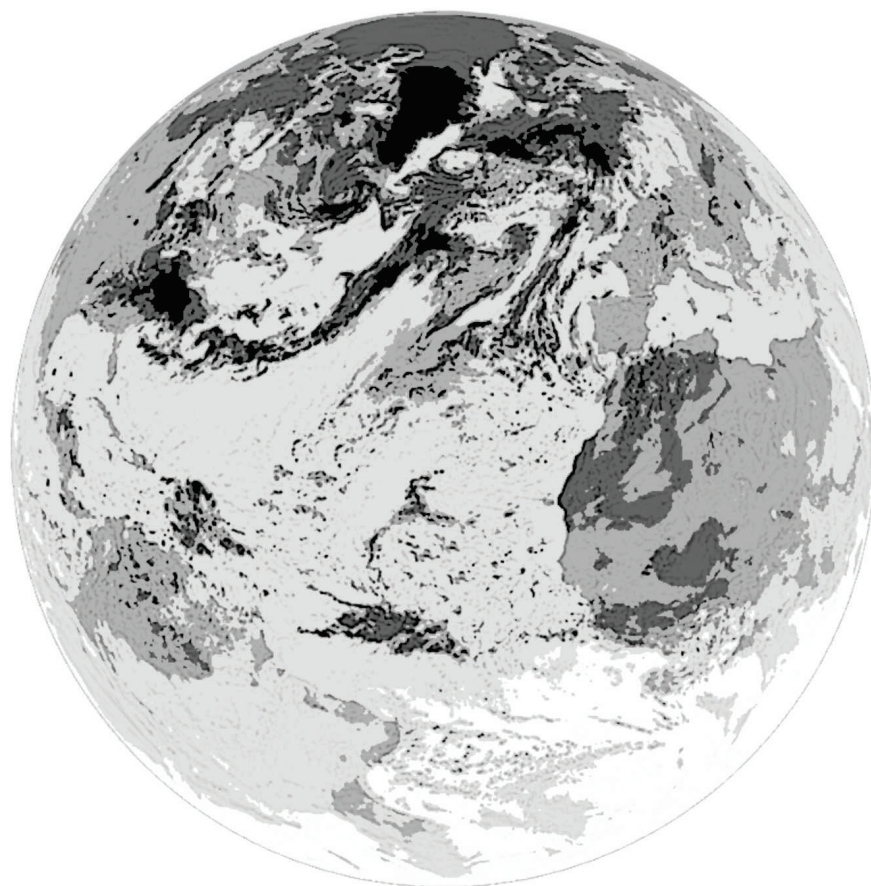
O que podemos observar nessas breves reflexões é a enorme importância que possui a agricultura familiar e sua participação estratégica no desenvolvimento das nossas comunidades. Estamos diante de um dos mais importantes segmentos da nossa sociedade, por mais que em muitas vezes, ou na maioria delas, ela não seja valorizada e reconhecida enquanto tal.

Seguramente uma das grandes lições ou compromissos que cabe a nós é diuturnamente reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento desse segmento, demonstrando à nossa sociedade o quanto ela é vital para nossa população.

Esperamos que tais reflexões, as quais possuem um caráter objetivo, levem-nos a refletir sobre sua importância, seus desafios e a indispensável necessidade de sua continuidade, pois, como aprendemos há muito tempo “se a agricultura não planta, a cidade não almoça nem janta.”

- *Capítulo III* -

A AGRICULTURA FAMILIAR PELO MUNDO



A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC)

Carlos G. A. Mielitz Netto*

A Política Agrícola Comum (PAC) para ser entendida deve ser contextualizada no cenário do Pós-Segunda Guerra Mundial, momento histórico em que se tomam as primeiras iniciativas para a constituição de uma integração econômica e crescentemente política que começa com a Comunidade Econômica Europeia, depois transformada na atual União Europeia, constituída de 27 países. Naquele momento político e histórico muito especial a PAC foi criada e funda seus princípios.

A agregação dos países iniciou-se em 1951 com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, cujo sucesso estimula sua expansão para outros setores econômicos. Em março de 1957, por meio do Tratado de Roma, criam-se a Comunidade Europeia da Energia Atômica e a Comunidade Econômica Europeia.

A Europa, que desde longa data supria suas carências de produtos agrícolas e, sobretudo, alimentares no mercado mundial, leia-se excedentes norte-americanos, durante os anos de vigência da Guerra passa por crises de abastecimento dadas as dificuldades de comércio via transporte marítimo. O forte trauma daí decorrente, bem como a percepção de que soberania e autodeterminação política não existem sem autonomia de abastecimento alimentar levam à decisão política de mudar a situação até então vigente.

Em paralelo, o plano de reconstrução da Europa, denominado Plano Marshall, cria grande número de oportunidades de emprego nas

* Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas; Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

idades, mas encontra menor oferta de força de trabalho decorrente das mortes na Guerra. Como resolver o impasse se precisamos de maior produção agrícola e, portanto, dos agricultores que o façam, mas estes estão sendo crescentemente atraídos pelos empregos urbanos, além dos confortos da cidade vis a vis a penosidade da vida no meio rural e o trabalho na agricultura?

A solução foi promover por meio de políticas públicas uma vigorosa transformação na agricultura no sentido de aumentar sua produção e produtividade e, ao mesmo tempo, fazê-la lucrativa e, portanto, atrativa à permanência dos agricultores nesta atividade.

A PAC resulta de uma séria de reuniões deliberativas; em 1958, em Stresa, definem-se seus princípios, em 1960 os primeiros seis países passam a adotar seus instrumentos, em 1962 a PAC passa a operar como um conjunto integrado de políticas, e em 1964 cria-se o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, braço financeiro operador da política.

O resultado foi a proposição de um conjunto de medidas que conjuntamente vieram a constituir a PAC. Seus objetivos, espelhando o ambiente político-econômico da época, foram apresentados em ordem de prioridade e são:

- a) aumentar a produtividade e produção agrícolas;
- b) assegurar um bom nível de vida aos agricultores;
- c) estabilizar os mercados de produtos agrícolas;
- d) garantir a segurança do abastecimento;
- e) proporcionar preços adequados aos consumidores.

Constata-se que nesse conjunto de objetivos, listados em ordem de prioridade, os preços aos consumidores finais eram a última

preocupação; se para atender aos demais objetivos os preços pagos pelos produtos agrícolas tivessem que ser mais elevados que, por exemplo, aqueles do mercado mundial, efetivamente o seriam. Apenas aproveitando a oportunidade, à guisa de comparação, diferentemente se agiu no Brasil, onde os preços pagos aos produtores pelos produtos agrícolas sempre foram pressionados para baixo para conter a inflação, reduzir os custos industriais, viabilizar a exportação para obtenção de divisas, etc.

Os princípios da PAC estabelecidos em 1962 ainda hoje norteiam seu funcionamento e são:

- a) unicidade de mercado: significa que o território de todos os países participantes é considerado um único mercado para os fins da PAC, implicando em livre circulação de mercadorias e instrumentos de política comuns a todos os países;
- b) preferência comunitária: os estados-membros nas suas relações comerciais de exportação e importação sempre darão preferência a outro parceiro comunitário em detrimento de terceiros países;
- c) solidariedade financeira: os gastos da PAC serão sustentados pelo orçamento comunitário.

Esses objetivos e princípios cristalizados nos regulamentos da PAC, se são plenamente compreensíveis no contexto histórico em que foram produzidos, ao se arrastarem até os dias atuais passam a dar à política uma inflexibilidade, um engessamento por vezes inconveniente.

O princípio da unicidade de mercado implica que o preço de garantia praticado em qualquer dos países, mesmo após as operações de câmbio das moedas, deveria ser o mesmo. Qual preço a estabele-

cer? Associe-se isso ao fato de a insuficiência produtiva fazer com que não se pudesse abrir mão de nenhuma parcela da produção existente à época, e a consequência foi que os preços meta (de garantia) fossem fixados ao ponto de remunerar mesmo às produções de mais baixa produtividade e mais alto custo médio por unidade de produto. Se estas eram rentáveis, o que dizer então das mais produtivas? Cria-se, assim, uma enorme fonte de distorções que beneficiam aqueles agricultores de maior escala e de maior produtividade, notadamente os cerealistas franceses.

O princípio da preferência comunitária, associado a um sistema de tributação variável das importações, faz com que na prática os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, quando acrescidos do tributo variável, equivalham-se aos da Comunidade Europeia, e nessas condições prevalece o princípio da preferência, excluindo os países de fora do bloco da possibilidade de oferta.

Principalmente esses dois princípios proporcionam níveis extremamente poderosos de estímulo, fazendo com que a Comunidade passe em poucos anos de deficitária à autossuficiente e, em seguida, exportadora de produtos agrícolas. Os agricultores, por sua vez, beneficiados pelo protecionismo, relutam em abrir mão dessa condição. Ressalte-se que os mecanismos de cálculos dos benefícios (preços, subsídios, etc.) são sempre calculados com base na área, na produção, no número de cabeças, etc., o que faz com que sejam muito concentrados em favor dos maiores proprietários de terras justamente por deterem aqueles atributos.

As políticas agrícolas da PAC são financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), criado em 1962, e desde 1964 constituído de duas seções:

- a) seção orientação: é parte dos fundos estruturais e contribui para reformas estruturais na agricultura e desenvolvimento das áreas rurais, com pesquisa, infraestrutura de transportes e armazenamento;
- b) seção garantia: financia as despesas relativas à organização comum dos mercados, garantia de preços-meta e promoção da exportação de excedentes.

A administração do FEOGA é realizada em Bruxelas, na sede da atual União Europeia, e seu fundo é constituído por impostos cobrados ao comércio extracomunitário de produtos agrícolas, impostos sobre o valor adicionado cobrados aos produtores dentro da comunidade e adicionalmente por transferências orçamentárias das administrações dos países participantes.

Os gastos com a PAC cresceram continuamente ao longo dos anos, alcançando, em 2011, aproximadamente 58 bilhões de euros, o que corresponde a 42% de todo o orçamento da União Europeia. Deste montante destinado à agricultura, 68% são pagamentos feitos diretamente aos agricultores, enquanto 32% são ajudas indiretas classificadas como de apoio ao desenvolvimento rural, apesar de que também podem beneficiar os produtores individualmente (EUROSTAT, 2012).

A implementação da PAC se realiza por duas maneiras. As Organizações Comuns de Mercado (OCM) visam fixar os preços únicos dos produtos agrícolas para todo o mercado europeu, conceder ajuda a setores, instaurar mecanismos que permitam o controle da produção e organizar trocas com terceiros países. As OCMs estão subordinadas ao Conselho de Ministros que, por maioria qualificada, após consulta ao Parlamento Europeu, implementa as medidas tendo como referência a proposta da Comissão Europeia.

O principal instrumento de política é a fixação dos preços relativos à agricultura, que se diferenciam em três tipos:

- a) preço-meta: também denominado preço indicativo, preço de orientação e preço objetivo. Representa o preço em torno do qual se quer regular o valor médio de mercado, e este é relacionado com o preço dos grãos na região produtora de mais baixa produtividade, acrescido dos custos de transporte até a região consumidora;
- b) preço e intervenção: é o preço pelo qual as agências governamentais são obrigadas a comprar e armazenar o produto;
- c) preço de entrada: também denominado preço-limite, é o valor mínimo pelo qual podem ser vendidos os produtos agrícolas importados de fora da União Europeia e deverá estar acima dos preços de intervenção.

Ao determinar conjuntamente esses três preços, a PAC administra simultaneamente a oferta, a rentabilidade dos agricultores e a competitividade de seus produtos diante da concorrência internacional.

Os resultados almejados na sua criação foram largamente alcançados e mesmo ultrapassados, visto que desde o final dos anos 1960 e crescentemente na década seguinte a União Europeia deixa de ser importadora para passar a ser exportadora de produtos agrícolas, sobretudo os alimentares, concorrendo no mercado mundial.

Se por este lado teve sucesso, por outro passou a ser intensamente criticada. Segundo Contini (2004), as razões para tanto eram:

- a) a superprodução agrícola causada por elevados subsídios ao volume de produção comprometia os recursos naturais e obrigava a exportar parte do excedente novamente com subsídios;
- b) limitação de recursos orçamentários da EU, visto que vinha ocorrendo uma elevação na demanda por subsídios e o orçamento da PAC consumia a maior parte do orçamento geral para a comunidade;
- c) pressão de organismos multilaterais e de terceiros países pela abertura do mercado e redução dos subsídios às exportações;
- d) pressão dos contribuintes dos países pagadores líquidos pela redução de subsídios.

Dadas essas pressões em 1992 a PAC inclina-se para uma reforma no sentido de reduzir seu custo e diminuir seu protecionismo, expondo a agricultura da UE crescentemente às forças do mercado. Essa vontade perdura até as reformas de 2003, porém enfrenta o poderoso lobby dos interesses agrícolas, sobretudo franceses, os quais contam ainda com grande apoio popular, inclusive urbano, dadas as lembranças das ameaças sofridas nos tempos da guerra e o forte enraizamento dos valores culturais advindos do mundo rural, entre os quais se destaca a gastronomia. Diziam, de onde vêm os valores tradicionais franceses? Quem assegura a posse das fronteiras nacionais? Quem preserva as paisagens rurais tão apreciadas pelos turistas urbanos? Quem proporciona a segurança alimentar, visto que sem comida não há independência e autodeterminação política? Quem preserva a diversidade biológica dos ambientes rurais?

Questões como essas de inquestionável relevância social, acabaram por justificar que no desenho das políticas fosse considerado um novo conceito, o da multifuncionalidade da agricultura, sob o qual todos aqueles serviços anteriormente prestados gratuitamente pelos agricultores agora poderiam passar a ser pagos pela sociedade aos seus prestadores, ou seja, os agricultores, enquanto que simultaneamente se calava aos contestadores dos subsídios.

As reformas apontaram na direção de desvincular as ajudas dos rendimentos agrícolas e tentar estabelecer um limite de benefícios por estabelecimento (pagamento único), de forma que os agricultores tivessem mais liberdade de escolha do que produzir em função dos sinais do mercado e ainda estabelecer condicionalidades em relação a medidas ambientalmente adequadas. As medidas deveriam ser gradualmente implantadas até o ano 2012. Portanto, deve ser compreendido que desde aquela época o objetivo da PAC é administrar o excesso de produção gerado pelo seu estímulo inicial do qual os agricultores beneficiados não abrem mão e mobilizam-se politicamente para tal.

Entre os países componentes da União Europeia, também esse tema não é ponto pacífico, visto que há uma clara e desigual distribuição de encargos e benefícios. A Alemanha é o país que relativamente mais contribui para o orçamento, enquanto os agricultores franceses são os maiores beneficiários. As pressões por expansão dos gastos da PAC são contestadas por parte dos contribuintes germânicos. Por outro lado, os franceses usam seus interesses agrícolas, leia-se manutenção dos benefícios da PAC, como moeda de barganha em troca de outros interesses recíprocos. Ressalte-se em relação a isso a grande força dos movimentos sindicais dos agricultores franceses, capazes de se fazer ouvir mesmo nas grandes cidades quando as ocupam, soltando animais e produtos vegetais nas ruas, alarmando a população urbana com a perspectiva de uma crise agrícola, colapso no abastecimento, enfim,

reacendendo os traumas da Guerra e/ou colocando em perigo valores tão caros à cultura e cidadania francesas. Aliás, essa foi outra consequência indireta da PAC, fez ressurgir condignamente a profissão de agricultor, recuperando a autoestima deste, reposicionando-o não como representante de um passado arcaico, mas valorizando seus saberes e trabalho tanto mais quanto as questões ambientais e de contestação aos modelos massivos de produção.

Do outro lado do Oceano Atlântico, também o governo norte-americano criava formas engenhosas de continuar proporcionando subsídios aos seus agricultores, contrariando as intenções das várias rodadas internacionais de negociação visando à liberalização comercial. O resultado é que contrariando o discurso pró-liberalização dos mercados agrícolas, em ambos os lados do Atlântico Norte o protecionismo proporcionado pelas políticas públicas aumentou.

Os resultados desse processo modernizador da agricultura europeia semelhante àquele ocorrido em outras partes do mundo foram além daqueles descritos anteriormente, um privilégio aos detentores da maior quantidade de terras, a concentração da propriedade da terra (a França tem hoje menos de um terço dos estabelecimentos do imediato Pós-Guerra), impactos ambientais severos, entre tantos outros.

O contínuo ingresso de novos países até alcançar o número de 27 de hoje, tendo ainda uma fila de novos pretendentes, adicionou novos problemas ao já complexo cenário. Os países do Leste Europeu após o fim da União Soviética e sua influência sobre a região, transformam radicalmente suas agriculturas que anteriormente eram exploradas na forma de grandes unidades de produção cooperativas ou estatais. Estas desmembram-se constituindo centenas de milhares de pequenas novas unidades familiares de produção, com áreas variando de 3 a 10 ha e baixa tecnificação e produtividade e, na maioria das vezes, exploradas por pessoas de idade mais avançada e de menor

escolaridade. Assim, a manutenção desses estabelecimentos passa a ser um problema de manutenção dessas pessoas nesses postos de trabalho e locais, dado que, grosso modo, as produções daí advindas são desnecessárias, pois a União Europeia já é excedentária em todos os produtos passíveis de produção em seu território. A PAC adquire uma conotação fortemente social; se não ficarem na agricultura, o que farão essas pessoas? Os administradores dessas políticas admitem que se trata de um problema transitório enquanto persistir essa parcela mais envelhecida da população, que com o transcorrer do tempo, em um espaço de 20 a 30 anos, será resolvido pelo transcurso natural da vida e pelo falecimento dessa parcela da população.

Semelhantemente aos demais países, também se percebeu na União Europeia o problema da masculinização e envelhecimento do mundo rural. Os jovens, e entre estes mais marcadamente as mulheres, migraram para as cidades em busca de outros empregos. Dado que a projeção dessa perspectiva apontava para a fragilização da continuidade da agricultura e toda sua contribuição necessária para o desenvolvimento, a PAC desenvolveu programas específicos de estímulo à permanência e reestabelecimento de jovens de origem rural na agricultura. Essas ajudas, em grande parte a fundo perdido, estão condicionadas a programas de qualificação técnica e de gestão na atividade a qual os jovens pretendem se dedicar.

A PAC, que se encontra permanentemente em análise, avaliação e contestação, neste momento vê sua condição ainda mais agravada dada a crise econômica europeia desencadeada a partir do setor financeiro, o que coloca dúvidas sobre a capacidade dos governos em manter o aporte necessário para sua continuidade nos moldes e valores atuais. Embora as questões anteriormente levantadas apenas se agravem nas crises, o que justificaria sua continuidade, agora a maior

parte dos recursos destina-se a atender ao sistema financeiro em crise ao mesmo tempo em que a recessão reduz as receitas fiscais.

Enfim, o conjunto de tensões mencionadas coloca a persistência da PAC em um momento muito delicado, cada vez mais político, em que a arena de decisão incorpora diversos interesses que, em princípio, pareceriam alheios à agricultura, mas crescentemente a influenciam. A PAC não pode ser compreendida como apenas uma política setorial, ela estrutura o mundo rural da União Europeia, que tem uma história milenar, cuja população encara a agricultura não apenas como produção de mercadorias, mas também como preservação de cultura, de segurança, de emprego, e de que não abrirão mão em nome de interesses comerciais ou econômicos passageiros. O impasse está na mesa de negociações.

REFERÊNCIAS

CONTINI, Elísio. Agricultura e política agrícola na União Européia. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF v. 13, n. 1, p 30-46, jan./mar. 2004.

EUROSTAT. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

POLÍTICA DE SUCESSÃO DAS PROPRIEDADES NA FRANÇA

David Morelo*

Funcionamento geral

O governo francês prioriza a recuperação das propriedades para os jovens agricultores em vez da expansão das propriedades existentes. No entanto, ele apoia projetos considerados rentáveis/viáveis em longo prazo. O sindicato nacional dos jovens agricultores fornece ajuda e acompanha os candidatos, e esse sindicato tem escritórios com diferentes "departamentos".

Crítérios para ter acesso no caso dos jovens (ordem cronológica)

- a) obtenção de diploma agrícola de graduação classe 4 geral ("Baccalauréat") ou profissional ("BPREA"), no mínimo;
- b) ter entre 18 e 40 anos;
- c) plano personalizado profissional: reunião com dois conselheiros de organização agrícola para avaliar as habilidades dos candidatos;
- d) atividades diferentes para cada "département" (por exemplo, o Eure): módulo de formação obrigatório de 21 horas (conhecer as etapas de instalação, explorar diferentes setores agrícolas), cursos na área de competência menos desenvol-

* Jovem agricultor familiar francês.

vida do candidato (gestão, técnico, mecânico ou contabilidade), estágios na França ou no estrangeiro em propriedades aprovadas pela associação e, se necessária, aquisição de competência profissional (se o diploma é inadequado para a função). O departamento é um dos mais exigentes para o conjunto de critérios desejado no documento de instalação. As terras possuem grande potencial produtivo, mas são altamente disputadas entre compradores.

- e) elaboração de um plano de desenvolvimento de sua propriedade em colaboração com uma empresa ou organização de contabilidade: estipular o valor da propriedade, de todas as despesas e dos investimentos, dos rendimentos e preços de venda dos produtos da propriedade, das necessidades de tesouraria;
- f) obtenção de licenças para operar sobre a propriedade que o candidato irá se instalar (pode ser o ponto mais longo e mais problemático do curso).

Condições de acesso ao financiamento

Dotação jovem agricultor: ajuda financeira do governo francês entre 8.000 e 17.300 € para a área de planície, e entre 10.300 e 22.400 € para as zonas desfavorecidas (zona de serras, banhados) no momento da instalação ou para os agricultores instalados anteriormente (com menos de 40 anos). A renda calculada/estimada pelo plano de desenvolvimento de sua propriedade não deve exceder três vezes o salário-mínimo garantido (cerca de 1.080 € líquidos ao ano, será uma limitação de 3.240 € líquidos), em valor mensurado sobre os cinco primeiros anos e em valor real do quinto ano.

Empréstimo especial para médio prazo: taxa de juros de 2,5% ao ano durante sete anos (com duração total máxima do empréstimo de 15 anos) e limitação máxima de 11.800 € do valor subsidiado (diferença dos juros pagos com uma taxa de empréstimo convencional). Nas zonas desfavorecidas, a taxa é de 1%, o tempo de ajuda passa a nove anos, e o teto é de 22.000 €. Todos os bancos, exceto o banco postal (o único público na França) estão envolvidos, e o principal deles é o *Crédit Agricole*.

Esses empréstimos são utilizados para financiar a aquisição ou o melhoramento do capital (terra dentro do limite de 10% do custo total da compra da propriedade/material, construção e rebanho são ilimitados) ou uma necessidade de capital de giro, com valor máximo de 2.360 € por concessão.

Benefícios sobre impostos: redução de 50% do lucro tributável durante os primeiros 60 meses; isenção progressiva das contribuições *Mutualité Sociale Agricole* (financiamento de proteção da saúde e pensões, o que pode ser uma despesa para os agricultores): a partir de 65% no primeiro ano, até 15% no quinto ano; alívio dos impostos (locais, sobre terreno): 50% apoiado pelo governo durante cinco anos, os 50% restantes podem ser tomados diretamente pelos municípios naquelas parcelas que estão operando entre zero e cinco anos. As declarações devem ser feitas e enviadas pelo novo produtor antes do fim do seu primeiro ano na propriedade, para que seja beneficiado.

Ajudas dos departamentos: ajuda com estabelecimento de padrões para o armazenamento de produtos fitossanitários e de fertilizantes líquidos (30% dos custos de obras com um teto de 12.000,00 €, excluindo impostos), com o planejamento do acesso para caminhão de laticínios (40% dos custos com um teto de 15.000,00 €, excluindo impostos), ajuda para a criação e o desenvolvimento de pontos de ven-

da, auxiliar de diagnóstico para a economia de energia elétrica. É um departamento que ajuda os agricultores.

Observa-se que há um apelo da França, que também pode ser percebido em toda a comunidade europeia, para estimular a permanência dos jovens no campo, como uma das estratégias de segurança alimentar. Além do mais, o governo verifica se o jovem tem perfil, qualificação técnica e estrutura mínima para atuar na atividade agropecuária, de maneira a bem alocar os recursos públicos. Nessa perspectiva, o encontro da aptidão com o fomento potencializa as chances de êxito da estratégia.

TURISMO RURAL NA FRANÇA

Gérard Guidault*

O turismo rural é uma forma de turismo alternativo, especialmente entre agricultores, mas também entre os moradores rurais que não exploram a agricultura. O turismo rural inclui práticas de turismo semelhantes: caminhadas pelos campos, ecoturismo, atividade ao ar livre, enoturismo, etc.

Na França, o turismo rural está se desenvolvendo como uma prática que já ocupa cerca de 30% do ano, sobretudo no que diz respeito a estadias de curta duração. O turismo rural significa um turismo local, concebido e administrado pela população local, um turismo de encontro e de partilha, cuja riqueza são suas especificidades regionais e a simpatia do povo.

Qualquer um que vive em áreas rurais pode propor um ou mais alojamentos no meio rural, que devem ser oficialmente registrados nas prefeituras e podem assumir diversos nomes, como *Gites de France*, *Clévacances Home* e Hospedagem Camponesa. Todas essas marcas, nomes e siglas, incluindo a obtenção, depende do cumprimento de uma série de especificações e exigências legalmente estabelecidas.

O termo geral Turismo Rural pode também tomar outras formas: hotéis rurais (tipo *Logis de France*), a residência do turismo em espaço rural, aldeamentos turísticos, casas de férias em família, acampamento, entre outros.

Para responder a uma crescente demanda por atrativos de turismo rural, a oferta de alojamento é enriquecida, ofertando aos hóspedes atividades como contemplação da natureza, passeios a cavalo,

* Agricultor da região da Mayenne, França.

caminhadas colhendo frutas, procura de cogumelos, descoberta das especificidades do local (aulas de culinária, degustação de vinhos) e artes (aquarela, oficina de escrita).

Os governos europeus incentivam seus agricultores a desenvolver essa atividade para compensar a queda nas receitas com as suas tradicionais explorações (vegetais e pecuária). Em 2012, aproximadamente 25% da renda dos agricultores já eram diretamente ligados ao turismo rural, o que demonstra sua evolução positiva.

Minha experiência

No meu caso, a atividade de Turismo Rural (alojamento e vendas de produtos orgânicos) é metade da renda agrícola. A especificidade da agricultura biológica é hoje uma forte atração no que diz respeito às atividades relacionadas com o turismo rural.

A reaproximação das pessoas urbanas com o meio rural e com os agricultores e o intercâmbio de conhecimentos que aí acontece é um forte estimulador dessas atividades.

Agricultura biológica na França

É reconhecida oficialmente desde 1980 pelo Ministério da Agricultura. Seu controle é realizado por agências independentes, como Ecocert e Qualité France. Até agora, a França tinha as suas próprias especificações. A partir de 2011, as especificações (controles) são comuns a todos os países da Comunidade Europeia.

De 1980 a 2000, a agricultura biológica não mudou muito na França em razão de pouco incentivo político e pouca ajuda da Europa para o seu desenvolvimento.

A Política Agrícola Comum da União Europeia, bem como as diversas políticas nacionais subsidiam a agricultura convencional e intensiva em detrimento da agricultura biológica e extensiva. Somente nas últimas décadas houve uma tomada de consciência para sua importância a partir de alguns dos principais países da Europa, como a Alemanha, que se espalhou para França, Itália, Espanha, etc., que incluem a agricultura biológica em sua política de desenvolvimento sustentável.

Além disso, os surtos da doença da vaca louca, dioxinas, febre aftosa, frango, utilização dos OGM, etc. incentivaram os agricultores a considerar novos métodos de produção, especialmente a agricultura biológica. Simultaneamente, abre-se um crescente mercado, pois cada vez mais os consumidores procuram produtos orgânicos e de qualidade. A partir daí nascem (há 5 anos) experiências associativas diversas, como venda direta do produtor ao consumidor de produtos biológicos. Atualmente, o fenômeno é tão forte que a produção biológica não é suficiente para atender à demanda, principalmente de legumes e frutas.

Esse sistema de vendas permite que o produtor viva e trabalhe corretamente e que o consumidor desfrute de um preço acessível para produtos de boa qualidade, o que simultaneamente revaloriza o trabalho do agricultor pelo vínculo social com o consumidor. O consumidor passa a ser “consumidor-ator”.

Experiência pessoal

Há quatro anos eu produzo verduras para 40 famílias na forma de cestas entregues semanalmente. Esse sistema permite-me semear e plantar apenas a quantidade necessária para a venda previamente combinada, o que tem duas vantagens: não há perdas ou excedentes, e o preço para o consumidor é menor. O produtor escolhe os produtos que deve produzir e vender dependendo da época do ano: alguns

exemplos: tomate, de 01/07 a 11/01; feijão verde, de 01/06 a 10/01; repolho, de 01/09 a 02/01; e batata, de 01/06 a 04/01 do ano seguinte.

Para alguns produtores, isso ajudou a criar empregos e possibilitou novos investimentos.

POLÍTICA AGRÍCOLA CANADENSE: O MODELO DO QUÉBEC

Jean Larose*

No Canadá, a agricultura é uma jurisdição partilhada entre os governos federal e provinciais. Em nível federal, o Ministério da Agricultura e Agroalimentar é o ministério central das questões agrícolas. Em nível provincial, as políticas agroalimentares são de responsabilidade dos diferentes ministérios da agricultura, e muitas incluem em seu mandato os problemas que afetam o desenvolvimento rural, a agricultura, a alimentação e as pescas.

Na política agrícola, o Québec se destaca de outras províncias. Além de alguns programas nacionais que se aplicam em todo o Canadá, o Québec favorece a transferência de fundos federais para financiar vários programas agroalimentares desenvolvidos e implementados na província. Essa abordagem permite um apoio mais adaptado para a situação do Québec e dá ao Estado maior flexibilidade para atender às necessidades das empresas agrícolas.

Características da agricultura no Québec

A agricultura no Québec é um modo de vida para 30.000 famílias e uma profissão para 43.000 homens e mulheres. Ao longo dos anos, as propriedades agrícolas foram modernizadas e aumentaram seus rendimentos. Para isso, elas cresceram e se especializaram. Em 1941 havia no Québec 155.000 propriedades. Esse número caiu para 95.777 em 1961, e atualmente são 30.675 propriedades.

* Director-Geral Federação dos Produtores de Suínos do Québec.

O clima do Québec e as características biofísicas do solo, particularmente adequado para a produção de *pastorage*, favorecem uma agricultura de criação de gado leiteiro e de corte. Quase 75% da produção de Québec vem de criação, enquanto em todo Canadá essa produção gera 55% das receitas agrícolas. A partir do fim do século XIX, a agricultura do Québec estava identificando o que viria a ser sua principal especialidade até os dias atuais: a produção de leite.

Qualificada de nórdica, a agricultura do Québec está sujeita a muitas restrições as quais os produtores estão enfrentando. Além do fator climático, que envolve um número limitado de unidades térmicas em uma grande parte do seu território, devem também lidar com o pouco de espaço disponível para a agricultura. De fato, apenas 2% do Quebec é adequado para a agricultura em um total de cerca de 2 milhões de hectares. Para efeito de comparação, na França, muitas vezes referida como “país pequeno” em comparação com a imensidão do Québec, há uma área agrícola total de 28 milhões de hectares, 14 vezes maior do que Québec.

Apesar desses limitantes, a agricultura é um importante carro-chefe (motor) econômico para o Québec. É a atividade econômica mais importante no setor primário, tanto em termos de valores dos ingressos de receitas quanto sob os empregos gerados. A agricultura e o processamento de alimentos fornecem 174.000 empregos diretos, indiretos e induzidos. A criação de riqueza desses setores (PIB) totalizou CA\$ 13 bilhões em 2007. Produção e processamento de produtos agrícolas geram \$ 3,9 bilhões em ingressos tributários diretos. Excluindo-se os subsídios destinados a eles (\$ 0,9 bilhão), esses dois setores geraram \$ 3 bilhões para os cofres dos nossos governos, incluindo US\$ 2,2 bilhões para o Estado quebequense. Trata-se de um investimento rentável para o Estado. Na verdade, em todo o setor primário, os in-

vestimentos na agricultura são aqueles que geram o maior impacto econômico.

Portanto, não é surpreendente que o governo de Quebec, como a maioria dos estados em todo o mundo, apoie a sua agricultura. Esse apoio é crucial, dados os elevados riscos associados com o mercado e a produção. Além disso, assegura seu povo de um suprimento constante de alimentos de qualidade e acessíveis a todos.

A política agrícola do Québec

A definição da política agrícola até 1970

Por um longo período a política agrícola do Québec foi baseada principalmente sobre os programas que acompanham o esforço de colonização do território: os incentivos para colonização tiveram que permitir trabalhos mecanizados. Na sequência da crise dos anos 1930, o governo de Québec criou o escritório de crédito agrícola em 1936 para permitir aos agricultores a obtenção de empréstimos de consolidação da dívida.

Além disso, o Estado implementou uma série de medidas para garantir o desenvolvimento da agricultura no Québec pelas propriedades melhor sucedidas, como aplicação de medidas sobre a qualidade da produção e um programa de reestruturação das fábricas de laticínios e dos abatedouros. Um sistema de tutoria também foi chamado para promover a melhoria técnica na fazenda.

Esse conjunto de ações contribuiu para a rápida mudança a uma agricultura do Québec cada vez mais especializada e eficiente.

A política de autossuficiência agroalimentar, 1976-1985

O conceito de autossuficiência agroalimentar orientou a política agrícola dirigida pelo Governo de 1976 a 1985. Assim, o documento *Construindo o Québec* publicado em 1979, e dois anos depois, o documento *Alimentar o Québec* qualificaram como “fundamento da política de Quebec” o objetivo de “aumentar o nível de autossuficiência, ou seja, a capacidade de alimentar o Québec, a partir de seus próprios recursos.” Esse objetivo justifica-se pela importância estratégica do setor agroalimentar, pela valorização dos recursos disponíveis e pela a contribuição da agricultura para o uso da terra.

As medidas de desenvolvimento da agricultura criada em um ambiente relativamente favorável da economia na década de 1970 permitiram uma acentuada melhoria na autossuficiência agroalimentar do Québec, que passou de 47% em 1976 para 77% em 1985 (MAPAQ, 1985). Entre as principais medidas do governo podemos salientar a adoção da Lei de Zoneamento Agrícola, em 1978, que assegura a proteção dos terrenos agrícolas contra a especulação imobiliária e a criação de um programa de seguro de estabilização dos rendimentos (seguro-renda) agrícolas que se estende em várias produções. Além disso, diversos programas de desenvolvimento específicos foram implementados: armazenamento de grãos; criação de pisos para bovinos de engorda; ajudas à produção; entre outros.

Um novo discurso toma forma a partir de 1985

A fim de se ajustar ao novo contexto econômico e político, o Governo anunciou em 1986 que o objetivo não era mais o desenvolvimento acelerado da produção, mas, sim, de guiar uma racionalização

(consolidação) do setor agroalimentar. Esse projeto foi uma transição até um novo alvo mobilizador atribuído ao setor.

A partir de 1992, o discurso dominante se desenvolveu em torno da “conquista de mercados”. Esse discurso estava diretamente relacionado ao contexto de intensas negociações que tiveram lugar sob a “Rodada Uruguai” do GATT. Essa abordagem geral foi confirmada em março de 1998. O governo do Québec, em seguida, convidou os 50 líderes do setor agroalimentar para uma conferência sobre Agricultura e Agroalimentar. O consenso mais importante que emergiu dessa conferência se centrou no alvo de dobrar as exportações (de dois para quatro bilhões de dólares) ao longo dos próximos 10 anos.

Os quatro pilares principais da política agrícola do Quebec

As políticas agrícolas do Québec, como aquelas dos países mais industrializados, buscam principalmente melhorar e estabilizar a renda dos agricultores e assegurar um fornecimento estável de alimentos a preços acessíveis. Políticas no Canadá e Quebec foram orientadas em torno de quatro eixos: comercialização de maneira coletiva (venda coletiva); gestão da oferta da produção; melhoria e estabilização dos rendimentos agrícolas (seguro-renda); e financiamento das propriedades no sentido de “unidades de produção”.

A comercialização coletiva

Tradicionalmente, os agricultores vendiam seus produtos a intermediários relativamente pouco numerosos, que estabeleciam as condições de venda. Na década de 1950, o governo de Quebec estabeleceu uma comissão de inquérito para a proteção dos agricultores e consumidores (Comissão Heon), que apresentou seu relatório em

1955. A principal recomendação feita ao governo pela comissão sugeriu-lhe estabelecer mecanismos que permitam os agricultores comercializarem seus produtos em conjunto.

A comercialização coletiva, pela força dos números e pela centralização das operações de venda, ajuda a melhorar o poder de negociação dos agricultores. Ela pode ser praticada de diferentes modos. Podemos distinguir três principais abordagens. A primeira é organizá-la em uma base voluntária, sem obrigação de inscrição mediante um consórcio ou uma cooperativa de comercialização. A segunda estabelece uma única e obrigatória organização de venda do produto, chamada "plano conjunto". Uma vez sancionada, este é obrigatório para todas as unidades de produção do produto afetado. A terceira adiciona cotas de produção ao plano conjunto distribuídas entre os produtores.

Em 1956, o governo seguiu as recomendações da Comissão Heon pela *Lei de comercialização dos produtos agrícolas, alimentos e das pescas*, que permitem a criação de planos conjuntos para a comercialização coletiva de produtos agrícolas. Desde então, os produtores criaram planos conjuntos nas seguintes produções: leite, galinhas, perus, ovos de mesa, ovos para incubação, porcos, xarope de plátano, gado, mirtilos, culturas comerciais (grãos), coelhos, processamento de vegetais, maçãs e batatas, cabras e ovelhas.

Para implementar esses planos conjuntos, escritórios de comercialização foram criados a pedido dos agricultores. Eles são geralmente geridos pelas federações de produtores agrupados em uma organização profissional, a União dos Produtores Agrícolas (UPA).

Gestão da oferta

O governo federal adicionou à fórmula de planos conjuntos um sistema de gestão da oferta com cotas em todo o Canadá. A pro-

dução de leite, ovos de mesa e de incubação, frango e peru estão sob gestão da oferta.

Esse sistema serve para regular e limitar a produção de todo Canadá e por província em razão do mercado interior. Esse sistema permite fixar a oferta de produto em relação à procura estimada para obter um preço calculado com base nos custos de produção. Ao implementar esse sistema em uma determinada produção, há atribuição de cotas canadenses entre as províncias produtoras, com base na produção histórica. Os conselhos provinciais de comercialização administram cotas e depois as dividem entre os produtores em função do histórico de produção de cada um e cuidam da comercialização. Em geral, as cotas são negociadas por mútuo acordo entre os produtores ou no momento da venda da propriedade. Existe a exceção em relação ao leite, em que as quotas são vendidas por meio da Federação de Produtores de Leite do Québec, que criou um sistema centralizado de vendas de cotas.

Esse poder de cotas de produção está ligado à capacidade de controlar as importações. O governo canadense protege o mercado interno por meio da criação de altas tarifas alfandegárias sobre as importações. Apesar dessas tarifas, quantidades significativas desses produtos entram no Canadá, como é o caso dos ovos produzidos nos Estados Unidos. Destaca-se que a chegada ao mercado de certos produtos aos quais não se aplicam os mesmos requisitos tarifários pode, de alguma forma, contornar as barreiras alfandegárias, protegendo as áreas onde existem cotas. Assim, novos produtos, que não predizemos quando foram exigidas essas barreiras, estão agora nos mercados do Canadá e Quebec. Este é o caso dos concentrados de proteínas do leite, mais baratos, que são principalmente utilizados como substitutos na fabricação de queijo e iogurte, também como misturas de manteiga e açúcar utilizadas para fabricar sorvete.

Os programas de melhoramento e estabilização de renda

Para reduzir os efeitos dos riscos inerentes à produção agrícola e melhorar a renda dos produtores agrícolas, os dois governos (federal e das províncias) estabeleceram um conjunto de mecanismos de intervenção. Assim, o Québec beneficia os agricultores com programas de seguro-colheita e de seguro de estabilização da renda. O primeiro nível de intervenção visa a melhoria e a estabilização da renda. É o Programa Canadense de Estabilização dos Rendimentos Agrícolas (CAIS), que nasceu em 2003. Destina-se a estabilizar a renda geral da propriedade agrícola com base no lucro líquido histórico, independentemente do volume de produção alcançado. Esse tipo de programa é “dissociado” porque não é baseado em um volume de produção. Ele não garante os preços para os produtos. Esse programa é administrado por *La Financière agricole* do Québec. É 60% financiado pelo Governo do Canadá e 40% pelo Governo de Québec. A participação financeira dos agricultores varia de um ano para outro, dependendo do nível de cobertura escolhido.

O seguro de Estabilização da Renda Agrícola (ASRA) é um programa do Québec que surgiu na década de 1970. Ele é também administrado por *La Financière Agricole* e completa o programa do Governo Federal para um total de 20 produtos. O objetivo do programa é oferecer aos produtores proteção contra os riscos do mercado. Um terço desse programa é financiado pelos produtores, e os outros dois terços, pelo Governo. Outras medidas também são oferecidas para gerenciar os riscos inerentes à agricultura, como a proteção contra as catástrofes naturais pelo seguro-colheita. Esse programa assegura 16 produções e cobre somente certos riscos.

O financiamento agrícola

A partir de 1998, durante a Conferência da Agricultura e do Agroalimentar, bem como durante as duas reuniões dos líderes que resultaram dela (1999 e 2001), a modernização dos instrumentos financeiros e a obtenção de um compromisso de longo prazo para o financiamento dos programas foram reconhecidos como condições essenciais para o desenvolvimento do setor. Foi, então, decidida a necessidade de estabelecer uma nova organização, em que homens e mulheres agricultores tenham um papel significativo em parceria com o Estado.

Em 2001, *La Financière agricole* do Québec-FADQ (Financeira Agrícola) foi criada com o objetivo de integrar todos os instrumentos financeiros agrícolas existentes sob uma única bandeira, a fim alavancar o desenvolvimento.

Além disso, a integração do setor do seguro com a área das finanças permitiria um agrupamento real das forças. Várias leis foram fundidas em uma única, permitindo aos gerentes da FADQ reagir rapidamente em tempos de crise, para atender às necessidades urgentes dos produtores. O desenvolvimento dos programas tornou-se responsabilidade exclusiva do Conselho de Administração, resultando em redução dos prazos em razão das exigências regulatórias, tornando Québec o líder em todo o Canadá por sua resposta rápida aos produtores.

A carteira de crédito de CA\$ 4,3 bilhões garantidos, valores segurados de CA\$ 4 bilhões e 750 funcionários em todo o território fornecem recursos necessários à FADQ para criar uma alavanca para o desenvolvimento do setor agrícola.

Além disso, *La Financière* difere de outras estatais, pois administra fundos recebidos dos dois níveis de governo, mas também pelos CA\$ 175 milhões em prêmios anuais pagos pelos produtores agrícolas nos programas de seguro (estabilização dos rendimentos, colheita). O

legislador estabeleceu a constituição legal de *La Financière* com base em uma parceria exclusiva com a agricultura.

A criação de *La Financière* era uma oportunidade para estabelecer novo consenso sobre os objetivos a adotar no financiamento agrícola, a saber:

- a) reforçar a parceria produtor/Estado e criar uma alavanca financeira;
- b) fornecer um financiamento em longo prazo, previsível e adequado;
- c) implementar um programa universal;
- d) fornecer instrumentos financeiros poderosos e adaptados para a comunidade agrícola;
- e) proteger as ferramentas contra as regras do comércio internacional.

Atualmente *La Financière Agricole* do Québec desempenha um papel estratégico por sua abordagem com os clientes, seu conhecimento e sua rede implantada em todo o território. É o resultado do longo processo de análise conjunta realizada pelos produtores agrícolas e o Governo do Québec.

Rumo a uma nova política agrícola

Considerando as condições da nossa localização Norte da agricultura no Québec, seria praticamente impossível manter uma produção agrícola competitiva sem a contribuição do governo. Virtualmente, ninguém questiona a importância do apoio do Estado à agri-

cultura. Diferenças são, no entanto, ouvidas sobre a importância da contribuição do governo, da escolha das medidas de apoio e da sua gestão, mas um amplo consenso prevalece em relação à necessidade de apoio concreto à agricultura.

É nesse contexto que o Governo do Québec estabeleceu em 2006 a Comissão sobre o Futuro da Agricultura e do Agroalimentar do Québec. Este tinha de marcar um novo passo na direção dada à agricultura no Québec. O relatório da Comissão, lançado em 2008, informou sobre os muitos desafios enfrentados pela agricultura do Québec:

- a) A diminuição da renda agrícola [...];
- b) A dívida sem precedentes dos agricultores [...];
- c) Aumento dos custos de determinados programas [...];
- d) A dificuldade de transferir a propriedade para a próxima geração [...];
- e) Mais normas ou regras para a proteção do meio ambiente [...];
- f) Tendo em conta os imperativos do desenvolvimento rural [...]

Na sequência do relatório da Comissão, o Governo tornou público, em junho de 2011, o chamado *Livro Verde*, expondo a intenção para uma política bioalimentar. Esse documento, intitulado *Dar o gosto do Québec*, marca um novo passo na redefinição da política agroalimentar do Québec. O documento que estabelece as direções gerais e metas dessa nova política está atualmente em consulta. O governo deve anunciar uma nova política que entenderá melhor as oportunidades do mercado diferentes nesse sentido. Falamos de uma futura política bioalimentar.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO SOBRE O FUTURO DA AGRICULTURA E AGRI-ALIMENTAÇÃO DO QUÉBEC. **Agricultura e Agro-alimentar: Protegendo e Construindo o Relatório, Futuro Final.** 2008.

GOUIN, D.-M. **Políticas agrícolas.** Notas de aula. Fall 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO DE QUÉBEC. **Dá um gosto de Quebec - Livro Verde para uma política de bioalimentar.** 2011.

SR. SAINT-PIERRE. **Uma nova geração de programas de apoio financeiro para a agricultura. Para atender às necessidades atuais e empreendedorismo apoio.** Relatório apresentado ao Conselho Executivo, fev. 2009.

UNIÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS. **Mundial do Coração, no coração do futuro.** 2007.

UNIÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS. **Um plano agrícola para uma economia forte. Apresentação ao Ministério das Finanças nas consultas pré-orçamento 2012-2013.** 2012

INSTITUCIONALIZACIÓN DE LAS POLÍTICAS EN DESARROLLO RURAL, DIRECCIÓN DE DESARROLLO RURAL EN EL URUGUAY¹

Ing. Agr. Jacqueline Gómez
Ing. Agr. (M.Sc.) Fernando Sganga
Ing. Agr. Alicia Ximeno

Cambios institucionales en el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca a partir del 2005

A partir del 2005 las definiciones políticas han llevado a que en el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) de Uruguay se hayan logrado avances relevantes en la estructura institucional, en la creación de instancias que facilitan el dialogo de políticas entre actores públicos y privados, mejorando la intervención en el territorio y logrando un mayor acercamiento a la población rural, constituyendo un paso más dentro de la estrategia del Ministerio en la inclusión de las políticas públicas los temas de desarrollo en la Institución.

En este marco se inscribe la Creación de la Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR) en el MGAP en el año 2005 por la Ley N° 17.930, con el objetivo de ser la responsable de diseñar las políticas diferenciadas para agricultura familiar. El desarrollo rural se basa en una concepción humanista del desarrollo, cuyo objetivo central es la calidad de vida de productores y productoras familiares, asalariados y asalariadas rurales y sus familias, es decir, aquellos que con su trabajo realizan un aporte fundamental para el desarrollo económico, social,

¹ Artículo elaborado en base a documentos de la DGDR con aportes de los equipos técnicos que trabajan en la Dirección y al documento "Plan Estratégico para la reducción de la desigualdad en el medio rural" 2010-2015 elaborado por el Equipo Central Proyecto Uruguay Rural/DGDR/MGAP, 2009.

cultural, para la soberanía y seguridad alimentaria de nuestro país. Este enfoque implica un abordaje integral desde diversos ámbitos, entre ellos el agropecuario, social, ambiental, cultural, constituyendo un esfuerzo integrador de toda nuestra sociedad.

Otro cambio relevante en el MGAP en la línea de incluir las políticas de desarrollo rural y la generación de espacios de diálogos de políticas entre actores públicos y privados lo constituye la creación de la Unidad de Descentralización y Coordinación de Políticas con base departamental (Ley N° 18.172) en el 2006, con el objetivo de que la institucionalidad pública agropecuaria intercambie y diseñe políticas con la participación de las instituciones públicas locales vinculadas al desarrollo rural y las organizaciones de la sociedad rural. La ley 18.172 de “Descentralización de las políticas agropecuarias”, institucionaliza los ámbitos de las Mesas de Desarrollo Rural (MDR), y crea los Consejos Agropecuarios Departamentales y el Consejo Agropecuario Nacional, permitiendo una más amplia participación de la sociedad civil organizada desde su territorio y la coordinación con los Municipios, la Universidad de la República, los Entes del Estado, los Institutos de Enseñanza y la Institucionalidad Pública no estatal. En este proceso, con la institucionalización de las Mesas de Desarrollo Rural se crea y formalizan ámbitos de diálogo entre las organizaciones sociales y el MGAP, convirtiéndose en organismos esenciales para articular las instituciones públicas con las organizaciones de la sociedad rural. La participación, en las MDRs, de la población rural hace efectivo el proceso de descentralización, en el sentido que presentan sus problemáticas, inquietudes, intercambian, dialogan, priorizan, canalizando los recursos tanto públicos como privados en proyectos de desarrollo locales.

Anteriormente al 2005 y hasta el 2008, fecha en la que comienza a funcionar la Dirección General de Desarrollo Rural, las acciones de desarrollo se realizaban a través de proyectos con financiamiento ex-

ternos con sus diferentes herramientas y metodologías. Los proyectos, Proyecto Uruguay Rural (financiado por FIDA), Proyecto de Producción Responsable (financiado por Banco Mundial) y el Programa Ganadero (financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo), trabajaron con políticas y apoyos diferenciados hacia las productoras y productores agropecuarios y en particular hacia los productores y productoras familiares, así como hacia los asalariados y asalariadas rurales, y a las comunidades del medio rural. Las áreas de trabajo de estas intervenciones fueron hacia el fortalecimiento de las organizaciones sociales del medio rural, apoyo a sistemas de producción, manejo de los recursos naturales, inserción en las cadenas de valor de la producción familiar y apoyo a la mejora de la calidad de vida de los actores del medio rural.

A partir del 2008 la DGDR se ha focalizado en la institucionalización de sus acciones, mediante líneas de acción y herramientas que permitan cumplir con sus cometidos, aplicar de las políticas de desarrollo rural definidas y atender las necesidades sociales y productivas de los sectores que considera prioritarios desde el punto de vista de la estrategia institucional del MGAP.

Población rural con la cual trabaja la DGDR

En relación a la población con la cual trabajamos, de las 3.286.314 personas que habitan el Uruguay (INE,2011), 175.613 personas habitan el ámbito rural, el 5,34% de la población total, con una densidad de 1,09 habitante por kilómetro cuadrado. En el caso de los productores, de acuerdo a estimaciones con diferentes criterios, en base al Censo General Agropecuario de 2000, la producción agropecuaria familiar representaba entre el 63 % (Tommasino, 2005). y el 79% (Frugoni, 2008), del total de explotaciones censadas² (DGDR en base a DIEA y a la definición elaborada por el MGAP³; OPYPA-DIEA, 2005, respectiva-

mente). Según la información censal del año 2000, según Tommasino et al, el 63 % de los productores censados son considerados familiares (32.696 productores), los cuales en términos de la superficie controlan el 15% (2.000.522 Ha) de la superficie agropecuaria explotada. Del total de establecimientos familiares la gran mayoría están especializados en ganadería de carne y lana (65%), el 12% en el rubro hortícola, 11% en lechería y 3% se dedican a la cría de cerdos (Tommasino, 2005).

En relación a los asalariados rurales (trabajadores que lo hacen por un salario sea éste en forma mensualizada, jornalizada, a destajo o según cualquier forma de pago) ya sean permanentes o temporales, comprenden el 47,5 % de la población económicamente activa del sector agropecuario, equivalente a 68.045 trabajadores siendo su residencia principalmente rural (63%) 4 El Censo General Agropecuario (DIEA-MGAP) del 2000, la información que brinda permite ver que los rubros que concentran una mayor cantidad de asalariados permanentes, son la producción de carne y lana (41%), la lechería (22%), y la agricultura (13%) (Carámbula, 2011).

Creación de la Dirección General De Desarrollo Rural

El MGAP a partir del cambio de administración del 2005 institucionaliza decisiones políticas a través del desarrollo de políticas y acciones diferenciadas. En ese marco se crea DGDR con la misión de ser la responsable de diseñar las políticas diferenciadas para la actividad agropecuaria, con el objetivo de alcanzar el desarrollo rural con una nueva concepción de modelo de producción, basado en la sustentabilidad económica, social y ambiental y con la participación de los actores en el territorio. Responsable del diseño de políticas sectoriales, complementarias a las políticas generales, a los efectos de levantar las causas estructurales con el objetivo de lograr una justa participación de

todos los sectores en el reparto de la riqueza generada. En el entendido que el desarrollo rural trasciende el ámbito estrictamente agropecuario, por lo que constituye en su esencia un esfuerzo integrador de toda nuestra sociedad y tiene como objetivo central la población rural.

El concepto de Desarrollo lleva implícita la idea de cambio, de transformación y por consiguiente de proceso con un sentido definido. Este proceso de transformación debe estar orientado por los principios de igualdad, justicia y solidaridad, generando cambios en las estructuras dominantes en lo político, económico, social y cultural. Las propuestas de políticas serán atravesadas por los conceptos de soberanía, bienestar⁵, democracia participativa, redistribución del poder.

Entendido el Desarrollo como un proceso de cambio estructural hacia la redistribución del bienestar en todas sus dimensiones, las políticas de desarrollo rural deben considerar que los espacios rurales no se reducen exclusivamente a la cuestión agropecuaria y sectorial. Claramente es necesario considerar este aspecto en el mundo rural, pero enmarcado en un universo más heterogéneo donde las relaciones sociales y los aspectos no agropecuarios son un elemento determinante. Las dimensiones consideradas aquí son aquellas vinculadas al enfoque del desarrollo rural que concibe "lo rural" entendido en sentido amplio, en tanto comprende lo económico, lo político, social y cultural. La concepción de lo rural entonces se aborda en tanto territorio, no en sentido espacial sino social⁶. El territorio se entiende en tanto: "escenario y objetivo de la acción colectiva" en que se articulan las relaciones de competencia y cooperación⁷.

El proceso de redistribución en el espacio rural, debe considerar cómo contribuye al bienestar de la población nacional en general. En este sentido, la actividad primaria se constituye en sostén de la alimentación de la población y en la base del desarrollo de cadenas agroindustriales nacionales; creando fuentes de trabajo para población

rural y urbana. Este proceso se enmarca en el concepto de soberanía alimentaria entendida como la capacidad que tienen los pueblos de definir sus políticas de producción y consumo de los alimentos.

Cometidos de la DGDR

Los Cometidos de la DGDR se establecen en su Ley de creación (Texto Ley 19730 Art. 161):

- a) asesorar al Ministro en la formación de planes y programas de desarrollo rural que atiendan en particular la situación de los sectores rurales más vulnerables, trabajadores rurales, desocupados y pequeños productores.
- b) ejecutar los planes y programas dirigidos a brindar la más amplia asistencia y apoyo a las familias rurales de los estratos de menores ingresos y coordinar las acciones tendientes a ello con otras instituciones públicas y/o privadas del sector agropecuario.
- c) determinar regiones o zonas que por su ubicación, disponibilidad de recursos naturales o situación socio-económica, se consideren prioritarias para la aplicación de los planes de desarrollo.
- d) solicitar trabajos de investigación a los institutos pertinentes cuando considere necesario realizar estudios, profundizaciones, análisis de casos o búsqueda de alternativas para orientar las acciones de desarrollo de su competencia.

- e) asegurar y mejorar en forma sostenible el acceso de la población objetivo a todos los servicios de apoyo técnico, financiero e institucional.
- f) contribuir al fortalecimiento de las instituciones del sector agropecuario que nuclean a la familia rural, de pequeños productores, trabajadores y desocupados rurales.
- g) contribuir a potenciar el capital humano, cultural y económico de la población objetivo y de las instituciones que integran, a través de la generación de redes sociales.
- h) brindar el ámbito institucional para las actividades ejecutadas a través de la Comisión Honoraria en el Área de la Juventud Rural y en el Área de la Mujer Rural.

Líneas de acción de la DGDR

Para el cumplimiento de los cometidos la DGDR se ha organizado en Programas, los cuales facilitaran el diseño e implementación de políticas diferenciadas con el fin de promover el desarrollo rural basado en la sustentabilidad económica, social y ambiental, con la participación de los actores en el territorio. Estos programas generales de acción se trabajarán con ejes transversales referidos a las áreas de generación de capacidades, género, juventud, conservación de recursos naturales y adaptación al cambio climático.

A continuación se describen brevemente los programas:

Extensión Rural, Asistencia Técnica Integral y Capacitación

Busca asegurar a los/as integrantes de hogares dependientes de la producción agropecuaria familiar, el trabajo asalariado rural y/o la

pesca artesanal y a sus organizaciones, el acceso a servicios de extensión rural y asistencia técnica de calidad. Dirigido a la población rural con acceso diferenciado, trabajando articuladamente con las organizaciones del medio rural y la institucionalidad pública agropecuaria. Se instrumenta a nivel local mediante la articulación público-privada.

Propone y ejecuta líneas de trabajo para el desarrollo de propuestas de Extensión y Asistencia Técnica en diferentes áreas (Productiva, Ambiental, Socio-organizativa, Comunitaria, Comercial, Gestión), fomentando estrategias asociativas, la participación ciudadana y el control social en la planificación y el seguimiento de las acciones, priorizando la co-gestión con las organizaciones sociales locales. También coordina intervenciones con otros organismos del Estado, para garantizar a la población rural, el acceso a los servicios de: agua potable, educación, salud, electricidad, vivienda, transporte y comunicaciones.

Fortalecimiento Institucional y Apoyo a la Participación

Las acciones que implementará este programa buscan fortalecer las Mesas de Desarrollo Rural a nivel territorial, fomentando el asociativismo en el medio rural, el desarrollo de capacidades y la participación de la sociedad civil organizada; fortaleciendo las instituciones locales de productores familiares y asalariados rurales. El fortalecimiento organizacional es una de las principales herramientas de política para el aumento de la capacidad de negociación de los productores familiares, trabajadores rurales y otros pobladores rurales con el Estado y con otros actores económicos y sociales, buscando potenciar las capacidades ciudadanas que inciden en las decisiones sobre la producción y distribución de la riqueza, partiendo de una situación de inequidad presentes en la sociedad actual. En el plano organizacional y de gestión el fortalecimiento institucional comprende, entre otros aspectos,

la mejora en los procesos de toma de decisiones, la profundización de la participación, la ampliación de la base social con miras a la incorporación de los sectores mas excluidos, el desarrollo de la capacidad de apoyo y prestación de servicios a sus miembros.

Apoyo a la Producción y Financiamiento

Se busca consolidar e institucionalizar un sistema de financiamiento articulado con diferentes actores entre los cuales están el MGAP, las instituciones financieras, las organizaciones sociales y los beneficiarios, facilitando el acceso a fondos no reembolsables y retornables para inversiones y costos operativos que sean necesarios y adecuados para instrumentar los proyectos de desarrollo rural que involucren la mejora de la productividad, el manejo de los recursos naturales, la integración a las cadenas, los planes de comercialización y la mejora de la calidad de vida.

En ese sentido, es necesaria la identificación de la población beneficiaria de la asistencia para el desarrollo, la categorización por segmentos, la diferenciación entre bancarizables y no bancarizables. Generando propuestas de acuerdo a los segmentos definidos, asegurando que el más excluido acceda al financiamiento en condiciones diferenciales de los segmentos de mayor poder adquisitivo, variando niveles de subsidios, montos, plazos, etc.

También en este proceso de inclusión, es importante revalorizar las otras garantías como su trabajo, la responsabilidad frente a compromisos, el aval social. En ese sentido la participación de las organizaciones de los sectores priorizados en la formulación y gestión de las políticas de financiamiento, el vínculo con las organizaciones de productores y trabajadores, y con la población objetivo son determinantes para lograr el control social de las políticas públicas definidas.

Este sistema de financiamiento requiere promover estrategias conjuntas con las instituciones financieras para ampliar las posibilidades de acceso de la Agricultura Familiar y los sectores excluidos al sistema financiero formal, promover y fortalecer el desarrollo de instituciones que brinden servicios financieros acordes a la Agricultura Familiar y a los sectores excluidos, promoviendo los emprendimientos cooperativos y asociativos de la agricultura familiar.

Las herramientas financieras se articulan con las restantes herramientas de la DGDR, como ser fortalecimiento de organizaciones, asistencia técnica, extensión rural y capacitación, buscando atender en función de los objetivos planteados los proyectos a desarrollar a nivel territorial con un enfoque integral que combinen las herramientas disponibles procurando garantizar la sostenibilidad de los procesos de desarrollo.

Facilitación del comercio e inclusión en cadenas productivas

Busca impulsar políticas para la inclusión equitativa y sostenible de la Producción Familiar en las cadenas productivas con el objetivo de lograr una mejor participación en la distribución del valor generado en la misma; favoreciendo la inserción de las organizaciones de productores en las cadenas productivas con el objetivo de lograr una mejor participación en la distribución del valor generado en la misma. Promoverá el desarrollo de planes de negocio que articulen la producción primaria con los demás sectores, garanticen la calidad e inocuidad de los productos y promuevan la generación de mayor valor agregado, los procesos asociativos de producción, comercialización e industrialización, así como el desarrollo de políticas que faciliten el comercio de los productos con origen en la producción familiar (compras públicas, marca social, entre otros).

Se pretende contribuir a mejorar los ingresos y la sustentabilidad de los productores familiares a través de mejorar y construir vínculos entre productores y fase industrial, comercio o directamente al mercado, incluyendo tanto a hombres como a mujeres y jóvenes, mejorar la distribución del poder en decisiones y los beneficios económicos, así como aumentar el empoderamiento de nuestro público objetivo en las cadenas.

Articulación y Coordinación de políticas para la Mejora de la Calidad de vida en el medio rural

Se realiza un abordaje integral de la diversidad y de los problemas que limitan el proceso de desarrollo rural, articulando y coordinando acciones con el resto del Estado que trabaja con la población rural, buscando mejoras en su calidad de vida, contribuyendo a la erradicación de la pobreza rural. Se trabaja mediante la articulación de la sociedad civil organizada y el Estado, para apoyar el acceso a los servicios básicos, culturales y formativos de la población rural, promoviendo la llegada de las políticas sociales generadas por el Estado al medio rural.

Instrumentos claves para la aplicación de las políticas hacia la producción familiar

El MGAP define a partir del 2005 como población prioritaria los productores familiares, desarrollando políticas y acciones diferenciadas hacia este sector. Esta población es de importancia estratégica en la soberanía alimentaria, en la generación de riquezas, en el mantenimiento de la red social y cultura rural, en la permanencia el mantenimiento de la gente en el campo. En ese marco, se define "productor/a familiar" y genera la herramienta "Registro de Productores Familiares"

que permite la aplicación de políticas diferenciadas a esta población en forma transparente y clara. En la Resolución Ministerial de julio del 2008 se definen los parámetros para la clasificación "Productor/a Familiar", también se resuelve que esta condición será acreditada mediante una "Declaración Jurada" y que Dirección General de Desarrollo Rural será quien instrumente y haga operativa la misma mediante la creación del Registro. Adicionalmente el Parlamento hace suya esta definición para la aplicación de políticas diferenciadas hacia este sector.

Se considera Productor o Productora Familiar Agropecuario/a a aquellas personas físicas que cumplan simultáneamente con los siguientes requisitos: – Realizar la explotación con la colaboración de, como máximo, dos asalariados/as permanentes o su equivalente en jornadas zafrales; – Explotar en total hasta 500 hectáreas índice CONE-AT 100, bajo cualquier forma de tenencia; – obtener su ingreso principal del trabajo en la explotación, o cumplir su jornada laboral en la misma; – residir en la explotación o en una localidad ubicada a una distancia menor a 50 km.

En marzo del 2009, se inicia el registro de Productores/productoras Familiares. A marzo 2012 existen 19.398 registros, que involucran a 21.644 productores/as familiares, cuyas familias involucran a 60.974 personas. La superficie ocupada por éstos es de 1:525.523 ha.

Reflexiones finales

Hemos trabajado en desarrollo rural, atendiendo las áreas productivas, económicas, ambientales y sociales, buscando desarrollar lo local con perspectiva global, promoviendo la producción a través de apoyos y financiamientos colectivos o individuales, gestionados por actores locales, brindando asistencia técnica y extensión para las organizaciones de productores familiares, asalariados y comunidades

rurales, facilitando el acceso a servicios básicos y desarrollando herramientas financieras para proyectos productivos y necesidades de las familias rurales.

Buscamos asegurar a la población rural condiciones de vida dignas, facilitando el acceso a los medios de producción y propiciando la distribución de la riqueza generada con sentido de justicia social; hemos promovido la organización de los sectores más vulnerables; facilitando su ingreso a las cadenas productivas con precios justos como estrategia de comercialización.

Se ha consolidado un proceso de descentralización participativo y representativo, entendiendo la descentralización, como un proceso de organización que permite la gestión de los recursos y la toma de decisiones de la población implicada, en articulación y coordinación con las distintas dependencias gubernamentales nacionales y departamentales, involucradas en el desarrollo rural. Con enfoque participativo, ya que se trata de un proceso de construcción colectiva y de negociación permanente entre actores públicos y privados, en particular entre los actores del territorio.

Se ha construido la herramienta de la definición y registro de Productor y productora familiar, lo que ha permitido un avance en la construcción de políticas públicas destinadas a la producción familiar, así como la aplicación de acciones y políticas destinadas a este sector, se entiende que es una herramienta que debe ser perfeccionada.

El conjunto de acciones e instrumentos han permitido otorgar visibilidad e identidad a un sector muy importante de nuestro agro por su contribución en lo económico, social y cultural.

Sin duda todo este proceso se debe desarrollar con el compromiso de la gente, de la población involucrada, fomentando la toma de decisiones a nivel territorial y promoviendo el compromiso social que históricamente nos vincula.

La atención de esta población excluida no solo por condiciones socioeconómicas, sino también por razones territoriales, lo cual dificulta el acceso a necesidades básicas de salud, alimentación, educación, culturales, requiere de la intervención de Estado en forma activa y dirigiendo recursos hacia estos sectores.

El camino es largo, tenemos muchos desafíos por delante y muchas cosas por hacer, el proceso de construcción es continuo, el trabajo en desarrollo rural es un proceso continuo que requiere adecuar continuamente las herramientas diseñadas.

AGRADECIMENTOS

Faz-se obrigatório agradecer

Aos incansáveis agricultores familiares e aos entusiastas do cooperativismo, que muito contribuem para um desenvolvimento econômico sustentável e, por consequência, para um mundo mais justo e fraterno.

À Central Cresol Sicoper e ao SESCOOP, pelo apoio motivacional e financeiro à construção deste livro, de modo a produzir e pulverizar conhecimento, afinal, a instituição que não produz conhecimento esmorece.

Aos autores dos artigos que arquitetam este livro, pelo tempo dedicado e pela preocupação em construir e defender teses em prol de dois institutos tão nobres quanto o cooperativismo financeiro e a agricultura familiar.

Realização

